

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

TECENDO A REDE E PESCANDO O PEIXE
Desenvolvimento e Redes Sociais:
a articulação local-global no Norte de Minas Gerais

LUCÍOLA DA SILVA PARANHOS

Montes Claros, 2006

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

**TECENDO A REDE E PESCANDO O PEIXE -
DESENVOLVIMENTO E REDES SOCIAIS: A ARTICULAÇÃO
LOCAL-GLOBAL NO NORTE DE MINAS GERAIS**

LUCÍOLA DA SILVA PARANHOS

Orientador: Prof. Dr. João Batista de Almeida Costa

Montes Claros, 2006

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

**TECENDO A REDE E PESCANDO O PEIXE -
DESENVOLVIMENTO E REDES SOCIAIS: A ARTICULAÇÃO
LOCAL-GLOBAL NO NORTE DE MINAS GERAIS**

Lucíola da Silva Paranhos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. João Batista de Almeida Costa – UNIMONTES
Orientador

Prof. Dr. José Augusto Leitão Drummond - UnB

Prof. Dr. Herbert Toledo Martins - UNIMONTES

Montes Claros, 2006

[Ficha catalográfica]

Paranhos, Lucíola da Silva

P223t Tecendo a Rede e Pescando o Peixe - Desenvolvimento e Redes Sociais: a Articulação Local-Global no Norte de Minas Gerais. / Lucíola da Silva Paranhos - 2006.

159 p.

Orientação: João Batista de Almeida Costa.

Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de Montes Claros. Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Social.

1. Desenvolvimento Regional 2. Redes Sociais 3. Políticas de desenvolvimento no Norte de Minas 4. Capital Social. 5. Reciprocidade.

I. UNIMONTES

II. Título

CDU 316.42:32

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por guiar meus passos e pelas pessoas que colocou no meu caminho.

Agradeço ao Prof. João Batista, meu orientador, pelo carinho e pela condução preciosa e, através dele, agradeço também ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento em Social da UNIMONTES e a todos os seus professores pela valiosa contribuição à minha formação.

Agradeço à minha família pelo apoio e carinho constantes e aos meus amigos pelo incentivo e alegria.

Através do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, da Casa de Pastoral Comunitária de Montes Claros e da Associação Comercial e Industrial de Montes Claros agradeço a todos que me forneceram informações para realização desta pesquisa ou que de alguma forma cooperaram para sua construção.

Agradeço à Isabel, amiga e parceira, pela ajuda valiosa em todos os momentos e a todos os meus colegas do mestrado, em especial à Selvinha e Richardson, pelas contribuições, sugestões e todo tipo de ajuda, enfim, pelo companheirismo e solidariedade.

Agradeço aos meus colegas de trabalho pela compreensão e auxílio, em especial a Vero Franklin. Agradeço a Rubens Pereira pelo incentivo e desafios que sempre me apresentou.

Enfim, agradeço a todos que contribuíram para a conclusão deste trabalho.

Obrigada.

RESUMO

O presente trabalho analisa as concepções de desenvolvimento operacionalizadas por redes sociais articuladas por segmentos da sociedade civil norte-mineira para promoção do desenvolvimento regional. Essas redes sociais são articuladas pelo Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas que organiza entidades de trabalhadores rurais e urbanos, instituições eclesiais e organizações não-governamentais existentes no Norte de Minas e pelo Fórum Norte de Minas Integrado que une entidades empresariais e instituições governamentais de Montes Claros. Buscou-se vislumbrar o que diferentes segmentos da sociedade civil pensam e propõem para o desenvolvimento do Norte de Minas Gerais. Através de esforço comparativo de diferentes grupos sociais portadores de diferentes propostas de desenvolvimento regional, buscou-se criticar a naturalização do desenvolvimento e mostrar que, apesar da banalização dos termos utilizados nesta questão, os conteúdos são diversos e refletem interesses de diferentes grupos. Constatou-se no estudo uma disputa simbólica pela hegemonia do conceito de desenvolvimento sustentável, utilizado diferentemente pelas duas redes, conduzindo a propostas antagônicas para o desenvolvimento regional. Este estudo também indica o papel relevante do formato de articulação em redes como instrumento de consolidação da participação de frações da sociedade civil norte-mineira nos debates e proposições do desenvolvimento local e regional, considerando o contexto de surgimento de tendências neoliberais e o contexto de fortalecimento da sociedade civil pós-redemocratização do Brasil. As redes aqui estudadas, através dos referidos Fóruns, se mostraram potencializadoras do capital social regional, produzido para a promoção do desenvolvimento, independentemente dos sentidos a ele atribuídos.

ABSTRACT

The present work proposes an analysis of the conceptions of development taken by social networks, articulated by segments of the civil society from the north of Minas Gerais, in order to promote the regional development. These social networks are articulated by the Sustainable Development Forum in the North of Minas Gerais, which joins the rural and urban workers organizations together with local ecclesiastical and non-governmental organizations; and also by the Integrated North of Minas Gerais Forum, that articulates business organizations and governmental institutions in the city of Montes Claros, Minas Gerais. This study intended to show what the different segments of civil society think and propose for the development of the North of Minas Gerais region. From the comparative effort of different social groups with different projects of regional development, we tried to criticize the naturalization of development and to demonstrate that in spite of the vulgarization of the terms used all over this study field, the matters are diverse, and they also reflect the interests of different groups. The study evidenced a symbolic dispute for the hegemony of the concept of sustainable development, used differently for the two networks, leading to the antagonistic proposals for the regional development. This study also indicates the relevant role of the format of network articulations as instrument to consolidate the participation of segments of the civil society from north of Minas Gerais in the debates and proposals of the local and regional development, considering the context of the arising of neoliberal trends and the context of strengthen of the after-redemocratization brazilian civil society. The social networks studied here through their Fóruns had shown themselves enhancers of the regional social capital stock, produced to promote the development, independently of means attributed to it.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	
LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS	
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - O DESENVOLVIMENTO NO NORTE DE MINAS: CAPITAL SOCIAL E RECIPROCIDADE EM REDES SOCIAIS.....	6
O CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES DA SOCIEDADE GLOBAL	6
SOCIEDADE CIVIL E REDES SOCIAIS NO BRASIL DOS ANOS 1990	7
CONFRONTANDO NOÇÕES DE REDES SOCIAIS	11
OS DEBATES SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO	11
O CONTEXTO REGIONAL.....	15
VÍNCULOS PRODUTORES DE CAPITAL.....	20
CONTRATO E RECIPROCIDADE - CONVIVÊNCIA DE DUAS LÓGICAS	21
AS REDES NO NORTE DE MINAS	23
CAPÍTULO II - REDES SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE DE MINAS	27
A REDE DO FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS .	27
A REDE DO FÓRUM DO NORTE DE MINAS INTEGRADO	56
ANÁLISE COMPARATIVA	78
CAPÍTULO III – AS CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E A AGÊNCIA SOCIAL DAS REDES NORTE MINEIRAS.....	87
O CAPITAL SOCIAL NAS REDES	87
AS REDES BASEADAS NO SISTEMA DA DÁDIVA	94
CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO X ESTRATÉGIAS DE AÇÃO: O DESVELAR DE CONTRADIÇÕES	98
CONCLUSÃO	111
REFERÊNCIAS	116
ANEXOS.....	120
ANEXO 1 - MEMBROS DO FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS.....	121
ANEXO 2 – CARTA DE PRINCÍPIOS	124
ANEXO 3 – TERMO DE ADESÃO.....	125
ANEXO 4 - CRONOLOGIA DE AÇÕES DO FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS	126
ANEXO 5 – PANFLETO MANIFESTAÇÃO RIACHÃO.....	130

ANEXO 6 – REPORTAGEM MANIFESTAÇÃO PELA RENEGOCIAÇÃO DAS DÍVIDAS DOS AGRICULTORES	131
ANEXO 7 – REPORTAGEM EXTINÇÃO DA SUDENE	132
ANEXO 8 - REPORTAGEM DO PACTO DO NORTE DE MINAS	133
ANEXO 9 – MANIFESTO DO FÓRUM NORTE DE MINAS INTEGRADO	134
ANEXO 10 – REPORTAGEM SITE ACI - DIA DO NORTE DE MINAS.....	137
ANEXO 11 –PMQP	139
ANEXO 12 – CORRESPONDÊNCIA REDENORTE	140
ANEXO 13 – REPORTAGEM SITE ACI – PRIORIDADES PLANO PLURIANUAL.....	142
ANEXO 14 – DOCUMENTO CEMIG.....	144
ANEXO 15 – LISTA DE PRESENÇA	145
ANEXO 16 – LISTAGEM DOS ENTREVISTADOS	146
ANEXO 17 – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA	147

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Manifestação em frente à Prefeitura Municipal de Montes Claros. Fonte: Acervo de fotos do CAA	42
Figura 2 – Manifestação em frente à Câmara Municipal de Montes Claros. Fonte:Acervo de fotos do CAA	42
Figura 3 – Família beneficiada pelo P1MC.	44
Figura 4 - Atividade do Seminário Educação no Campo. Montes Claros. Março, 1999.....	46
Figura 5 – Visita da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, à sede da Cooperativa de Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão. Montes Claros – Agosto 2004 Fonte:Acervo de fotos do CAA.....	51
Figura 6 – Esquema de composição do Parque Tecnológico Regional de Montes Claros....	71
Figura 7 – Página inicial do Portal Redenorte – Acessado em 20/01/06.	75
Figura 8 – Reunião da RedeNorte em auditório da CEMIG. Montes Claros, 08/07/02. Fonte: Acervo de fotos da CEMIG.	76
Figura 9 – Portal da Fruticultura – Acessado em 20/01/06.....	77
Figura 10 - Distribuição dos membros do FDSNM no mapa de Minas Gerais	80
Figura 11 – Sociograma das relações entre os membros do Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas, em 2005.....	90
Figura 12 – Sociograma das relações entre os membros do Fórum Norte de Minas Integrado, em 2005	90

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1 - Entidades que compõem o Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas – FDS-NM.....	28
Quadro 2 – Entidades que compõem o Fórum Norte de Minas Integrado – FNMI.....	56
Quadro 3 – Áreas Temáticas das Oficinas para o I Fórum Norte de Minas Integrado (2001)	67
Gráfico 1 - Entidades do FDSNM por tipo.....	28
Gráfico 2 - Membros do FNMI por tipo de entidade (%).....	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI	Associação Comercial e Industrial
ASA	Articulação do Semi-Árido
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CAA-NM	Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
CEMIG	Companhia Energética do Estado de Minas Gerais
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
COPASA	Companhia de Abastecimento e Saneamento de Minas Gerais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FETAEMG	Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Estado de Minas Gerais
IEF	Instituto Estadual de Florestas
IGAM	Instituto de Gestão de Águas de Minas (ex-DRH)
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ONG	Organização Não-Governamental
P1MC	Programa 1 Milhão de Cisternas
PROGER	Programa de Geração de Emprego e Renda
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SETASCAD	Secretaria do Trabalho, Ação Social, da Criança e do Adolescente
SINTER	Sindicato dos Trabalhadores em Assistência Técnica e Extensão Rural
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDENOR	Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento social, quando lido a partir da atuação dos sujeitos sociais que se articulam em fóruns visando a dar concretude aos seus objetivos de maior justiça e equanimidade, propicia a reprodução social desses mesmos sujeitos respeitando suas especificidades sócio-culturais e suas vinculações políticas no local onde vivem, mas, também, com o mundo que os cerca em níveis diferenciados, como anéis concêntricos.

O visível agravamento das condições de pobreza, da concentração de renda e da exclusão social, o desemprego e a devastação ambiental e suas conseqüências sócio-culturais e econômicas, no mundo, principalmente através de suas replicações nos âmbitos regional e local, são o pano de fundo deste trabalho.

Cresce a cada dia a crítica antiutilitarista ao neoliberalismo e aos efeitos perversos da globalização e da expansão do capitalismo especulativo e informacional conduzidos pelas mentalidades, valores e práticas dominantes. As ondas de descontentamento e reações contra o utilitarismo moderno, que ignora e dizima populações em nome do lucro e da produtividade, ganham força no final do século XX, em todo mundo, sobretudo nos países chamados 'em desenvolvimento', onde os reflexos deste processo se sentem de forma mais premente. Tal descontentamento e reação se dão nos mais diferentes pontos e de diferentes formas, desde manifestações pacíficas até as mais violentas, passando também pela resistência velada e silenciosa das populações que criam alternativas de sobrevivência, a despeito da força dos movimentos hegemônicos conduzidos pelo capital internacional. Este quadro coloca questões urgentes ao Estado, aos intelectuais e à sociedade civil e acaba por trazer à pauta a discussão do desenvolvimento e do papel de cada um destes agentes tal contexto.

A discussão sobre como promover o desenvolvimento, alimentada pelas preocupações com a erradicação da pobreza e da violência, desemboca na discussão sobre o que é desenvolvimento, e na crítica sobre a criação da idéia do desenvolvimento como único caminho e possibilidade real para todos. Daí também surgem os questionamentos sobre para quem é o desenvolvimento, e se ele efetivamente existe ou é apenas uma crença moderna disseminada globalmente.

Neste contexto, a sociedade civil busca consolidar sua participação nos espaços de decisão junto ao Estado e cria novas formas de articulação e ação, de que são exemplos os fóruns e redes, em consonância com o movimento de sua transformação para um perfil mais propositivo e atuante.

A persistência da reciprocidade e solidariedade como modalidade de produção da convivência e permanência dos vínculos sociais nas sociedades modernas, em especial entre as populações excluídas ou ameaçadas de exclusão, tem se mostrado como clara resistência ao padrão de sociabilidade utilitarista da lógica mercantil e especulativa atualmente hegemônica. Na busca de soluções para o crescente problema da exclusão social global e local, geralmente associada à temática do desenvolvimento, a perspectiva da solidariedade e reciprocidade nas relações tem se mostrado como um recurso importante, sobretudo na crítica à perspectiva de sociabilidade dominante.

No presente trabalho procuro, por um lado, compreender o desenvolvimento através do estudo das concepções de desenvolvimento operacionalizadas por redes sociais, articuladas por segmentos da sociedade civil norte-mineira, para promoção do desenvolvimento regional, nos anos de 2004 e 2005; e, por outro lado, compreender as estratégias e práticas sociais de cada uma dessas redes e fóruns. Mais especificamente, o foco do meu estudo recai sobre as redes sociais articuladas a partir do Fórum Norte de Minas Integrado, que articula entidades empresariais e instituições governamentais de Montes Claros, e do Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas, que articula entidades de trabalhadores rurais e urbanos, instituições eclesiais e organizações não-governamentais.

Através do estudo das concepções de desenvolvimento e das propostas das referidas redes sociais atuantes na região, pretendemos vislumbrar quais concepções e estratégias de desenvolvimento estão sendo propostas para o Norte de Minas. Num esforço comparativo de diferentes grupos sociais com diferentes propostas de desenvolvimento regional, buscou-se criticar a naturalização do desenvolvimento e mostrar que, apesar da banalização dos termos utilizados nesta questão, os conteúdos são diversos e refletem interesses de diferentes grupos.

Pretende-se, ainda, lançar luzes sobre as perspectivas do formato de articulação em redes como instrumento de consolidação da participação de frações da sociedade civil norte-mineira nos debates e proposições do desenvolvimento local e regional, considerando o contexto de surgimento de tendências neoliberais e o contexto de fortalecimento da sociedade civil pós-redemocratização do Brasil.

A leitura das redes, de sua formação, atuação e concepções de desenvolvimento se dará a partir das linhas teóricas discutidas a seguir. Partimos do conceito de rede utilizado por Castells (1999), como um conjunto de nós interconectados, sem um centro, e dos conceitos de redes sociais utilizados por Scherer-Warren (1996 e 1999) e Jacobi (2000), como novos formatos organizativos em que as relações sociais são mais

horizontalizadas, assentadas sobre a solidariedade em torno de um objetivo comum. Busca-se com estes conceitos ressaltar a importância das relações, dos vínculos entre os membros das redes e da configuração destas relações como determinante para a agência dos membros. A partir destes mesmos autores e das contribuições de Dagnino (2004), a formação das redes será inserida na análise do contexto da sociedade em rede e do fortalecimento da sociedade civil no espaço político.

A partir da discussão em Mauss (1964) sobre as duas perspectivas de sociabilidade como princípio de organização social, (a do contrato e a da reciprocidade) procuro identificar a influência de cada uma delas na manutenção dos vínculos, na forma e na organização das redes norte-mineiras. A esta discussão, somamos as contribuições de Caillé (2002) e Godbout (1999) no estudo da reciprocidade presente nas redes sociais, com a introdução da dívida moderna.

Para a discussão do capital social movimentado pelas redes partirei dos conceitos de Bourdieu (1998) e de Putnam (1996), e usarei contribuições ao tema associado a redes sociais e ao desenvolvimento de Fontes (2004) e Toledo (2005). Bourdieu (1998) vê o capital social como o conjunto de relações de que dispõe um indivíduo ou grupo. Esse capital é manuseado pelos sujeitos sociais visando a posicionar-se nos espaços sociais em que se encontram envolvidos. Já para Putnam (1996), diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade.

A teoria de campos, de Bourdieu (1998), e o conceito de projeto político, como trabalhado por Dagnino (2004), permitirão a leitura dos papéis antagônicos das duas redes no contexto norte-mineiro.

Bourdieu (1998) vê o espaço social marcado pela distribuição desigual de diferentes formas de capital disputadas nos campos sociais, onde grupos de agentes detentores de formas e volumes diversos de capital se enfrentam pela dominação do campo. Dagnino (2004), com fonte em Gramsci, parte do vínculo indissolúvel entre a cultura e a política para trabalhar a noção de projeto político. Amplia esta noção considerando o projeto político não só como estratégia política mas também como comunicador e produtor de significados que integram matrizes culturais mais amplas.

Para inserir a discussão no contexto norte-mineiro partirei de estudos e interpretações de intelectuais locais, vinculados ou não à academia, que procuraram apreender criticamente os processos sociais locais em seu passado e em suas

transformações produtivas viabilizadas pela intervenção de aparelhos de Estado, principalmente aqueles vinculados ao governo federal.

Por fim, para a análise das concepções de desenvolvimento utilizadas por estas redes, parto dos estudos sobre a noção de desenvolvimento realizados por Rist (1997), que o compreende como uma crença disseminada globalmente, e dos trabalhos de Escobar (2000) e Esteva (2000), que vêem o desenvolvimento como um conceito cujo significado é atribuído conforme o ponto de vista e a posição histórica e cultural de quem o utiliza.

O trabalho consiste de um estudo comparativo das concepções e estratégias de desenvolvimento operacionalizadas pelas duas redes sociais.

Os dados coletados e comparados tiveram como fonte documentos, atas e relatórios produzidos nos referidos Fóruns, bem como entrevistas semi-estruturadas realizadas com membros dos Fóruns.

Para desenho dos sociogramas e o cálculo da densidade das redes sociais foi utilizada a metodologia de análise de redes descrita por Mitchell (1969). Os sociogramas, ou seja, os elos das redes, foram traçados a partir da indicação, por cada entrevistado, de até três nomes de pessoas com as quais mantém contato em função dos objetivos do Fórum, partindo de indicações fornecidas pelas entrevistas iniciais com os coordenadores dos fóruns.

Através da análise das entrevistas realizadas e dos documentos e textos produzidos nos Fóruns, foram levantadas as diferentes concepções de desenvolvimento e visões dos problemas regionais operacionalizados por cada rede.

Há questões a serem consideradas no estudo das redes nos capítulos que seguem. Neste sentido, questiono: em que medida as redes reforçam ou dão continuidade ao modelo de desenvolvimento implantado na região? Em que medida se critica ou se questiona esse modelo? Há resistências ao modelo implantado? São propostos modelos alternativos de desenvolvimento? Há propostas de construção de modelos próprios? Por outro lado, questiono, ainda, quais as perspectivas de participação e organização da sociedade civil na promoção deste desenvolvimento? Qual a participação do mercado e do Estado na promoção deste desenvolvimento?

A abordagem dos temas propostos é feita em três capítulos.

No primeiro capítulo, apresento o objeto de estudo e introduzo os elementos teóricos que subsidiarão a sua leitura. Início com uma contextualização do objeto, global,

nacional e localmente, pela apresentação do momento histórico e político de novas formas de atuação do sociedade civil no contexto da redemocratização brasileira e da ascensão do neoliberalismo. Em seguida, procuro apreender os entendimentos construídos pelo debate em torno da noção de desenvolvimento e discuto os conceitos de rede social, de capital social e as perspectivas de sociabilidade do contrato e da reciprocidade.

No segundo capítulo, apresento uma descrição detalhada de cada uma das redes englobando informações como: membros do fórum, objetivos, projetos e ações desenvolvidos, concepções de desenvolvimento de seus membros, estratégias de articulação interna, formas e meios de comunicação, mecanismos de tomada de decisão, articulação junto ao poder público, avaliação e críticas. Em seguida comparo os respectivos pontos descritos em cada rede, buscando destacar particularidades e características comuns.

No terceiro capítulo, é realizada a associação entre os elementos teóricos apresentados no primeiro capítulo e a crítica e análise das características das redes estudadas no segundo capítulo. Desta forma, busco identificar a presença e o fluxo de capital social, através da análise das relações existentes nas redes. A partir da análise da formação das redes e da natureza dos laços de sociabilidade criados discutiu-se a construção das redes baseadas no sistema da dádiva ou reciprocidade. Em seguida se faz a discussão e a crítica às concepções e estratégias de desenvolvimento trabalhadas pelas redes em contraposição às suas propostas e ações, considerando o contexto e o histórico do desenvolvimento do Norte de Minas e sua relação com o mercado capitalista globalizado.

CAPÍTULO I - O DESENVOLVIMENTO NO NORTE DE MINAS: CAPITAL SOCIAL E RECIPROCIDADE EM REDES SOCIAIS

Neste capítulo buscamos contextualizar os temas da formação de redes sociais no Norte de Minas como forma de articulação da sociedade civil e de suas abordagens sobre o desenvolvimento. São introduzidas as questões da sociedade em rede, do histórico do processo de implementação do desenvolvimento regional e do fortalecimento da sociedade civil. Serão resgatados também o debate sobre desenvolvimento, as contribuições teóricas sobre o capital social e a perspectiva da reciprocidade como padrão de sociabilidade, posteriormente associadas ao estudo de redes sociais.

O CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES DA SOCIEDADE GLOBAL

A revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo deram origem a uma nova forma de sociedade, a sociedade em rede, que segundo Castells, se caracteriza pela

globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico; por sua forma de organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do emprego e a individualização da mão-de-obra. Por uma cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado. E pela transformação das bases materiais da vida – o tempo e o espaço – mediante a criação de fluxos e de um tempo intemporal como expressões das atividades e elites dominantes (CASTELLS, 1999:17, V. II).

Partindo do conceito de rede como um conjunto de nós interconectados, Castells (1999) vê como redes os mercados de bolsas de valores, a rede de tráficos de drogas, os sistemas de televisão e os meios de comunicação.

Na nova configuração da sociedade global, as funções e os processos dominantes, na era da informação, estão cada vez mais organizados em torno de redes. O mesmo ocorre na nova economia, baseada em redes globais de capital, gerenciamento e informação, em que o acesso ao conhecimento tecnológico é imprescindível à produtividade e à competitividade. Nesta sociedade a morfologia social tem primazia sobre a ação social. Assim,

a convergência da evolução social e das tecnologias da informação criou uma nova base material para o desempenho de atividades em toda a estrutura social. Essa base material construída em redes define os processos sociais predominantes, conseqüentemente dando forma à própria estrutura social (CASTELLS, 1999:499, V. I).

A sociedade em rede constitui-se como um desdobramento do sistema capitalista, em um novo tipo, diferente de suas formatações anteriores: é global e estruturada em uma rede de fluxos financeiros. Assim o capital financeiro, a alta tecnologia e o capital industrial estão cada vez mais interdependentes. Não existe uma classe capitalista global, social e economicamente falando, mas uma rede integrada de capital global, formada de fluxos financeiros operados por redes eletrônicas, com lógica variável, que determina as economias e influencia as sociedades. (CASTELLS, 1999, V. I)

A inclusão/exclusão em redes e a arquitetura das relações entre redes, possibilitadas por tecnologias da informação que operam à velocidade da luz, configuram os processos e funções predominantes em nossas sociedades. (CASTELLS, 1999:498, V. I)

Essa nova configuração da sociedade global caracteriza-se, ainda, por uma mudança no padrão das relações entre natureza e cultura, passando pelo primeiro modelo, de dominação da natureza sobre a cultura, o segundo na era moderna, de dominação da natureza pela cultura e chegando a um novo estágio em que a cultura suplanta a natureza, que é reconstruída como uma forma cultural ideal. Neste contexto, a informação representa o principal ingrediente de nossa organização social.

A lógica das redes gera uma determinação social em nível mais alto que a dos interesses sociais específicos nelas expressos. A presença em uma rede, estar numa rede, a dinâmica de cada rede em relação às outras são fontes importantes de dominação e transformação da nossa sociedade sendo, portanto, "o poder dos fluxos mais importante que os fluxos de poder" (CASTELLS, 1999:497).

Entretanto, junto com a transformação do capitalismo, a crise do Estado e o quadro de revolução tecnológica, avançam as expressões de identidades coletivas, diversificadas e pertinentes a cada cultura, desafiando a globalização por marcarem suas singularidades em movimentos reativos, voltados à transformação das relações humanas. Esses movimentos, por sua vez, utilizam-se das mesmas estruturas da sociedade em rede para lutar contra os ditames da globalização e dos mercados financeiros.

SOCIEDADE CIVIL E REDES SOCIAIS NO BRASIL DOS ANOS 1990

No Brasil, os reflexos do contexto mundial são claros. A reformulação trazida pela globalização constrói novas formas de gerir o sistema sócio-econômico nacional, a primazia do mercado sobre o Estado é resgatada em novos moldes.

... um mercado oligopolizado, gerenciado, por regras estatais que estimulam e/ou retraem a economia formal ou informal, segundo os interesses e os objetivos de maior lucratividade. O capital financeiro possui um setor que atua absolutamente desvinculado do processo produtivo, formal ou informal, que é o capital especulativo. (GOHN, 1997:298)

A crise econômica dos anos 1990 levou a uma diminuição dos empregos na economia formal e as políticas econômicas dão suporte às atividades na economia informal, instaurando um padrão de desenvolvimento que legitima a exclusão como forma de integração (GOHN, 1997).

O parque industrial, hodiernamente, necessita de trabalhadores capacitados. Neste contexto, cresce o discurso de combate à miséria e ao analfabetismo, obstáculos à acumulação do capital por meio do aumento da produtividade. A centralidade do discurso de combate à miséria também deve ser atribuída às conquistas dos grupos e movimentos sociais da sociedade civil que se organizaram pela luta por direitos ao longo da década de 1980.

As sociedades contemporâneas têm passado por profundas reestruturações, com a relativa falência e a crise de legitimidade das instituições estruturadoras da ordem social. Segundo FONTES (2004), uma das mais importantes facetas dessa nova ordem social é a relativa flexibilização dos mecanismos operativos das instituições, agora mais descentralizadas, flexíveis e atentas à diversidade identitária, questionando o modelo vigente do Estado Nacional, centralizado e estruturado burocraticamente. Neste cenário, surgem no campo econômico, a flexibilização produtiva e a fragmentação do consumo; e no campo governamental, políticas de gestão pública orientadas para o local, com apelos à participação política.

Este novo espaço de gestão social, que surge em decorrência da falência dos mecanismos institucionais tradicionais do mercado e do Estado, estaria centrado na sociedade civil, nas redes sociais constituídas a partir de mecanismos que passariam por fora (embora não totalmente desligados de) das estruturas de sociabilidade ancoradas na racionalidade instrumental. (FONTES, 2004:54)

Nas últimas décadas tem ficado cada vez mais clara a crise, tanto do mercado quanto do Estado, até então, personificada, de um lado, no modelo burocrático de gestão de políticas em que o Estado é o gerador do desenvolvimento, e de outro lado através das correntes defensoras da auto-regulação do mercado e do Estado mínimo. Frente à frustração das duas alternativas, ambas insuficientes em garantir a sobrevivência e a qualidade de vida para a totalidade da população, a sociedade civil tem buscado alternativas para solucionar seus problemas através de associações e de movimentos sociais de cunho voluntário e associativo.

O fortalecimento da sociedade civil pós-anos 1980, no entanto, tem como pano de fundo dois processos (DAGNINO:2004):

- 1) o movimento de consolidação democrática;
- 2) a ascensão das políticas neoliberais, que defendem o estado mínimo, incentivando a sociedade civil a assumir o papel de executor das ações deixadas pelo Estado.

Neste sentido a criação de redes e de parcerias público-privadas são cada vez mais presentes no cenário local, regional, nacional e internacional.

No Brasil dos anos 1990, segundo Gohn (1997), observa-se um conjunto de transformações estatais no modo de operar a economia, as políticas públicas e na forma de se relacionar com a sociedade civil. Para essa autora,

a construção de uma nova concepção de sociedade civil é resultado das lutas sociais empreendidas por movimentos sociais e organizações sociais nas décadas anteriores, que reivindicaram direitos e espaços de participação social. Essa nova concepção construiu uma visão ampliada da relação Estado-sociedade, que reconhece como legítima a existência de um espaço ocupado por uma série de instituições situadas entre o mercado e o Estado, exercendo papel de mediação entre coletivos de indivíduos organizados e as instituições do sistema governamental (GOHN, 1997:301).

A ação reivindicatória tradicional dos movimentos sociais dos anos 1980 transformou-se em ações solidárias que partem de demandas que devem ser enfrentadas coletivamente, nas quais os sujeitos são também executores e gestores do serviço reivindicado. Os sujeitos agora se articulam em grupos organizados, com certo grau de institucionalidade, que devem apresentar propostas, planos e estratégias para as ações. As ONG's (organizações não-governamentais) surgem como interlocutores-chave entre os movimentos sociais e o Estado - que se transforma em repassador de recursos - e passam a desempenhar papéis centrais nas ações coletivas, tornando-se importantes fornecedoras de infra-estrutura, de pessoal, de recursos tecnológicos e de suporte material aos movimentos sociais.

Para Gohn (1997), a relação da sociedade civil organizada com o Estado nos anos 1990 é de outra natureza:

Hoje as arenas de negociação estão normatizadas e a institucionalidade da relação sociedade organizada-poder público é um fato. (...) Os movimentos sociais criaram, nos anos 80, um paradigma da ação social, conferindo legitimidade a si próprios enquanto portadores de direitos legítimos e deslegitimando as políticas que os ignoram, mas não conseguiram manter estas posições nos anos 90 diante da voracidade das políticas neoliberais (GOHN, 1997:318).

O neoliberalismo no Brasil é introduzido pelo governo Collor, em 1990, e consolidado pelos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso. Estes últimos foram marcados pela modernização, pela reforma do Estado e pela abertura do mercado nacional ao capital estrangeiro especulativo, justificados pela necessidade de controlar a inflação e melhorar a eficiência do Estado. No processo de desgate do papel do Estado e exaltação do papel do mercado, as reformas do primeiro correram no sentido de isentá-lo progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, do encolhimento de suas responsabilidades sociais, transmitidas agora à sociedade civil. Exemplo disto foi a criação da Lei de OSCIP's¹ que permitiu o repasse da execução de serviços públicos para organizações sociais, em parceria com o Estado.

Sobre a questão do novo papel da sociedade civil nos anos 1990, Dagnino (2004) analisa: por um lado, houve o restabelecimento da democracia formal no final dos anos 1980, com importante papel dos movimentos sociais, e a conseqüente substituição do confronto entre sociedade civil e Estado, conduzindo à possibilidade de uma ação conjunta para o aprofundamento democrático e de um compartilhamento de poder. Por outro lado, houve a ascensão da política neoliberal com o desmantelamento do Estado e a transferência de suas responsabilidades à sociedade civil. Esses dois processos conduziram ao que a autora chama de *confluência perversa* entre os projetos políticos neoliberal e democratizante, já que ambos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva, mesmo apontando em direções opostas. A aparente coincidência de propósitos é construída através de referências comuns, e a disputa política "assume então o caráter de uma disputa de significados para referências aparentemente comuns: participação, sociedade civil, cidadania, democracia" (DAGNINO,2004:140).

A retração do Estado, atrelada ao incentivo à responsabilização da sociedade civil, e à evidente incapacidade das instituições públicas, fazem ganhar força, nos anos 1990, a constituição de fóruns e a articulação da sociedade civil em redes, como estratégias para ativar, expandir, articular e consolidar ações de seus diversos setores. O crescimento do número dessas organizações, bem como sua visibilidade, têm incentivado a formação de redes sociais e outras dinâmicas para troca de informações e atuação conjunta, facilitando a articulação com o poder público e a conjugação de saberes e experiências diversas.

¹ Lei de Criação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público-OSCIP, Lei nº 9.790 de 1999, que legisla sobre a ação de cooperação entre Estado e entidade da sociedade civil através de execução de programas e projetos sociais com recursos públicos.

CONFRONTANDO NOÇÕES DE REDES SOCIAIS

Em seu estudo sobre redes, Junqueira (2000) considera que elas se constituem como construções coletivas que se definem à medida que se concretizam, superando determinações sociais, estabelecendo parcerias de sujeitos sociais mobilizados para construir uma nova realidade social. Para ele,

as redes sociais se expressam como um conjunto de pessoas e organizações que se relacionam para responder demandas e necessidades da população de maneira integrada, mas respeitando o saber e autonomia de cada membro. Com isso, as redes constituem um meio de tornar eficaz a gestão das políticas sociais, otimizando a utilização dos recursos disponíveis. Ao preservarem as identidades de cada membro e sua competência na gestão dos recursos, fazem com que essas organizações se integrem, tanto na concepção das ações intersetoriais quanto na sua execução, para garantir à população seus direitos sociais (JUNQUEIRA, 2000:40).

As redes sociais têm se apresentado como a forma mais eficaz de participação da sociedade na gestão do Estado.

A formação de redes facilita articulações com o poder público local para pensar o desenvolvimento, sendo reconhecidas pela sociedade e pelos governos e solicitadas a participarem do processo decisório. Segundo JACOBI, a constituição de redes, associada à incorporação das novas tecnologias, na medida em que multiplica os canais de acesso à informação, amplia o escopo de atuação, o reconhecimento e o engajamento nas ações realizadas. Para ele,

as redes se inscrevem numa lógica que demanda articulações de solidariedade, definição de objetivos comuns e redução de atritos e conflitos baseados numa acumulação disruptiva de problemas, considerando as características complexas e heterogêneas da sociedade. Neste sentido as redes horizontalizam a articulação de demandas e se servem das modernas tecnologias de informação para disseminar seus posicionamentos, denúncias e propostas, como referencial cada vez mais legítimo da presença de uma emergente sociedade civil global (JACOBI, 2000:134).

São exemplos deste movimento a criação, em Montes Claros, de dois fóruns para discussão e promoção de ações visando ao desenvolvimento regional, a saber: o Fórum Norte de Minas Integrado e o Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas. Ambos articulam, em grupos e organizações, distintos setores da sociedade civil da região. Os dois são regionalmente relevantes e atuam à frente de projetos de desenvolvimento com perspectivas diversas e opostas.

OS DEBATES SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento, tema muito importante para qualquer sociedade contemporânea, é um fenômeno global e diz respeito tanto aos países “desenvolvidos”

quanto aos chamados “em desenvolvimento”. A partir do resgate histórico e cultural da construção do conceito realizado por RIST(1997), torna-se mais fácil perceber que o conceito hegemônico de desenvolvimento está longe de ter o caráter naturalizado e inclusivo que o senso comum lhe atribui. Desde a consolidação do conceito pós-segunda guerra, num contexto de consolidação do capitalismo, a sua construção reflete claramente a lógica excludente em que foi gestado, tornando-se uma justificação para ações de um sistema que perpetua e reforça as desigualdades existentes.

Segundo afirma RIST (1997), apesar do aparente consenso em torno deste conceito, o significado a ele atribuído muda conforme o ponto de vista e conforme a posição histórica e cultural de quem o utiliza, o que torna a idéia de desenvolvimento utilizada pela sociedade moderna uma crença global, formada coletivamente:

‘Development’ thus appears to be a belief and a series of practices which form a single whole in spite of contradictions between them. The belief is no less real than the practices, because they are indissolubly linked to each other. Together, they reflect the logic of a society undergoing globalization which – in order to accomplish the programme it has set itself (whose consequences are not equally hearting for all) – has to draw its legitimacy from a number of widely shared, indisputable truths that have the character of myth (RIST, 1997:24).

Ainda segundo este autor, o desenvolvimento torna-se um conceito drenado de conteúdo e hoje é mero resíduo usado para justificar o processo de globalização.

Sempre associado aos conceitos: crescimento, evolução e maturação; o desenvolvimento traz a idéia de que “estamos progredindo porque estamos avançando segundo uma lei universal necessária e inevitável, e na direção de uma meta desejável” (ESTEVA,2000:64).

Na década de 1940, o desenvolvimento era visto como uma etapa final, possível de ser alcançada por quaisquer das sociedades. Todas elas se enquadrariam, como dizia Rostow (1978), em uma das cinco etapas sucessivas, que necessariamente deveriam ser vencidas para se chegar ao desenvolvimento, sendo crucial para tanto o progresso tecnológico e a industrialização.

Também no início da década de quarenta, Schumpeter insere novo elemento ao tema da promoção do desenvolvimento: a inovação como motor do desenvolvimento econômico capitalista. A inovação é refletida em novos bens de consumo, novos métodos de produção ou transporte, novos mercados, novas fontes de matérias-primas e em novas formas de organização industrial. Segundo o autor, o motor do desenvolvimento capitalista é a competição entre as empresas que, através da inovação, geram mais lucro e maior acumulação de capital. Fora desta lógica, observava Schumpeter (1984), as

empresas tenderiam a sucumbir no processo competitivo e, como consequência, a região ou país se desviaria da rota do desenvolvimento econômico.

O crescimento econômico passa a ser elemento chave para se alcançar o desenvolvimento nos anos 1950. O crescimento da renda *per capita* ou o crescimento do Produto Interno Bruto -PIB eram, então, os índices que refletiam o desenvolvimento, principalmente nas áreas economicamente subdesenvolvidas.

Na década de 1960 destacam-se as idéias de Raul Prebisch que questionavam as teorias conservadoras de Rostow que defendia que os países periféricos poderiam se desenvolver a partir de vantagens comparativas, ou seja, através do investimento no aumento da produtividade de suas atividades primárias. Prebisch, no entanto, afirmava que isso não seria suficiente e que se deveria se investir no processo de industrialização e de crescimento de produtividade industrial. Uma vez que as diferenças de demanda entre bens primários e bens industrializados acabaria por sempre beneficiar os países centrais, industrializados.

Fruto da linha do pensamento keynesiano, do início dos anos 1930, ganha força o conceito de Estado intervencionista e planejador, como gerador de desenvolvimento, com ênfase na problemática regional. Na América Latina o contexto era o da discussão, realizada pela CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), iniciada por Prebisch, acerca das relações econômicas estabelecidas entre o centro e a periferia. Tais teorias valorizavam o papel do Estado, da intervenção e do planejamento na economia. Esta discussão influenciou fortemente as experiências de planejamento regional no Brasil, voltadas para a substituição de importações e com foco na industrialização (RODRIGUES, 2000).

Nesta mesma época, Celso Furtado, com a proposta de criação da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), já criticava o economicismo na questão do desenvolvimento e tinha clareza da ligação direta do sub(desenvolvimento), antes de tudo, a questões políticas e não somente econômicas, como, por exemplo, a distribuição de renda. Neste sentido, defendia a priorização das questões sociais.

Nos anos 1960, com a diminuição do entusiasmo pelo crescimento econômico, começam a ser introduzidas preocupações com indicadores sociais. Inicialmente fatores sociais e econômicos eram vistos como aspectos separados do desenvolvimento. No início da década de 1970 já se propunha uma abordagem unificada do desenvolvimento integrando componentes econômicos e sociais na formulação de políticas e programas (ESTEVA, 2000).

Em meados da década de 1970, introduz-se a questão da satisfação das necessidades básicas humanas, e o processo de desenvolvimento deveria ter maior influência do ser humano. Segundo a UNESCO apud Esteva (2000), deveria ser um desenvolvimento integrado: “um processo total, multi-relacional, que inclua os aspectos da vida de uma coletividade, de suas relações com o resto do mundo e de sua própria consciência.”

Neste mesmo contexto ganham força também as preocupações com o meio ambiente, surgindo os conceitos de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável, fundamentados na harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos. A conservação da biodiversidade entra em cena a partir de uma longa e ampla reflexão sobre os direitos das gerações futuras, ameaçadas por uma visão de desenvolvimento baseada somente no crescimento econômico. Ignacy Sachs, em 1973, delinea o conceito de ecodesenvolvimento construído sobre o envolvimento e participação das comunidades e autoridades locais nas soluções específicas para seus problemas, considerando igualmente aspectos ecológicos, culturais e econômicos (SACHS, 2002).

Na história da consolidação deste conceito, paralela à ascensão do neoliberalismo, o ecodesenvolvimento é substituído pelo desenvolvimento sustentável, incorporado então ao discurso do desenvolvimento como indispensável, através do Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1984. Porém, dando maior ênfase apenas à dimensão ambiental, colocando a sustentabilidade condicionada a um crescimento econômico sustentado no contexto de um capitalismo globalizado.

Apesar da ampliação do conceito de desenvolvimento ao longo dos anos, da incorporação de novos indicadores para sua análise e da consideração de novos fatores relevantes à sua promoção, ainda é muito forte o viés econômico do desenvolvimento, presente, até os dias de hoje, nos discursos sobre o tema. Segundo Amartya Sen (1999), uma concepção adequada de desenvolvimento vai muito além de considerar a riqueza e o crescimento econômico; inclui entender a natureza restrita da relação entre riqueza e qualidade de vida. Neste sentido, para o autor, o crescimento econômico não seria visto como um fim em si mesmo e o desenvolvimento estaria, assim, relacionado à melhoria da qualidade de vida e da ampliação das liberdades que desfrutamos. O autor acrescenta ainda que

a expansão da liberdade humana é tanto o principal fim como o principal meio do desenvolvimento. O objetivo do desenvolvimento relaciona-se à avaliação das liberdades reais desfrutadas pelas pessoas. As capacidades individuais dependem crucialmente, entre outras coisas, de disposições econômicas, sociais e políticas (SEN, 1999: 71).

Amplia, assim, o conceito de desenvolvimento, redefinindo-o como a expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. A expansão das liberdades torna-se central ao desenvolvimento, uma vez que aumenta o potencial das pessoas de influenciar e melhorar o mundo. Em consequência, aumenta a condição de agente das pessoas (agente ocasiona mudança e suas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos) e a eficácia social.

O agravamento das condições de pobreza e das desigualdades sociais, o desemprego e a criminalidade em todo o mundo contemporâneo têm trazido novamente ao debate o papel do Estado. Inicialmente o Estado foi identificado como o ator que resolveria tais problemas, ou seja, como o gerador de desenvolvimento; nos anos 1980, porém, predominaram correntes que pregavam o Estado mínimo, uma vez que o mercado, por si, resolveria grande parte dos problemas. Hoje, ambos os extremos são descartados como soluções finais e se discute, segundo Kliksberg (2001), como alcançar um equilíbrio diferente entre o Estado, o mercado e a sociedade civil, e que papel o Estado poderia aí desempenhar. Com relação ao papel do Estado no desenvolvimento social, segundo este autor, tudo indica que é preciso fazer agir a política pública, pois há um amplo espaço para sua revalorização. Mas é preciso “pensar num modelo estatal diferente, muito articulado em redes produtivas com a sociedade civil, em todas as suas expressões” (KLIKSBURG, 2001:85).

O CONTEXTO REGIONAL

Nos municípios da região Norte de Minas, as reconfigurações por que passa o Estado não são diferentes, nem diferente é a insatisfação com o modelo de criação e gestão de políticas de desenvolvimento adotado para a região. Até o início da década de 1960, o Norte de Minas não havia sido alvo de políticas específicas e deliberadas, voltadas para o desenvolvimento regional. Somente com a incorporação do Norte de Minas à área do Polígono das Secas e sua consequente inclusão nas ações da SUDENE, em 1963, foi que a região passou a ser alvo de políticas deliberadas de desenvolvimento.²

O Norte de Minas não foi considerado pela elite mineira que, junto ao estado, articulava projetos de desenvolvimento regional. Pretendia-se buscar a modernização

² A região do “Polígono das Secas” foi definida em 1936, mas somente em 1946 o Norte de Minas foi nela incluído. Quando a SUDENE foi criada em 1959, seu espaço de atuação foi definido como o Nordeste e a Área Mineira do Polígono das Secas – AMPS. Finalmente em 1963 a SUDENE passa a considerar a área mineira do Polígono das Secas, também como Nordeste, conforme informação de OLIVEIRA, M.F. (2000).

regional e a recuperação do atraso econômico do estado. Esse projeto e as ações dele decorrentes, centravam-se na diversificação produtiva e na especialização industrial, nas regiões central e sul do estado. O Norte de Minas, portanto, alijado do projeto mineiro de desenvolvimento, foi adotado pelo governo federal que conduziu o processo de modernização produtiva.

Neste sentido, ao analisar as modalidades de desenvolvimento regional identificadas em Minas Gerais, DULCI (1999) destaca a coexistência de três tipos. Num extremo o modelo originário de industrialização, fruto da iniciativa de uma burguesia firmemente enraizada na vida local, baseado em fatores de mercado e sem maior interferência de variáveis políticas, tendo como caso clássico Juiz de Fora. Noutra extremo, os empreendimentos da área mineira da SUDENE, principalmente em Montes Claros, segundo o autor, caracterizados por um fluxo de investimentos resultante de uma política do governo federal, um "tipo de industrialização por iniciativa externa, assinalado pelo manejo de meios institucionais para dinamizar áreas com baixa atratividade em termos de mercado" (DULCI,1999:192). Por fim, o terceiro tipo, identificado como a marca característica do desenvolvimentismo mineiro, a combinação do processo de desenvolvimento por impulso interno, combinando-se fatores econômicos e políticos, o que significava empregar recursos políticos para aproveitar condições potenciais de mercado.

O modelo de desenvolvimento implantado no Norte de Minas, consoante os planos de desenvolvimento da época, era orientado pelas teorias de crescimento econômico, calcado na ação do Estado planejador e interventor. Buscava-se criar condições para a produção e reprodução capitalista, sendo para tanto necessário estabelecer condições estruturais em detrimento de concepções e estruturas sociais já existentes nos locais que eram alvos do desenvolvimento.

Na época, propugnava-se pela necessidade de integrar o Norte de Minas ao processo de desenvolvimento nacional. O processo de modernização das estruturas econômicas da região Norte de Minas desenvolveu-se através de ações conjugadas de organismos federais, como a SUDENE, com incentivos fiscais e financeiros voltados para a industrialização e grandes projetos agropecuários; e da Companhia para o Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco - CODEVASF, que se ocupava do desenvolvimento econômico da bacia hidrográfica do São Francisco através de ações e projetos agro-industriais, tendo como alicerce básico a agricultura irrigada. As ações conjugadas destas agências federais se distribuíram basicamente em quatro eixos: grandes projetos agropecuários; industrialização; reflorestamento e projetos de irrigação.

Em 1974 foi criado o Fundo de Investimento do Nordeste, FINOR, com objetivo de atrair recursos das áreas mais desenvolvidas do país para o Nordeste, ou para a área da SUDENE, onde se inclui o Norte de Minas. Este fundo tinha como fonte de financiamento contribuições dos estados que abrangiam a área da SUDENE e do governo federal. Caracterizava-se pela liberação de incentivos fiscais e financeiros à iniciativa privada, contribuindo para a implantação de vários empreendimentos.

Os projetos de pecuária de corte e de reflorestamento foram os que receberam maior volume de investimentos e incentivos. Por meio deles os proprietários rurais norte-mineiros e de outros locais se modernizaram, capitalizando-se a partir da transformação de suas fazendas em empresas rurais. Diversas empresas brasileiras originadas em outros estados ou regiões de Minas Gerais, utilizando-se dos mecanismos de incentivos fiscais e financeiros, adquiriram terras e implantaram empresas rurais na região. O Banco Nacional criou uma fazenda no município de Januária (MG). No entanto, isso gerou poucos postos de trabalho, uma vez que estas duas atividades exigem pouca mão-de-obra.

É decorrente da modernização das fazendas e dos fazendeiros uma imensa concentração de terras, pois pequenas propriedades foram incorporadas às novas grandes áreas agro-pastoris ou de reflorestamento. Ocorreu ainda, a expulsão de posseiros e agregados e a ocupação das áreas comunais, utilizadas pela população tradicionais, por empresas reflorestadoras. A concentração fundiária na região produziu a desestruturação da pequena produção e até mesmo seu desaparecimento, gerando a expulsão do homem do campo e um grande movimento de fluxo migratório.

Acerca da história do modelo de desenvolvimento adotado na região Norte de Minas, Silva afirma que

o desenvolvimento que se viabilizou na região, então via SUDENE desde o final dos anos 60, foi a partir de uma articulação entre o Estado capitalista "moderno" (que raciocina e age como vimos com base naqueles valores eurocentristas da modernidade capitalista) e esta elite arcaica. (...) o povo do lugar – constituído na sua maioria de famílias camponesas sertanejas – não é levado em conta nesta estratégia de desenvolvimento. Não é sequer tomado como elemento a ser estudado – sua cultura, suas formas de produção e apropriação da natureza, sua condição de vida, seus anseios – no sentido de iluminar as iniciativas a serem adotadas (SILVA, 2000: 298).

A imensa maioria da população rural reproduzia-se por meio de um sistema de produção autônomo, organizado na exploração de culturas alimentares, nas terras baixas e encostas, na criação de animais e na utilização coletiva das chapadas para coleta, caça e criação de gado, segundo o CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA-CAA (apud CARNEIRO, 1997). Essa população foi aos poucos sendo engolida ou expulsa pelos

grandes projetos que chegaram com o processo de modernização da região, a partir da década de 1960.

Os recursos oriundos dos incentivos fiscais e financeiros da SUDENE proveram a expansão do capitalismo na região, determinando profundas transformações na estrutura industrial, privilegiando o capital intensivo, em detrimento das características da abundante mão-de-obra existente e da estrutura produtiva local. Assim, a ação da SUDENE determina um surto de crescimento, (...) refletindo muito mais a transferência de empresas não integradas ao potencial dos recursos humanos e naturais e à estrutura produtiva da região. (PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, 1991:07)

Na estrutura fundiária regional, de acordo com dados do Anuário Estatístico da Região Mineira do Nordeste (1994)³, os estabelecimentos com até 100 ha são 83,9% do total e ocupam apenas 16,26% da área dos estabelecimentos, ou seja, mais de 80% da área se concentra hoje nos grandes estabelecimentos.

A paisagem regional também se transformou. Em estudos desenvolvidos no âmbito do Grupo de Estudos Ambientais-GEA (1991), verificou-se que, entre 1970 e 1990, a cobertura florestal de matas nativas caiu de 85% para 35%. Dos 1.138 cursos d'água da rede hidrográfica, 558 secaram. Conseqüência direta disto foi o desaparecimento de muitas espécies da fauna e flora regional e a desertificação de grandes áreas, sem contar o envenenamento dos rios e fontes de água, decorrente dos processos da modernização da produção agrícola.

Todo esse quadro retrata a pobreza a que foi conduzida a população da região, pela quebra de sua convivência com o ecossistema regional realizada pelas transformações ocorridas pela intervenção estatal, via SUDENE, no sistema produtivo regional. A partir da descrição de GEA (1991) sobre as relações estabelecidas entre o ser norte-mineiro e seu espaço, podemos questionar a "naturalização" da pobreza norte-mineira, lembrando a fartura existente na região, paradoxalmente, antes das políticas de modernização e desenvolvimento.

A organização da produção permitia o auto-sustento das famílias, a partir da interdependência e articulação da grande fazenda e agregados com os pequenos agricultores. As chapadas, território coletivo, terra de ninguém, eram de apropriação comum, e complementavam a criação de gado, o extrativismo, a alimentação e a medicina. Com grande variedade de leguminosas, frutos e fauna, as chapadas tinham sua utilização baseada na coleta, caça e extração de seus produtos, bem como na criação

³ Citado por RODRIGUESa,2000. Dados de estabelecimentos até 100 ha em 1985.

de gado “na solta”. O rebanho se constituía em valor de reserva para os pequenos produtores, em caso de necessidade (GEA:1991).

A transformação da base técnica da agricultura de subsistência para a comercial exigiu dos lavradores maior suporte de capital financeiro e aumentou sua dependência em relação ao mercado, tanto para colocar seus produtos neste mercado, quanto para adquirir insumos ou bens de primeira necessidade, conforme estudos de Rodrigues (2000a).

As ações implementadas pela SUDENE significaram um grande impulso para as atividades industriais da região, que tiveram um crescimento substancial entre 1970 e 1985. Destacaram-se Montes Claros, Pirapora e Várzea da Palma como grandes pólos industriais regionais. A grande concentração dos investimentos em alguns municípios não propiciou, no entanto, o dinamismo da economia norte-mineira como um todo. Acentuaram-se as disparidades entre as microrregiões norte mineiras apesar do volume dos investimentos realizados e da quantidade de empreendimentos beneficiados na região, pela SUDENE, até recentemente.

Sobre as condições de vida da população da região, Rodrigues (2000) afirma que, apesar da melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a partir da década de 1970, a região tem a média do IDH muito menor que a do estado. Ao se considerar o IDH Renda, isoladamente, o Norte de Minas continua na situação de baixo desenvolvimento e que vem piorando na última década. Estes indicadores refletem a proporção da população abaixo da linha de pobreza, que aumentou de 65% na década de 1980 para 75%, no ano de 1991.

Analisando esta situação, Rodrigues (2000 a) afirma que

esses projetos não conseguiram gerar número significativo de empregos, capaz de reter a força de trabalho antes dedicada à agricultura de subsistência. Houve melhora significativa no setor de infra-estrutura, sendo a intervenção do Estado decisiva nesse aspecto. Contudo, observando-se a estrutura mais recente da economia local, continua a grande desigualdade de condições de vida entre os segmentos da população, tanto em áreas rurais quanto nas urbanas e o baixo desenvolvimento da região com relação às demais do estado de Minas Gerais. (RODRIGUES a,2000:124)

A autora afirma, ainda, que, contando com a presença forte do Estado, promoveu-se na região a diversificação com ênfase na industrialização, o desenvolvimento da subestrutura secundária e a modernização de segmentos da estrutura primária. A região apresentou enorme crescimento econômico nas últimas décadas. As taxas de crescimento do PIB da região, de 1985-1995, foram superiores às do Brasil e às do

estado (3,70%). Tal crescimento, no entanto, não se refletiu de modo igual em todos os segmentos da população.

As lacunas deixadas pelas políticas estatais contribuíram para o surgimento, ao longo dos anos, no Norte de Minas, de associações, sindicatos, ONG's, organizações preocupados com a discussão e a promoção do desenvolvimento regional ou, em caráter mais prático, preocupados com a garantia de melhores condições de vida dos vários grupos isolados que representam.

VÍNCULOS PRODUTORES DE CAPITAL

Segundo FONTES (2004), há um consenso na literatura sobre redes sociais de que as posições sociais dos indivíduos se estruturam a partir das possibilidades que lhes são oferecidas para ter acesso a recursos. Esses recursos são disponibilizados de acordo com a estrutura das redes sociais em que estão inseridos. Logo o desenho das redes permitiria, aos sujeitos, formar um estoque de capital social com o fim de mobilizar recursos.

O capital social é estruturado a partir dos vínculos estabelecidos nas relações entre as pessoas, uma vez que se encontra, não nas pessoas em si, mas nas relações entre elas. Segundo Bourdieu (1998), capital social é o conjunto de relações de que dispõe um indivíduo ou grupo. Sua detenção implica um trabalho de instauração e manutenção das relações, isto é, um trabalho de sociabilidade, que seria, segundo Fontes (2004), função da natureza particular das redes sociais estruturadas funcionais a seu desenvolvimento.

O capital social, segundo Putnam (1996), é um bem público, com as seguintes características: a confiança como componente básico, as normas e cadeias de relações sociais. A cooperação gera confiança e esta conduz a uma tendência de acumulação de capital social. A confiança social parte de duas fontes conexas: regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica. A reciprocidade está ligada ao intercâmbio social contínuo, que incentiva o estabelecimento de confiança.

Os sistemas de participação cívica são uma forma básica de capital social, uma vez que representam forte interação horizontal. Os estoques de capital social, como confiança, normas e sistemas de participação, tendem a ser cumulativos e a se reforçarem mutuamente, gerando círculos virtuosos de equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, confiança e reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo. Nesse sentido, Putnam afirma:

a coerção voluntária (por exemplo Associação de Crédito Rotativo) depende do capital social. As regras de reciprocidade generalizada e os sistemas de participação cívica estimulam a cooperação e a confiança social por que reduzem os incentivos a transgredir, diminuem a incerteza e fornecem modelos para a cooperação futura. A própria confiança é uma propriedade do sistema social tanto quanto um atributo social (PUTNAM, 1996:186).

O estudo dos vínculos criados e da formação das redes, a ser apresentado em capítulo posterior, propiciará apreender, de forma mais complexa, os seus componentes, a sua organização e a estrutura das relações. Contribuirá, ainda, para compreender as visões de mundo, as ações e as estratégias utilizadas pelos atores locais e regionais na promoção do desenvolvimento regional. Esse desenvolvimento, olhando-se a sua historicidade, foi fruto de ação exógena articulada com atores internos, principalmente com a elite regional

A compreensão das concepções de desenvolvimento pensadas para a região por estas redes, através do estudo de suas estruturas, permite enfim vislumbrar que perspectiva de desenvolvimento está sendo proposta para a região e quais as possibilidades de se alcançá-lo. Isto porque o desenho da rede dos atores sociais envolvidos define em grande parte a mobilização de recursos e o impacto de suas práticas sobre o ambiente em que atuam.

CONTRATO E RECIPROCIDADE - CONVIVÊNCIA DE DUAS LÓGICAS

No contexto de mudanças em que se inserem as duas redes em estudo e, conforme discutido anteriormente, devido à proeminência da sociabilidade como aspecto crucial das redes sociais, busco identificar a coexistência e a convivência de perspectivas de sociabilidade entre os sujeitos. Mauss (1974) afirma que existem duas formas a partir das quais os sujeitos individuais e sociais organizam suas relações. Por um lado, há a perspectiva do contrato ou mercantil e, por outro, há a perspectiva da dádiva, dom ou reciprocidade. Cada uma é marcada por vínculos sociais de naturezas diferentes. A primeira perspectiva se institui entre indivíduos, na acepção moderna do termo, isolados, defensores de seus direitos, de relações impessoais, como definido por Dumont⁴. Destacam-se aí as relações mercadológicas, o contrato individual puro, as ações movidas pelo interesse instrumental, fruto do cálculo efetuado pelos indivíduos.

⁴ Louis Dumont distingue, ao definir o indivíduo, duas acepções: 1) o sujeito empírico e 2) “o ser moral, independente, autônomo e, assim (essencialmente) não social, tal como é encontrado, sobretudo, em nossa ideologia moderna do homem e da sociedade”. (DUMONT, 2000:280)

A segunda se institui entre pessoas morais, ou seja, famílias, grupos sociais, no sentido dado por Mauss⁵, como aquele que traz consigo, ou representa além de si, uma série de relações, coletividades que se obrigam mutuamente. Neste caso, prevalecem as relações na perspectiva do dom ou reciprocidade. Segundo Caillé, o dom é: "Toda prestação de serviços ou de bens efetuada sem garantia de retribuição, com o intuito de criar, manter ou reconstituir o vínculo social. Na relação do dom, o vínculo tem mais importância que o bem" (CAILLÉ, 2002:142).

As formas de sociabilidade baseadas na perspectiva da reciprocidade têm ganhado mais força nas sociedades atuais, recentemente, em função das já mencionadas mudanças por que têm passado as sociedades contemporâneas, apesar da presença, ainda dominante, dos espaços do mercado e do Estado como estruturadores dos vínculos sociais. Mais recentemente as associações voluntárias assumiram papel importante na construção das redes de solidariedade e na conseqüente reafirmação do vínculo social.

Estariam assim surgindo novas redes de solidariedade, de que hoje são exemplos, o voluntariado e as experiências de economia solidária e de engajamento associativo. Segundo Fontes(2004) essas novas formas de solidariedade

...se fundam em estruturas identitárias mais caracteristicamente marcadas pela personificação dos contatos sociais, pela estruturação mais estreita do alter e do ego, ao contrário do que acontece no campo do mercado e do Estado, onde os indivíduos se definem mais largamente enquanto consumidores ou cidadãos. (FONTES, 2004:54)

Destaco que não pretendo realizar uma polarização entre estas perspectivas no estudo das redes, muito menos associar cada uma delas a uma diferente perspectiva. O meu objetivo é buscar a prevalência de cada uma destas duas lógicas na operacionalização das concepções de desenvolvimento, em ambas as redes.

Certamente o caminho para a transformação do modelo de desenvolvimento regional vigente passa pelo fortalecimento da participação da sociedade civil na geração e na gestão das políticas. Nesse sentido as redes sociais são aqui identificadas como instrumentos poderosos na produção da coesão e participação necessárias à promoção do desenvolvimento. As redes sociais, pela interação horizontal que proporcionam, pelo reforço que dão às relações de confiança e de reciprocidade e ao aumento do fluxo de capital social, mas principalmente pela capacidade da conjugação de ações intersetoriais e articulação de saberes e lógicas distintas, ampliam as possibilidades de se propor ações em que os cidadãos de cada local, de forma integral, considerando seu contexto e sua identidade, sejam agentes do próprio desenvolvimento.

⁵ MAUSS, M. Ensaio sobre a Dádiva. IN: Sociologia e Antropologia. Vol II. São Paulo: EDUSP, 1974.

AS REDES NO NORTE DE MINAS

Rede Social do Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas

Criado em 1997, o Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas tem como base entidades da sociedade civil: organizações e associações ligadas aos movimentos sociais populares, especialmente os ligados ao meio rural e a questões ambientais, articulando em sua maioria membros do terceiro setor. São organizações não-governamentais, organizações ambientais, organizações ligadas à Igreja, sindicatos de trabalhadores rurais de toda a região Norte de Minas e outras redes que atuam em âmbito nacional. Juntamente com o Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Jequitinhonha, compõem a Articulação do Semi-Árido Mineiro – ASA-Minas, que por sua vez integra o Articulação do Semi-Árido, de caráter nacional.

Foram membros de destaque na construção deste Fórum:

- Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas;
- Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra e da Cáritas Brasileira;
- Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais;
- Sindicatos de Trabalhadores Rurais de todo o norte de Minas.

Quatro temas são privilegiados atualmente em discussões do Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas, segundo informações da Coordenação:

- luta pela terra e reforma agrária;
- assistência técnica;
- educação contextualizada;
- Projeto Jaíba.

As ações desenvolvidas pela rede do Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas estão na perspectiva de promoção do desenvolvimento sustentável da região, a partir da participação direta das suas populações e da sua convivência com o ecossistema. Este Fórum vem promovendo ações tais como:

- defesa, articulação e formação das populações tradicionais da região, com fins de melhorar sua qualidade de vida;
- defesa do direito ao acesso das populações à água, como é o caso da comunidade Riachão em Mirabela (MG);
- Programa de Convivência com o Semi-Árido – Programa Um milhão de cisternas
- articulação com GT Cerrado do Ministério do Meio Ambiente.

Rede Social do Fórum Norte de Minas Integrado

O Fórum Norte de Minas Integrado, iniciou suas articulações em agosto de 2000, reunindo várias entidades patronais de classe, associações ligadas ao empresariado regional, agências de desenvolvimento do Estado, ONGs, setor privado e instituições de ensino público e privado da região. Esse movimento, a partir de encontros, palestras e oficinas setoriais realizadas em agosto de 2001, culminou e consolidou o Fórum, em seu primeiro evento, em setembro do mesmo ano.

Foram membros de destaque na construção deste Fórum:

- Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Montes Claros;
- Universidade Estadual de Montes Claros;
- TV Grande Minas;
- Banco do Nordeste;
- CODEVASF;
- Sociedade Rural de Montes Claros;
- Associação dos Municípios da Área Mineira da ADENE;
- SUDENOR;
- FIEMG;
- REdeNorte;
- Nortear;
- Prefeitura de Montes Claros;
- SEBRAE;
- Faculdades Pitágoras.

A partir dos trabalhos de oficinas setoriais articuladas para subsidiar suas discussões, em sua primeira reunião, em 2001, o Fórum Norte de Minas Integrado apresentou cinco caminhos básicos para o desenvolvimento da região:

- fruticultura;
- uso múltiplo das florestas renováveis;
- educação;
- pecuária;
- turismo.

Fruto destas discussões, propostas de ações e metas foram definidas para o desenvolvimento regional, podendo ser agrupadas nas seguintes frentes:

- pólo de agronegócios;
- articulação de arranjos produtivos regionais, com destaque para a fruticultura;
- pólo moveleiro;

- Parque Tecnológico de Montes Claros.

É importante salientar a relevância destas duas redes, especificamente pela atuação de seus membros na região. No caso da primeira, pela presença de sujeitos de peso regional no questionamento do modelo de desenvolvimento adotado na região, capazes de fazer contraposições e propostas de forma articulada. No caso da segunda, pelo papel de decisão que tem na definição das políticas regionais de desenvolvimento, na captação de recursos e no direcionamento dos investimentos.

Em resumo, antes de seguirmos para a análise comparativa das redes, vimos neste capítulo que a revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo deram origem a uma nova configuração da sociedade global, em que os processos dominantes na era da informação estão cada vez mais organizados em torno de redes.

Os anos 1990, marcados pela consolidação da participação da sociedade civil no Estado, demandam de ambos novas formas de interlocução e ação. Assim, é tendência dos anos 1990 a criação, na sociedade civil, nos movimentos sociais e ONGs, de redes e fóruns que potencializam sua articulação. Também destacamos na questão do fortalecimento da sociedade civil a importância das tendências neoliberais de redução do Estado e responsabilização da sociedade civil.

Com o resgate da construção e transformação do conceito de desenvolvimento ao longo do tempo - passando por sua ligação inicial ao crescimento econômico, seguida da crítica ao economicismo, até chegar à introdução das preocupações sociais e ambientais - com reflexos diretos na geração de políticas públicas. Vimos que a atribuição de significados ao conceito de desenvolvimento se altera em função da posição histórica e cultural de quem o utiliza. Isso nos permitiu questionar a tendência à "naturalização" do conceito e realçar a lógica excludente em que foi gestado.

Foram focalizadas, também, as características do modelo de desenvolvimento implantado no Norte de Minas, conduzido pelo governo federal, principalmente a partir dos investimentos da SUDENE. Este modelo foi orientado pelas teorias de crescimento econômico, buscando criar condições para a modernização e a reprodução capitalista na região, às custas do empobrecimento, da degradação ambiental e da deterioração das estruturas sociais já existentes na região alvo do desenvolvimento.

Procuramos interpretar as redes sociais como fonte na circulação de capital social, uma vez que a estrutura dos vínculos estabelecidos nas mesmas configura o acesso e a mobilização de recursos para realização dos objetivos dos sujeitos a elas vinculados.

Por último, para compreender o conteúdo dos vínculos sociais estabelecidos nas redes e fóruns, abordamos a questão da existência de diferentes padrões de sociabilidade no estabelecimento de relações, baseadas no contrato, por um lado, em relações mais impessoais, dominantes nos espaços do mercado e do Estado; e por outro lado, na reciprocidade, em relações mais personificadas, que emergem nas sociedades atuais, com o surgimento de novas redes de solidariedade, como, por exemplo, o voluntariado, as experiências de economia solidária e de engajamento associativo, dentre outros.

No próximo capítulo, realiza-se uma descrição detalhada da formação e características das redes objeto deste estudo, seguida de uma comparação ponto a ponto, buscando destacar semelhanças e diferenças entre as duas redes.

CAPITULO II - REDES SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE DE MINAS

Focalizo, neste capítulo, as características de cada uma das redes, sua formação, formas de atuação e visões sobre o desenvolvimento regional. Tais descrições são construídas a partir do olhar e de informações fornecidas pelos próprios membros dos fóruns acerca de suas atividades e de suas opiniões sobre o desenvolvimento regional. O posicionamento e críticas desta pesquisadora com relação às informações e idéias apresentadas pelos membros dos fóruns serão inseridas somente a partir da seção de análise comparativa e no próximo capítulo

Ressalto que as datas mencionadas de instituição destes fóruns representam, na verdade, não o momento em que as redes de articulação começam a se formar, mas sim, o momento em que estas articulações se intitulam publicamente como fóruns, dando, minimamente, institucionalidade a uma articulação já existente, em ambos os casos, há vários anos.

Para a leitura das concepções de desenvolvimento e ações propostas pelas duas redes, utilizarei a noção de projetos políticos trabalhada por Dagnino(2004), ou seja, conjuntos de concepções de mundo e representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos. Utilizarei também a teoria de campos sociais de Bourdieu (1998), que trata da disputa pela dominação de campos sociais a partir da disputa de diferentes formas de capital.

A REDE DO FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS

Instituído em 1997, o Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas – FDSNM é uma rede regional que agrega somente entidades da sociedade civil. A sua finalidade é de mobilizar, discutir e propor alternativas às questões do desenvolvimento da região. Esta rede nasceu como resultado dos desdobramentos de movimentos de trabalhadores, de movimentos ambientais, enfim organizações do movimento social do Norte de Minas existentes na região desde os anos 1980, comprometidos com a construção de um projeto de sociedade solidário e que valorize seus recursos humanos, culturais e naturais. Congregava em sua formação ONG's nacionais e regionais, sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, associações comunitárias, federações de trabalhadores, movimentos sociais e entidades da Igreja Católica.

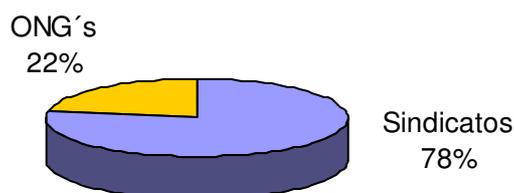
O quadro 1, abaixo, mostra as entidades atualmente membros do FDSNM. É composto estritamente por instituições da sociedade civil, principalmente ONG's ligadas aos movimentos sociais e entidades de representação dos trabalhadores.⁶

Quadro 1 - Entidades que compõem o Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas – FDS-NM

	ENTIDADE	SIGLA	CAMPO DE ATUAÇÃO
1.	Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas	CAA-NM	ONG de assessoria aos movimentos sociais
2.	Comissão Pastoral da Terra de Montes Claros	CPT	Entidades de defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da terra
3.	Comissão Pastoral da Terra de Manga	CPT	
4.	Cáritas de Januária	Cáritas Januária	ações de assistência social, cultural, educação de base e promoção da solidariedade a famílias e pessoas empobrecidas
5.	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirabela	STR Mirabela	Movimento sindical
6.	STR de Francisco Sá		
7.	STR de Itacarambi		
8.	STR de Bocaiúva		
9.	STR de Porteirinha		
10.	STR de Coração de Jesus		
11.	STR de Riacho dos Machados		
12.	STR de Varzelândia		
13.	STR de Montezuma		
14.	STR de São João do Paraíso		
15.	STR de Rio Pardo de Minas		
16.	STR de Taiobeiras		
17.	STR de Buritizeiro		
18.	STR de Salinas		

Predomina a representação da base dos trabalhadores, somando ao todo 14 (quatorze) sindicatos e quatro ONG's, sendo três ligadas à igreja. O que totaliza, como demonstrado no Gráfico 1, que 78% das entidades do Fórum são sindicatos.

Gráfico 1 - Entidades do FDSNM por tipo



⁶ Descrição mais detalhada de cada instituição no Anexo 1

A articulação da rede do FDSNM é ampliada pelo contato com outras redes e movimentos de âmbito regional, nacional e internacional, como:

- Rede Cerrado;
- Rede Alerta contra o Deserto Verde;
- Fórum de Convivência com o Semi-Árido;
- Via Campesina.

O campo de atuação do grupo de instituições que compõem o Fórum, apesar da discussão da temática sobre o desenvolvimento em toda a sua amplitude, acaba por privilegiar o debate sobre a questão do desenvolvimento rural.

Organizada de forma descentralizada e respeitando as individualidades de cada entidade envolvida, esta rede tem valorizado as parcerias. Busca dar visibilidade aos entraves ao desenvolvimento regional na visão dos trabalhadores, e tem buscado debater e propor alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento.

De acordo com seus membros as realizações articuladas pela rede tem girado basicamente em torno de cinco temas:

- questão da terra e reforma agrária;
- recursos hídricos;
- questão do crédito e acompanhamento técnico;
- educação contextualizada;
- Projeto Jaíba.

Recentemente, foi somada a estes temas a questão da desertificação.

Desenvolvimento proposto pela rede

A concepção de desenvolvimento proposta pela articulação do FDSNM é construída em grande medida a partir das críticas às políticas historicamente adotadas para a promoção do desenvolvimento da região Norte de Minas. Na visão dos membros deste Fórum, estas políticas apenas agravaram as disparidades regionais e a concentração de renda e não conduziram a um desenvolvimento igual para todos os segmentos da sociedade, configurando um "desenvolvimento" somente para um determinado grupo, em detrimento de outros.

Este desenvolvimento foi ainda construído a despeito da degradação dos recursos ambientais e da inviabilização da reprodução social das populações da região. De acordo com a fala dos membros desta articulação, o modelo excludente se reproduz ainda hoje nas políticas de desenvolvimento pensadas para a região, agravado pelo atrelamento aos interesses do mercado internacional. Assim, o FDSNM propõe a promoção do desenvolvimento que garanta a sustentabilidade dos seres humanos que habitam o Norte

de Minas. Nessa perspectiva, em sua fala, um dos membros do Fórum, busca caracterizar como é o desenvolvimento proposto pelo FDSNM:

na perspectiva do Fórum, esse desenvolvimento é aquilo que vai trazer benefícios mesmo para os trabalhadores para as trabalhadoras, para aquilo que se tenta estar construindo. É um desenvolvimento que parte como princípio da realidade onde o povo está inserido, não é? E vendo um pouco as potencialidades que a gente tem aqui na região, as dificuldades também, mas não é uma coisa trazida de fora para dentro. É mais que nasceu de dentro para fora.

Grasiele F. Costa Entrevista concedida a Lucíola Paranhos. Montes Claros, 28 out. 2005.

Nesse sentido, não são vistas, pelos membros do FDSNM, como alternativas para a promoção do desenvolvimento as políticas de expansão da monocultura no cerrado, no caso do Norte de Minas, expansão da eucaliptocultura, ou ainda os grandes projetos de barragem e os grandes projetos de irrigação. Estas são, ao contrário, ações de grande impacto ambiental que inviabilizam a reprodução social das populações que habitam a região. Elas dão pouco retorno em termos de geração de emprego e renda aos trabalhadores e trabalhadoras, além do considerável lucro que propiciam aos grandes produtores, minoria da população, e às multinacionais.

Propostas de grandes barragens e grandes projetos de irrigação não se aplicariam à realidade do semi-árido norte-mineiro, devendo ser definidos formatos de barragens e irrigação de um modelo diferenciado, que seria construído de forma participativa, incluindo no debate todos os segmentos da sociedade.

Os investimentos na agricultura familiar, no cerrado, no extrativismo são vistos como alternativas adequadas às potencialidades regionais e à sustentabilidade do ecossistema e das populações locais.

São feitas críticas à política de desenvolvimento do Banco do Nordeste, focalizada no investimento em grandes empreendimentos da agroindústria e no agronegócio da irrigação. O Banco do Nordeste é o principal agente financiador dos agricultores familiares da região. Programas como o PRONAF e o PROGER-Rural, concebidos para atender prioritariamente os agricultores com baixa capitalização e dificuldades de integração ao mercado, para o aumento da sua capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda, resultam, muitas vezes, no endividamento dos agricultores.

Os argumentos são de que impera o financiamento de pacotes, construídos pelos bancos e empresas de assistência técnica, contemplando atividades nas quais os agricultores não são especialistas ou que exigem investimentos que ficam acima da

capacidade do produtor, como é o caso dos projetos de pecuária leiteira e atividades correlacionadas. Existe certa imposição sobre o tipo de projeto a ser financiado, sem levar em conta os "costumes" dos agricultores e o ecossistema em que vivem. Há uma carência de propostas de convivência com o semi-árido. Há também uma crítica ao estímulo à integração da agricultura familiar a monopólios do setor agro-industrial (SICAL, NESTLÉ, Rio Dourado etc.) e ao mercado de insumos agroquímicos, favorecendo a super exploração deste segmento.

São criticados os investimentos em grandes agroindústrias da cachaça, que hoje estão fechadas, e em grandes laticínios, quando investimentos menores em iniciativas de pequenos produtores aumentariam sua capacidade produtiva e gerariam mais renda. O investimento na formação tanto técnica quanto política dos pequenos produtores é visto como crucial.

As propostas de desenvolvimento se assentam na substituição do modelo modernizante da "Revolução Verde", e mais recentemente da revolução biotecnológica, pelo modelo agroecológico. Consideradas como ápices do processo de desenvolvimento da moderna agricultura, a revolução biotecnológica e a "Revolução Verde" possibilitaram aumentos fantásticos de produção e produtividade, porém com a visão reducionista que entende a produção rural como um empreendimento empresarial de caráter eminentemente tecnológico. Em contrapartida a agroecologia enfoca a agricultura incorporando a sua relação intrínseca com o meio ambiente, centrada não só na produção como também na sustentabilidade ecológica do sistema de produção (DAYRELL:2000).

Segundo membros do Fórum, constrói-se o discurso de que as instituições, ONG's e sindicatos estão defendendo a cultura do atraso e barrando o desenvolvimento da região, na medida em que eles têm se posicionado contra o incentivo dado pelo IBAMA e IEF ao plantio de eucalipto e pinus, através do PRONAF Florestal.

A promoção do desenvolvimento regional, na visão desta articulação, passa necessariamente por uma construção de políticas de forma mais participativa. Com o envolvimento, por exemplo, dos sindicatos e outras instituições que representam a maioria da população, na definição de políticas de crédito, e de projetos a serem viabilizados. As políticas de desenvolvimento conduzidas na região Norte de Minas têm desconsiderado sistematicamente as populações que aqui vivem, o espaço ecológico da região e o conhecimento existente sobre a convivência da população neste espaço. Esta é a visão do FDSNM, conforme fragmento do documento produzido no Seminário Regional de Recursos Hídricos:

Como é possível combater a natureza? Será que a seca é um problema de infra-estrutura? Ou devemos inaugurar um novo tempo de convivência ecológica e democratização sócio-econômica. Precisamos inventar um novo modelo de desenvolvimento regional que, sob controle social, restaure os processos ecológicos essenciais, respeite o conhecimento das famílias agricultoras, e democratize as decisões sobre as políticas públicas regionais. (Documento "Propostas do Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável ao Governo do Estado de Minas Gerais através da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e aos Poderes Públicos Municipais" construído a partir do Seminário Regional de Recursos Hídricos)

Com base nas discussões sobre os limites do crescimento econômico como motor do desenvolvimento, são feitas críticas ao economicismo das políticas que buscam a inserção dos produtores no mercado capitalista, transformando-os em grandes empresários que buscam produtividade e lucratividade, sem que isso necessariamente conduza à melhoria da qualidade de vida da maioria da população. Adota-se uma visão transsetorial do desenvolvimento, envolvendo as áreas econômica, social, cultural, ecológica e política. Uma visão mais integral do desenvolvimento é apontada na fala de um dos membros do FDSNM:

o desenvolvimento é um desenvolvimento coletivo, tanto no campo da segurança alimentar, tanto no campo da educação, da luta pela terra, da luta pela água. Não é uma ação isolada, exclusivamente P1MC, construção de cisterna, mas que tenha todos os componentes ali. Quando se vai discutir P1MC, se vai discutir segurança alimentar, a questão da comercialização, da organização de agricultores, então esse desenvolvimento que se fala no Fórum é isso. É o entendimento que a gente tem.

Francisco Wagner Pereira. (CAA) Entrevista concedida a Lucíola Paranhos, Montes Claros, 04 nov. 2005.

Destaca-se aqui uma demanda não só por um desenvolvimento que atenda aos vários segmentos da sociedade, colocado como coletivo, como também um desenvolvimento que considere os vários aspectos que o compõem.

O Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA-NM, enquanto uma organização de assessoria aos movimentos populares, com atuação de mais de 20 anos na região, tem sido crucial no suporte teórico ao debate do desenvolvimento regional, em especial do desenvolvimento rural sustentável. Nesse sentido as palavras de Silva (2000), ex-coordenador do CAA-NM e um de seus membros fundadores, refletem e resumem a perspectiva de desenvolvimento proposta por esta articulação.

O autor afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável, hoje, é um conceito em disputa, principalmente no campo político e ideológico. Amplamente utilizado por todos os setores, pode assumir sentidos diversos e até antagônicos. Sua popularização se deu a partir do conceito construído e publicado no Relatório Brundtland,

da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento-CMMAD, que foi referência dos debates da ECO-92.

No relatório Brundtland o conceito se torna mais polissêmico ao enfatizar a solidariedade transgeracional, ao evitar as questões de fundo das relações homem/sociedade/natureza e ao ignorar os conflitos sobre os recursos naturais. Cria-se assim um discurso de consenso sobre o debate da sustentabilidade entre os diversos setores da sociedade, já que não há como negar a idéia de sustentação para o desenvolvimento.

Nesse sentido SILVA (2000) frisa o papel que os diferentes setores da sociedade têm, de explicitar a sua versão de desenvolvimento sustentável. Ele explicita sua versão, que pode ser considerada também a da articulação do FDSNM, conforme os entrevistados. Sobre a necessidade de reorientação radical do modelo vigente de desenvolvimento rural na perspectiva da sustentabilidade, ressalta os eixos fundamentais do modelo proposto por este fórum:

1. priorização à agricultura familiar responsável pela grande maioria dos estabelecimentos;
2. reforma agrária/reordenamento espacial com base no uso sustentável dos ecossistemas, incluindo a possibilidade do uso múltiplo/comum dos Gerais (desprivatização das chapadas), assentamentos agro-extrativistas com o beneficiamento- descentralizado e apropriado pelos agricultores familiar – das plantas nativas e exóticas;
3. redirecionamento da concepção e das ações de ensino, pesquisa e animação rural (e não extensão), priorizando a gestão participativa de microbacias e a adoção de estratégias agroecológicas de uso dos ecossistemas no sentido de propiciar: a) a regeneração , aprimoramento e potencialização dos sistemas camponeses de produção; b) o reincremento da biodiversidade dos ecossistemas regionais e a restauração do equilíbrio biológico e hidrológico;
4. reorientação e aprimoramento dos modelos de educação e de escola rural incorporando e priorizando elementos das realidades locais, adaptando o calendário à sua dinâmica agrícola, valorizando as suas culturas e os seus ecossistemas, promovendo e fortalecendo o exercício da cidadania e os mecanismos comunitários de solidariedade e adotando uma perspectiva sistêmica de educação ambiental;
5. intensificação da melhoria da infra-estrutura no meio rural, estimulando a permanência e o retorno ao campo, e viabilizando a desconcentração demográfica e numa perspectiva interiorizadora do desenvolvimento sustentável” (SILVA, 2000:304).

Vemos que a concepção de desenvolvimento do FDSNM se assenta no investimento nas potencialidades das populações locais e seus sistemas de produção, associada à uma convivência harmônica com o ecossistema do qual fazem parte. A sustentabilidade do desenvolvimento estaria assim diretamente ligada à valorização das culturas e ecossistemas locais e a participação destes na decisão dos rumos do desenvolvimento.

Objetivos da rede

Segundo documentos produzidos pelo Fórum, como o Projeto do *IV Seminário Regional - Recursos Hídricos e Convivência com a seca no Norte de Minas*, esta articulação “pretende ser um espaço aberto de reflexão, formação e articulação das forças atuantes no campo popular para o enfrentamento político das questões que perpassam o desenvolvimento regional”. Ainda segundo a Carta de Princípios (Anexo 2), assinada pelos participantes do Fórum, esta articulação se propõe, entre outros tópicos, a:

- sensibilizar a sociedade civil, os formadores de opinião e os decisores políticos para uma ação articulada em prol do desenvolvimento sustentável, dando visibilidade às potencialidades do semi-árido norte mineiro;
- contribuir para a formulação de políticas estruturadoras para o desenvolvimento do Norte de Minas bem como monitorar a execução das políticas públicas;
- influenciar os processos decisórios, fortalecer a implementação das propostas da sociedade civil para o Norte de Minas, e
- articular-se com outros fóruns regionais, estaduais e internacionais de luta.

O Fórum se vê ainda no papel de fiscalizar a aplicação de recursos, acompanhar programas em execução e acompanhar e propor políticas de desenvolvimento para o Norte de Minas.

Estrutura de funcionamento

O FDSNM não tem personalidade jurídica própria. A articulação se realiza de forma totalmente informal, bastando, para se filiar, afinidade com os princípios do Fórum, expressa pela assinatura de um Termo de Adesão (Anexo 3) e pela participação nos encontros realizados periodicamente. No entanto, avaliou-se a necessidade de dar uma certa estrutura ao Fórum, para que as atividades fossem mais bem organizadas e se organizasse a convocação dos participantes e definição de pautas. Para isso, decidiu-se pela formação de uma secretaria executiva.

A secretaria é composta de entidades que indicam pessoas para assumir a Coordenação, fazendo articulação, pensando a pauta, coordenando as reuniões, registros em Livro de Ata e realização dos encaminhamentos. Atualmente a Coordenação se divide entre o CAA e a CPT. A decisão de forma uma secretaria executiva buscou facilitar a mobilização e articulação do grupo. Esta secretaria, no entanto, não conta com equipe

própria, profissionalizada e remunerada. São utilizados estrutura, espaço físico e profissionais das citadas entidades que, além de suas funções, assumem a coordenação e a secretaria executiva do Fórum. Este mesmo grupo, portanto, acumula as funções políticas e técnicas.

As decisões do Fórum são tomadas nas reuniões, a partir do debate e da construção do consenso entre os presentes, seguidas de definição dos encaminhamentos, com prazos e responsáveis. Segundo a coordenação do Fórum, poucas foram as vezes em que foi necessária a votação, prevalecendo mais o clima de diálogo e concertação de idéias do que o de embates e disputas.

Histórico e contexto de formação da rede

Esta rede se forma num contexto de debate e de enfrentamento das questões relacionadas com o desenvolvimento regional. Apesar de instituído em 1997, o Fórum, na verdade, tem uma história que começa muito antes. A maioria destas organizações já atuava na região há mais de 10 anos. Segundo avaliação dos próprios membros da rede, todos, de forma isolada, tinham projetos e concepções de desenvolvimento para o Norte de Minas, mas funcionavam de forma solta, com cada um atuando em um determinado espaço. A base de atuação era a mesma, a saber, pequenos produtores rurais da região, populações tradicionais, trabalhadores expropriados de seus meios de produção e de suas terras e que tiveram suas estratégias de reprodução social desestruturadas.

No período pós-ditadura, momento em que a sociedade civil brasileira também começa a se organizar politicamente, começam a se criar novos espaços de resistência destas populações. Assim como no contexto nacional, começam a nascer na sociedade norte-mineira outras organizações e mobilizações, como as apoiadas pela Igreja Católica, através de seus serviços de pastorais, e o movimento sindical se fortalece na região neste período. Na região Norte de Minas surgem novos atores que chegam e começam a se articular com as bases sociais, em especial a Comissão Pastoral da Terra e o movimento sindical rural. Inicia-se um processo de enfrentamento das dinâmicas que desestruturaram os sistemas tradicionais de organização social de produção da população norte-mineira. Os movimentos sociais começam a se fortalecer na região e a dar voz a essas pessoas, que se viam obrigadas a pensar em alternativas de convivência no novo contexto.

Nesse sentido, a Comissão Pastoral da Terra- CPT⁷ teve um papel fundamental, porque ela chega num momento em que se inicia um embate na região, sem nenhuma expressão de resistência ou de denúncia colocada por parte dos setores excluídos. Também é importante o movimento sindical, que surge na esteira desse debate, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG.

Na região, estavam presentes os movimentos sociais, organizações de âmbito nacional como a CPT, de âmbito estadual, como a FETAEMG. Alguns setores ligados a um debate internacional começam a introduzir a questão da crítica à “Revolução Verde”. Começa-se então a discutir a questão das tecnologias alternativas.

Em meados da década de 1980, mais especificamente 1985, o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas - CAA surge no bojo destes questionamentos. A sua criação foi proposta por agricultores e agricultoras familiares, a partir destes debates.⁸ Isso deu início a um período de estudos e pesquisas sobre a agricultura familiar na região e o desenvolvimento regional, aliadas à pesquisa e experimentação de tecnologias mais apropriadas à pequena produção regional.

Dentro do próprio aparelho do Estado incumbido de promover as ações desenvolvimentistas na região, surgia a contradição. As pessoas chamadas para atuar na região começam a perceber os problemas, e começam a explicitá-los e criar clivagens. Dentro da EMATER havia grupos significativos que questionavam o processo em curso. Grupos de dentro da Secretaria Estadual do Trabalho e Ação Social- SETAS trouxeram a discussão do desenvolvimento rural integrado, inserindo a questão da participação popular em projetos de desenvolvimento. A implantação de programas de desenvolvimento rural financiados por agências internacionais, como o Banco Mundial, cujas estratégias eram o desenvolvimento comunitário e o planejamento participativo, viabilizaram um reflexão sobre as práticas na promoção do desenvolvimento. Abriu-se uma fenda nesse processo de reflexão sobre o que estava acontecendo na região,

⁷ A Comissão Pastoral da Terra-CPT é uma entidade de defesa dos Direitos Humanos e dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da terra. Um serviço à causa dos trabalhadores rurais, sendo um suporte para a sua organização. São alvos de ações da CPT os lavradores, os posseiros, os atingidos pelos grandes projetos de barragens e os sem-terra. A agricultura familiar mereceu um destaque especial no trabalho da entidade, tanto na organização da produção, quanto da comercialização e também as questões da ecologia.

⁸ A criação do CAA-NM foi proposta em um encontro regional de agricultores familiares organizado pela Casa de Pastoral Comunitária de Montes Claros e o projeto PTA/FASE em 1985. Em 1989 estrutura-se o CTA (Centro de Tecnologias Alternativas), primeiro nome da entidade, vinculado à uma Rede de Tecnologias Alternativas. No mesmo ano constitui-se como uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, com participação de agricultores familiares e técnicos da região, já com o nome atual.

emergindo uma visão um pouco mais crítica nos espaços do poder público. O CAA foi fruto destes questionamentos e da articulação dos movimentos da região.

Em 1988, Carlos Dayrell, ambientalista, hoje membro da equipe do CAA, foi convidado para contribuir em seminário regional, proposto pela CPT, para discutir a questão do desmatamento e do carvoejamento. Na época, a CPT tinha forte atuação junto aos trabalhadores assalariados do carvão. O trabalho da CPT se dava na perspectiva da organização social dos trabalhadores do carvão, de conquista de direitos, mas também contemplava a reflexão sobre os impactos ambientais. Começou-se então a discutir a questão do carvoejamento e dos seus impactos, principalmente para as comunidades. Este seminário regional articulou as ações dos sindicatos, da FETAEMG, com CPT e CAA, na época, ainda com o nome de Centro de Tecnologias Alternativas-CTA.

Esta articulação, no entanto, tendeu a se dispersar um pouco com o passar dos anos. Estas instituições passaram a atuar cada uma em seu campo defendendo cada uma, a seu tempo e modo, os interesses das populações da região. Em meados da década de 1990, a base dos movimentos sociais começa a pressionar este grupo de entidades para uma atuação mais articulada. As lideranças de base questionavam por que determinadas entidades não trabalhavam juntas. Questionava-se também a existência de divergências entre estas instituições quanto a concepções de trabalho e até que ponto estas divergências inviabilizavam a articulação de ações. Questionava-se, ainda, que as reivindicações colocadas pelos movimentos sociais não eram inseridas num contexto global.

Em 1989 foi criado o Grupo de Estudos e Ação Ambiental – GEA com o objetivo de produzir conhecimento sobre a ecologia regional, como forma de subsidiar o incipiente movimento social regional em suas discussões com organismos de Estado para a defesa do ecossistema norte-mineiro, cuja especificidade é ser espaço de transição entre os biomas cerrado, caatinga e floresta tropical. Iniciou-se um processo de realização de reuniões sistemáticas para discussão e debate das questões regionais e para busca de alternativas, envolvendo CAA, FETAEMG, CUT, professores da UNIMONTES, entre outros. A partir destas reuniões se construiu uma visão mais completa sobre as questões da região e acima de tudo se consolidou um grupo com um discurso construído para dar voz às demandas dos movimentos sociais da região.

Um evento significativo, que consolidou este trabalho e tornou pública a existência de um grupo articulado em defesa dos movimentos sociais, foi a realização, pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais, de plenárias regionais, que colhiam propostas

nas microrregiões. A realização de uma plenária em 1997, em Montes Claros, propiciou a consolidação desta articulação com a apresentação de diagnóstico e propostas em bloco, sistematizadas em um documento único. Ele foi lido e entregue aos deputados presentes no referido encontro. Neste documento as entidades organizadas já se intitulavam Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável. Foi o primeiro documento apresentado em nome de um grupo articulado, em que se retratava o modelo de desenvolvimento implantado na região numa posição mais crítica e se expunha como este grupo de instituições e movimentos enxergava tudo isto. Este documento foi fruto das discussões acumuladas pelo grupo desde meados dos anos 1980.

A apresentação do documento foi um marco importante, pela conquista legitimada de um lugar de fala para os movimentos sociais representados pelo Fórum e pela apresentação de idéias e propostas alternativas para o desenvolvimento regional, frente aos demais grupos que, via de regra, se resumiam a demandar melhorias para a região dentro do modelo dos projetos governamentais. A partir daí pensou-se na possibilidade de se manter essa articulação, não somente para atendimento a provocações do poder público, como as da Assembléia Legislativa do Estado, mas, antes de tudo, para que a sociedade civil estivesse atenta.

Neste contexto, foi proposta a realização de um seminário no qual se discutisse a questão do desenvolvimento regional, com a participação dos representantes das entidades e também das organizações de base sobre as quais estas entidades atuavam. Este primeiro seminário realizou-se em 1998. A ele se seguiram vários outros. As entidades e organizações de base explicitaram suas reflexões sobre o desenvolvimento da região e apresentaram novas propostas. Tais reflexões, tendo como parâmetro o desenvolvimento enquanto crescimento econômico, enxergavam a região como excluída do desenvolvimento. Iniciava também a crítica ao desenvolvimento pautado somente pelo crescimento econômico.

O debate sobre a questão do desenvolvimento regional foi crescendo após meados dos anos 1980, com a produção de textos e realização de seminários, como por exemplo, o seminário Desenvolvimento do Norte de Minas e a Urbanização de Montes Claros, realizado na FAFIL⁹ em 1988. Todo esse debate se consolida em 1997 em um pensar mais articulado sobre a região, percebendo as dinâmicas que conduziam o processo vivido naquele momento. Mais importante que isto foi a construção de propostas mais organizadas, não em resposta ao que venha de fora, mas em resposta às bases dos

⁹ Faculdade de Filosofia da antiga FUNM- Fundação Educacional do Norte de Minas, hoje UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros

movimentos sociais. O primeiro seminário foi uma tentativa de organizar ações e discutir um projeto regional estratégico. Desde então o Fórum se torna permanente.

Para o primeiro seminário foram convidados pesquisadores que tinham feito estudos sobre a região. Eles apresentaram resultados de pesquisas, projetos elaborados sobre a questão do cerrado, que posteriormente viraram monografias e dissertações de mestrado. Era uma oportunidade de conhecer o que estava sendo dito e produzido sobre a região.

A partir deste ponto se seguiu uma série de seminários temáticos, buscando contemplar questões importantes para a região e, paralelamente, pensar estratégias de atuação articuladas aos temas discutidos. Dentre as ações realizadas, foram importantes as visitas de todo o grupo a locais onde havia alguma questão candente, para que as organizações vissem a realidade regional e dessem sua contribuição.

Foram realizados inicialmente seis seminários:

- I Seminário: Reflexão sobre a atuação dos movimentos sociais, ONG's e pastorais na região Norte de Minas [1998];
- II Seminário: Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável – Abril/1998;
- III Seminário: Reforma Agrária – Setembro/1998;
- IV Seminário: Por uma Educação Básica no Campo – Março/1999;
- V Seminário Regional: Recursos Hídricos e Políticas de Combate à Seca no Norte de Minas – Agosto/1999;
- VI Seminário: Políticas de Crédito e Assistência Técnica para a Agricultura Familiar – Dezembro/1999.

Estes seminários consolidaram e institucionalizaram o Fórum como espaço de articulação e discussão da sociedade civil, mais especificamente dos movimentos sociais, e de proposição de alternativas para o desenvolvimento do Norte de Minas.

Cada entidade que atualmente compõe o Fórum teve um percurso próprio de articulação regional e de busca de entendimento da realidade das populações. Esses percursos, articulações e entendimentos foram às vezes contraditórios, mas agora se unem em torno do FDSNM.

Projetos ou ações viabilizadas, articuladas ou em execução

As ações realizadas pelo FDSNM são geralmente de mobilização, informação, discussão de temáticas relacionadas aos problemas da região, sem esquecer a proposição de alternativas. São importantes as ações de visibilização dos problemas, buscando o maior envolvimento da sociedade civil e reconhecimento das questões colocadas; a

pressão sobre o poder público, através da legitimidade dos questionamentos realizados; e as propostas que invariavelmente apresenta, como se descreve a seguir.

A realização dos seminários temáticos para mobilização, esclarecimento e debate dos temas ou questões-chave do desenvolvimento da região, pela sociedade civil, são importante estratégia do Fórum. O trabalho de formação de lideranças, discussão e luta por uma educação diferenciada também é tônica desta articulação. Como mencionado, o Fórum tem articulado seus projetos e ações em torno de cinco temas, sendo um ou outro reforçado em função do contexto de demandas do grupo. Maiores detalhes sobre isto constam do Anexo 4.

A luta pela terra e reforma agrária

A discussão e articulação de estratégias de luta pela terra incluem populações como os extrativistas, os geraizeiros e os atingidos pela monocultura do eucalipto na busca de detectar os desafios para o desenvolvimento dos projetos de assentamento dos acampamentos. Para as ações com relação a este tema foram realizados levantamentos da realidade da luta pela terra no Norte de Minas, caracterizando o uso das terras devolutas como distritos florestais pelas reflorestadoras, projetos de assentamentos e áreas de conflito existentes na região. As ações buscam o fortalecimento da agricultura familiar e da mobilização para implantação dos novos assentamentos, desapropriações das áreas de conflito, criação de assentamentos agroextrativistas.

Duas ações importantes que demonstraram o peso desta rede na negociação de demandas da sociedade civil frente ao poder público foram as visitas realizadas pelo Fórum ao Projeto Jaíba e a Brejo dos Crioulos. A visita ao Projeto Jaíba, realizada em abril de 2000, provocou um debate significativo que teve repercussões sobre todo o processo de democratização vivenciado pelo Distrito de Irrigação do Jaíba, cuja direção era feita, até então, de uma forma autoritária. A explicitação, através da visita, dos problemas ali encontrados, provocaram discussões, inclusive com o Banco Mundial que financiava o Projeto. Houve uma grande pressão para que o Banco Mundial avaliasse os impactos sociais, não só a partir de relatórios econômicos feitos pela gerência do projeto mas, também, que fossem enviados representantes para verificar a real situação das famílias que ali viviam. Isso ocorreu em julho de 2000, em função dos questionamentos dos movimentos sociais, a partir da visita.

A visita a Brejo dos Crioulos, realizada em junho de 2004, foi um marco significativo do processo de visibilização regional da temática das populações

tradicionais, especialmente os quilombolas, até então excluídos no contexto das questões regionais. Lá foram reunidas cerca de 120 pessoas, representando 19 cidades, 21 comunidades e 27 entidades, além de estudantes e professores universitários.

Com grande repercussão na mídia local e estadual, esta visita forçou a Fundação Cultural Palmares e a Procuradoria Geral da República a se posicionarem no sentido de acelerar o processo de reconhecimento de Brejo dos Crioulos como território de remanescentes de quilombos.¹⁰

Recursos hídricos

Entre as ações acerca da gestão dos recursos hídricos da região, são importantes o apoio ao Movimento dos sem Água, os trabalhos de formação dos trabalhadores dos sindicatos e comunidades para recuperação de solos, mata ciliar e produção sem agrotóxicos, além do trabalho com lideranças.

É forte a discussão sobre os impactos da monocultura do eucalipto e do desmatamento sobre os recursos hídricos. São também lançados questionamentos sobre as políticas de incentivo a grandes projetos de irrigação como solução para a agricultura regional, os grandes perímetros irrigados, as grandes barragens, os pivôs centrais, todos financiados com dinheiro público subsidiado, a despeito das características climáticas regionais e sem consideração à integridade das bacias hidrográficas, levando ao corte das águas ou secamento de diversos cursos d'água, o que inviabiliza a reprodução de um grande número de famílias de agricultores.

Destaca-se aí o apoio do Fórum à luta da Comunidade Riachão¹¹, no município de Mirabela, na defesa do manejo adequado do rio de mesmo nome, que se viu sem água em função da instalação de grandes pivôs de irrigação em suas cabeceiras. Foram realizadas várias audiências públicas com ocupação, manifestações nas BR's, manifestação em Montes Claros, culminando com a realização de uma greve de sede, em

¹⁰ Ao lado do art. 216, § 5º, da Constituição de 1988, que determinou o tombamento de “todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos”, a Constituição instituiu o direito destas comunidades étnicas à propriedade das terras por elas ocupadas, no art. 68 do ADCT, que reza: “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

¹¹ A Comunidade Riachão é uma comunidade de 3.000 famílias (12.000 habitantes), a grande maioria de pequenos produtores rurais, que vive na subbacia do Riachão, afluente da margem direita do rio Pacuí que deságua no rio São Francisco. O Riachão percorre 90 km desde a sua nascente na Lagoa da Tiririca (a 20 km da cidade de Montes Claros) até a sua foz, banhando os municípios de Montes Claros, Coração de Jesus, Mirabela e Brasília de Minas. A perenidade do rio foi ameaçada a partir de 1994/95, quando cerca de 8 pivôs centrais foram instalados na sua cabeceira, ameaçando a vida de toda essa população e dando início a conflitos que se estenderam até 2004, com o lacramento dos pivôs.

2000, com o objetivo de chamar a atenção da sociedade e do poder público para o problema. Ver figuras 1 e 2.



Figura 1 – Manifestação em frente à Prefeitura Municipal de Montes Claros.
Fonte: Acervo de fotos do CAA



Figura 2 – Manifestação em frente à Câmara Municipal de Montes Claros.
Fonte: Acervo de fotos do CAA

Foram mobilizados vários municípios, com participação do movimento sindical dos trabalhadores rurais, da CUT, da CPT e do CAA. Mais importante foi o apoio à comunidade na sistematização de demandas e discussões junto aos órgãos públicos responsáveis pela resolução da questão, como o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM e o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, entre outros, garantindo voz a estes grupos da sociedade civil nestes espaços. Ver Anexo 5 - Xerox panfleto da manifestação. A luta da comunidade Riachão seguiu por vários anos apoiada pelo Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas. Somente em 2004 conseguiu-se o lacramento das bombas de irrigação naquela comunidade.

À discussão e à mobilização de apoio ao movimento contra a transposição do São Francisco soma-se a discussão de alternativas mais sustentáveis de acesso à água para as populações do semi-árido. Criticando as políticas tradicionais de combate à seca, histórico mote para o gasto de recursos públicos, são propostas ações voltadas para a convivência com o semi-árido.

A aprovação junto ao IGAM do Projeto Pró-Água, encaminhado pelo CAA com parte das propostas aprovadas no Seminário Regional de Recursos Hídricos, realizado pelo Fórum, foi ação relevante. O projeto previa a realização de estudos sobre os impactos dos reflorestamentos nos recursos hídricos e propostas para redução dos impactos.

Neste sentido, uma ação muito importante do Fórum, ainda em realização, é o Projeto Um Milhão de Cisternas Rurais - P1MC. O P1MC é um programa que atende prioritariamente às famílias que não têm água para beber. O programa tem como meta construir, em cinco anos, um milhão de reservatórios domiciliares de água de chuva. Não é um programa do Governo, é um programa da Articulação do Semi-árido - ASA. Os principais financiadores são o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Federação Brasileira dos Bancos - FEBRABAN.

O grande mérito do FDSNM nesta ação é que este projeto foi concebido a partir das discussões do Fórum e depois ganhou peso nacional. A experiência de formação de monitores - agricultores - para construção de cisternas de placas e o resultado das caixas d'água de abastecimento domiciliar construídas na sub-bacia do Riachão e em outras localidades, serviu de base para discussão da concepção do projeto de um milhão de

cisternas apresentado por representante da Fundação Esquel¹², que veio participar do encontro como representando da ASA.



Figura 3 – Família beneficiada pelo P1MC.

Fonte:Acervo de fotos do CAA

Hoje, no Norte de Minas, o Fórum é responsável pela execução do P1MC e o CAA é a unidade gestora. Todo o processo de seleção de famílias, escolha de municípios e estratégia de ação parte do Fórum. Nele se faz todo o debate técnico e político sobre a gestão do Programa: comunidades a serem beneficiadas, modo de execução, o processo de mobilização local a partir do Fórum. Por exemplo, o P1MC só chega aos municípios que contam com entidades que fazem parte dessa articulação do Fórum do Norte de Minas. É realizado também um levantamento da realidade hídrica de cada região e de quantas famílias precisam ser atendidas. Essa discussão é levada para construção de um projeto nacional, nas reuniões da ASA nacional. A junção do FDSNM com o Fórum de Convivência com o Semi-árido do Vale do Jequitinhonha é chamada Articulação do Semi-árido Mineiro, ASA-Minas.

12 A Fundação Grupo Esquel Brasil - FGEB - é uma organização não-governamental, criada em 1989 com a missão de conduzir atividades voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável sob os aspectos econômicos, sociais, políticos culturais e ecológicos, com o objetivo de contribuir para a erradicação da pobreza. A FGEB executa seus trabalhos com prioridade para os temas da Convivência Sustentável com o Semi-Árido/Desertificação, Criança de 0 a 6 anos, Geração de Renda e Fortalecimento da Sociedade Civil. Por atuar no Distrito Federal, foi o interlocutor entre o Governo Federal e a ASA- Articulação do Semi-Árido quando esta apresentou o Programa Um Milhão de Cisternas ao Governo Federal.

A questão do crédito e do acompanhamento técnico

A questão do crédito a pequenos agricultores também é tema crucial do FDSNM. A realização de um seminário para a discussão do tema gerou alguns desdobramentos. O endividamento rural entre os agricultores era muito grande. A realização de uma pesquisa para saber a situação do crédito, a dívida, a inadimplência de cada um e sobre o acesso à assistência técnica foi uma iniciativa que permitiu conhecer melhor o problema e fortaleceu a definição pela luta conjunta dos agricultores inadimplentes.

O FDSNM buscou compreender melhor as causas do insucesso econômico dos empreendimentos financiados. Identificou quais as parcelas que correspondem aos agricultores, às instituições financeiras, às empresas de assistência técnica e de elaboração de projetos e à própria política macroeconômica do Governo, mudando a perspectiva de que o insucesso dos empreendimentos se justificava pela seca ou pela incompetência dos agricultores. A questão do endividamento não era colocada em discussão, mas, com o respaldo da sociedade civil, através do Fórum, a questão ganhou mais força.

Foram então iniciadas mobilizações municipais para discutir o problema do endividamento. As informações levantadas subsidiaram os agricultores para negociação junto aos bancos e pedido de prorrogação do vencimento dos débitos. Foram feitas muitas mobilizações para a discussão do crédito e da assistência técnica, além da elaboração de proposta de renegociação da dívida dos pequenos agricultores familiares e reuniões de negociação entre agricultores e gerentes de bancos.

Manifestações como a ocupação de uma agência bancária de Montes Claros e a ocupação de uma rodovia federal, mobilizaram mais de 3.000 agricultores de toda a região em Montes Claros, pressionando as instituições para a renegociação das dívidas dos agricultores. Ver o Anexo 6.

A questão da educação contextualizada.

A ausência de uma política pedagógica diferenciada para a educação do campo para atender às necessidades da realidade rural é preocupação permanente do FDSNM. É imprescindível para a promoção do desenvolvimento destas populações no Norte de Minas que esta ausência seja superada.

As discussões e ações do Fórum giram em torno da avaliação da atual situação da educação na região e da construção e proposição de uma prática educativa que considere

a realidade contextualizada e que tenha uma função social, para além da leitura e escrita.

A partir de um diagnóstico sobre a precariedade da educação, principalmente em áreas rurais, do reconhecimento da educação como campo estratégico para a construção de uma realidade diferente, o FDSNM coloca a educação como uma das diretrizes de sua atuação. Articulado ONG's, sindicatos e poder público, busca encaminhar e incentivar projetos que tenham como parâmetro o contexto regional, a diversidade cultural, a emancipação desta população, estimulando experiências denominadas de Educação Contextualizada.

Neste sentido, foram realizados vários seminários para "Educação no Campo", o primeiro em 1999, problematizando a questão e propondo alternativas.



Figura 4 - Atividade do Seminário Educação no Campo. Montes Claros. Março, 1999.

Fonte: Acervo de fotos do CAA

As ações realizadas e em andamento, além da discussão permanente do tema, se resumem na execução dos seguintes projetos:

- Projeto Semear- experiência de educação e qualificação profissional para o meio rural em parceria com a FASE e a CUT;

- Programa de Alfabetização e Escolarização;
- Programa Economia Solidária e Sustentável;
- PRONERA- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária;
- Programa de Formação do FAT, em quatro municípios sobre temas como: Produção Agropecuária, Manejo Agroecológico, Capacitação Gerencial, Agricultura Alternativa, Bovinocultura, Horticultura Orgânica, Educação Ambiental, Fruticultura e experiências de Captação de Água da Chuva e Manejo dos Solos;
- Programa de Formação de Jovens em Assentamentos Rurais;
- Educação Geraizeira.

Estratégias de articulação e ação

O FDSNM congrega somente entidades da sociedade civil. Tem sua linha de trabalho norteada por uma Carta de Princípios. A partir desta carta, as entidades da sociedade civil se filiam ou não ao Fórum. A Carta de Princípios e a assinatura de um Termo de Adesão garantem ao Fórum o respaldo e a legitimidade quando da apresentação de documentos em nome dessa fração organizada da sociedade civil nortemineira, que funciona como um pacto. Os documentos produzidos pelo Fórum, além da designação FDSNM, incluem abaixo a listagem das entidades participantes. Este pacto garante também uma colaboração financeira para a realização de algumas atividades, nas muitas vezes em que não há recursos.

Realiza-se uma reunião de planejamento no início do ano, na qual não se definem muitas ações. Normalmente define-se uma grande ação para o primeiro semestre e outra para o segundo. As reuniões do Fórum acontecem periodicamente, de dois em dois meses, podendo ser redefinidas por questões de agenda das instituições. Os encontros periódicos permitem a colocação das questões demandadas pelos grupos da sociedade civil representados. Segundo a coordenação, no entanto,

Então, além do debate, a gente encaminha para as questões mais concretas. Depois de discutir a gente encaminha para uma questão prática, pra dar visibilidade ao problema, pra chamar atenção, pra colocar que nós temos propostas diferentes do que está colocado.

Marilene A. de Souza. (CAA) Entrevista concedida a Lucíola Paranhos, Montes Claros, 28 fev. 2005.

Assim, são estratégias na condução de ações pelo Fórum:

- reuniões de debate do Fórum;
- seminários temáticos;
- viagens para troca de experiências;
- manifestações públicas;
- denúncias à imprensa;
- contato/ reuniões com órgãos públicos, encaminhamento de propostas;
- reuniões e encontros de planejamento nas comunidades;

- assessoria aos encontros de lideranças dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais - STR's.

Por ser um campo de debates, o FDSNM acaba por tornar-se também um espaço de formação política dos participantes, uma vez que eles são provocados a pensar outras questões além das vividas no cotidiano de suas entidades. Como exemplo, os membros do Fórum citam a diferença entre os sindicatos participantes do Fórum e aqueles que só encaminham aposentadorias. Os sindicatos que acompanham o Fórum estão mais atentos às questões do movimento sindical e é clara a diferença na postura de trabalho, diferença atribuída ao espaço de discussão fornecido pela articulação entre as entidades. Esta diferença quanto à participação e percepção mais qualificada de sua realidade também se percebe nas comunidades rurais assessoradas ou em área de atuação das entidades componentes do Fórum.

Importância da articulação

A articulação das entidades dá ao grupo um peso político que elas não teriam de forma isolada. O Fórum é instrumento de apoio às várias iniciativas das entidades participantes e constitui-se num espaço de diálogo que as fortalece para o enfrentamento de questões maiores. Segundo a coordenação, o Fórum também ganha peso por ser de nível regional, mesmo que por vezes localmente as entidades não tenham reconhecimento. Os participantes do Fórum, quando presentes em discussões mais localizadas refletem um posicionamento construído coletivamente no Fórum, carregam o debate realizado a cada local e a ação das pessoas ou de cada participante fica mais qualificada.

Esta articulação é importante na medida em que permite e potencializa a capacidade do grupo de participar e atuar em vários espaços, o que antes era impossível a partir de pequenos grupos isolados. A mobilização e comunicação sobre o que está acontecendo é muito mais ágil. Segundo a coordenação do Fórum, mais do que uma tendência, essa articulação em rede é fruto de uma necessidade de fortalecimento destes grupos na região e da necessidade de um nivelamento mínimo dos posicionamentos de todos acerca das questões discutidas, como a da água, a da monocultura, dos agrotóxicos etc.

Participação

Há uma diferença clara entre a participação de entidades com sede em Montes Claros e as com sede nos demais municípios da região, uma vez que a participação no Fórum se dá em grande medida por encontros periódicos presenciais. A utilização de recursos virtuais de participação e articulação nesta rede é ainda restrita, principalmente

ao considerar-se o pouco acesso dos sindicatos dos trabalhadores rurais aos recursos tecnológicos necessários.

Por sua atuação em nível regional e pela estrutura de que dispõem, o CAA e a Casa de Pastoral, sediados em Montes Claros, têm um forte papel condutor e indutor de participação. As entidades sediadas em outros municípios, como, por exemplo, os sindicatos, são convocadas para as reuniões do Fórum. A proposição de pauta parte em geral da coordenação na sede. Temas para debate são também propostos pelas entidades sediadas fora de Montes Claros, mas em menor escala.

A participação nos encontros é oscilante e depende dos interesses das entidades. Existem algumas que, independentemente do tema que esteja sendo tratado, são mais constantes, por julgarem o Fórum um espaço importante de discussão. O envolvimento de alguns membros é mais ligado a uma temática, visto que alguns têm mais conhecimento e experiência e em determinados momentos têm participação maior. Assim, alguns membros têm sua participação mais exigida quando a temática é mais específica de um determinado grupo. Por exemplo, ao se discutir a questão da monocultura do eucalipto, apesar da convocação à participação de todos, a contribuição e presença maciça é dos membros da região do Alto Rio Pardo, que sofrem mais com a questão. Neste sentido, há vários níveis de participação, porque dentre as entidades que compõem o Fórum, umas têm mais contribuições a dar do que outras, ou melhor, têm contribuições diferentes a dar, baseadas nas lutas específicas que cada grupo trava para melhoria de suas condições de vida.

A qualidade dos membros também é importante. São entidades que têm não só o respaldo local, como também de fora da localidade. Têm experiência e muitos anos de trabalho na região, conhecem o grupo que representam, neste caso, em sua maioria, trabalhadores rurais. Isto torna o Fórum um espaço de soma de experiências e de idéias para o fortalecimento destas organizações e para os questionamentos que apresentam ao poder público.

Algumas entidades e pessoas são mais estratégicas e sua participação tem maior repercussão. Como exemplo, foi destacado pelos membros que, recentemente, houve eleição na Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG. Com a saída do diretor do Pólo Norte de Minas, que congrega os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região, houve um enfraquecimento da participação do movimento sindical no Fórum. Hoje, os que participam são, na maioria, os sindicatos dos municípios envolvidos na execução do Programa 1 Milhão de Cisternas. Em 1999, das 55 entidades do Fórum que participaram do Seminário Regional sobre Recursos Hídricos e

Políticas de Combate à Seca, 20 eram sindicatos de trabalhadores rurais. Hoje, participam do Fórum cerca de 14 sindicatos.

A presença maciça dos representantes dos executores das políticas públicas nos seminários promovidos pelo Fórum, espaços criados para interlocução entre os vários setores da sociedade, também é representativa do peso das questões levantadas e principalmente da relevância desta rede como interlocutora, na medida em que congrega a sociedade civil, de forma bem articulada. Como exemplo citamos que, além dos 55 membros do Fórum presentes no Seminário Regional sobre Recursos Hídricos e Políticas de Combate à Seca, estavam presentes mais 27 instituições do poder público, entre elas a EMATER, a Polícia Florestal, a CODEVASF, a COPASA, o IEF, o IGAM, o INCRA, a UNIMONTES e várias Prefeituras Municipais.

Como o FDSNM é composto essencialmente por instituições da sociedade civil, a participação de professores universitários da rede pública nas ações revela um nível diferente de relações no âmbito da rede. Instituições como a UNIMONTES, por exemplo, são consideradas governo e, portanto, não compõem o Fórum. No entanto, várias pessoas, professores, são convidados a participar e a contribuir nos debates e em eventos específicos, como já citado, na produção de pesquisas e na realização de seminários, em função de estudos por eles já realizados. No entanto, não há um posicionamento oficial da instituição quanto às questões tratadas e ações propostas. Assim, há, antes de tudo, uma relação com as pessoas, das quais se conhece o posicionamento sobre as questões tratadas. Isso contrasta com as demais Instituições como a Cáritas e a CPT, que institucionalmente, sabedoras da relevância das discussões, endossam os posicionamentos do Fórum.

Articulação com outras redes e movimentos

A articulação com outras redes e movimentos de outras regiões ou de âmbito estadual, nacional e internacional é identificada como importante, na medida em que há uma necessidade de conexão da realidade local com um nível macro, não restringindo o diálogo entre os membros, mas mostrando que as questões tratadas estão ligadas a contextos mais amplos. O apoio destas redes às discussões e ações regionais é avaliado como estratégico. Há também uma preocupação no sentido de reforçar e colaborar com as lutas dos movimentos sociais e redes em outros níveis.

Os membros que representam o Fórum em outros fóruns e redes, como a Rede Cerrado ou a Rede Alerta contra o Deserto Verde, são incumbidos então de fazer esta conexão. A articulação especificamente com estas duas redes é muito presente na

discussão e definição de ações ligadas às críticas à expansão agrícola no cerrado e à expansão da eucaliptocultura, que, no Norte de Minas, estão intimamente ligadas. A articulação com a Rede Cerrado, que tradicionalmente tem suas ações centradas no estado de Goiás, conduziu à realização periódica de reuniões desta rede também em Minas Gerais, mais especificamente em Montes Claros.

Foram representativas do peso da articulação do FDSNM na visibilidade de questões regionais, dentro da Rede Cerrado, a realização de dois eventos:

- Em agosto de 2004, em Montes Claros, nova reunião da Rede Cerrado, com participação do Ministério do Meio Ambiente, que havia recentemente criado um Grupo de Trabalho para o Cerrado. O evento contou com a participação da Ministra do Meio Ambiente Marina Silva.
- Em 2005, em Montes Claros, pela primeira vez fora do estado de Goiás, a Feira Nacional dos Povos do Cerrado, evento promovido anualmente pela Rede Cerrado.



Figura 5 – Visita da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, à sede da Cooperativa de Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão. Montes Claros – Agosto 2004
Fonte:Acervo de fotos do CAA

Segundo um membro da coordenação:

Então, nós procuramos pensar que a realidade nossa não é..., ela tem que ser conectada. Então, a participação na Rede Cerrado, essa discussão do Cerrado, ela tem ganhado força nas reuniões do Fórum, muito, por exemplo, na resistência do povo contra a monocultura. Que é a idéia de

retornar essas áreas para eles e voltar para a questão do cerrado. Marilene A. de Souza. Entrevista concedida a Lucíola Paranhos, Montes Claros, 28 fev. 2005.

A ASA-Minas, por exemplo, congrega o FDSNM e o Fórum do Vale do Jequitinhonha, formando uma rede maior. Há um diálogo permanente com o Fórum do Vale do Jequitinhonha procurando articular as ações das duas redes, pois, de acordo com a avaliação do FDSNM, as políticas públicas são pensadas conjuntamente para o Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha. Essa relação com o Jequitinhonha se estreitou no espaço da ASA e através dos instrumentos de comunicação como a Internet, iniciando uma troca de experiências entre uma região e outra.

Formas e meios de comunicação

No que diz respeito à comunicação interna da rede, as dificuldades são muitas, principalmente em função de seu caráter regional e das condições de estrutura, às vezes precárias, da maioria de seus membros. Como exemplos, são citadas as condições ruins das estradas da região, dificultando a articulação e comunicação entre as comunidades. Os sindicatos também têm estruturas físicas e materiais precárias.

A partir da necessidade de articulação, o aporte institucional recaiu basicamente sobre a Casa de Pastoral e o CAA que poderiam fornecer com mais facilidade o acesso, por exemplo, a ligações telefônicas, fax, e-mail etc. O FDSNM não conta ainda com site próprio para Internet e nem qualquer tipo de informativo impresso ou em meio eletrônico.

A centralidade desta estrutura em Montes Claros também é importante, uma vez que as distâncias entre os municípios dificultam a participação de todos. Houve propostas de realização do Fórum de forma itinerante, mas as tentativas foram esvaziadas pelas distâncias e pela dificuldade no transporte, prejudicado em grande medida pelo reduzido número de linhas de ônibus e horários para transporte intermunicipal na região.

A comunicação do Fórum com o público externo e com a base dos movimentos que compõem a rede não é tema muito discutido internamente. As rádios comunitárias têm sido basicamente o instrumento de comunicação utilizado, por ser o meio que mais facilmente atinge a base dos grupos sociais. Buscou-se identificar onde havia espaços de comunicação aos quais se tinha acesso, como, por exemplo, uma rádio comunitária em Rio Pardo de Minas e um programa semanal de rádio na região de Porteirinha. Havia espaço para fala ou entrevistas com os participantes do Fórum.

Em 2003, foram produzidos alguns CD's temáticos distribuídos para todas as rádios parceiras, para incentivo a introdução de novos temas, como uma forma de reproduzir as discussões feitas no Fórum, mais localmente. Convivência com o semi-árido e conservação do solo são exemplos de dois temas divulgados. Esses CD's foram produzidos para as regiões Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha. Tal produção, no entanto, exige muitos recursos e só foi possível graças a uma ajuda pontual.

Para realização da comunicação há um cadastro das entidades que fazem parte do Fórum, uma lista de e-mails e as listas de grupos temáticos pela Internet. As listas não contemplam todas as entidades porque nem todas dispõem deste recurso. Caso não haja espaço para a discussão dos grandes temas, como o da transposição do São Francisco e o da questão do eucalipto, são lançadas informações através das listas de e-mails e dos grupos virtuais de discussão, permitindo, inclusive, noticiar na região fatos e acontecimentos relevantes para os temas. A mobilização para eventos e manifestações é feita pela secretaria executiva, através de e-mails, fax, telefone e correio, podendo ser considerada eficaz, uma vez que alcança os resultados desejados.

Articulação com o poder público

A articulação com o poder público tem sido avaliada como positiva. Não tem havido problemas quanto à disposição para o debate. O poder público tem dado respaldo à discussão. Em muitos casos, as reivindicações e os posicionamentos apresentados pelo Fórum são aceitos e em outros existe o apoio direto às ações. Isso ocorreu no caso do Riachão, no episódio da renegociação das dívidas dos agricultores, no Encontro do GT Cerrado do Ministério do Meio Ambiente, ou no apoio dado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome ao Programa de Um Milhão de Cisternas. É de se registrar, ainda, que houve momentos importantes de discussão sobre a questão da terra que contaram com a presença do ITER e do INCRA.

Embora a tônica seja geralmente de crítica às políticas públicas implantadas na região, o Fórum tem sido considerado um espaço legítimo para discussão entre poder público e sociedade civil. Como mencionado, a participação e contribuição de pessoas do setor público nas discussões do Fórum e em suas ações foram importante em várias situações, como, por exemplo, a contribuição de professores da UNIMONTES. No entanto, não há oficialmente uma participação das instituições do poder público.

Avaliação/Críticas internas ao fórum

A avaliação geral do Fórum conclui que ele se encontra desmobilizado e disperso, pois já houve um poder de mobilização muito maior. São várias as referências à necessidade de maior mobilização e articulação e sugestões de reestruturação da articulação.

Várias entidades que, no início, participaram das atividades, hoje, não compõem o Fórum, como:

- Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG- Norte;
- Sindicato dos Trabalhadores em Assistência e Extensão Rural – SINTER;
- Visão Mundial;
- Pastoral da Criança;
- Comissão Indigenista Missionária – CIMI;
- Grupo de Consciência Negra –GRUCON;
- Central Única dos Trabalhadores – Norte de Minas – CUT.

Alguns anos após a criação do Fórum, a proximidade e articulação das entidades já não se apresentava tão forte. Apesar de não haver uma discussão mais aprofundada sobre as causas da desmobilização, alguns membros indicam possíveis motivos, entre eles, as mudanças internas nas entidades, como alteração na direção ou em seu foco de ação. Neste caso, foi citada a mudança na direção da FETAEMG-Norte que refletiu na participação dos sindicatos no Fórum.

A centralização das ações do Fórum em torno do programa P1MC e sua sobreposição pela articulação ASA-Minas foi mencionada como um problema. Também se insere a desmobilização do Fórum numa tendência de esvaziamento e adormecência dos movimentos populares como um todo.

Então assim, pra mim eu tenho algumas críticas porque o objetivo do Fórum que era onde você avaliava o modelo de desenvolvimento atual e, como tem representação de classe e pastorais, o sentido dele era de trabalhar que tipo de política agrária que nós queremos para o Norte de Minas. Que modelo nós podemos tentar construir com os trabalhadores que são sujeitos. Esse é um dos pontos. A questão que está aí hoje é a questão do eucalipto. (...) Enfim, são políticas que ela vai além da minha instituição, da entidade que eu participo. Quer dizer, aí o Fórum começou tomar nova direção, porque começou a questão do debate de um milhão de cisternas e ficou mais nesta questão. É tanto que reforçou a ASA, mas o foco principal que era trabalhar a questão da unificação das entidades, de estar como gestora de discussão, de análise de conjuntura para botar, dando esta assessoria, um conjunto de idéias, ela passou ser uma gerenciadora, uma gestora de gastos do projeto da ASA. Então é uma das críticas que eu tenho com relação à questão do Fórum.

Alvimar R. dos Santos. (CPT) Entrevista concedida a Lucíola Paranhos, Montes Claros, 28 out. 2005.

A relação facilitada com o Governo Federal, a partir do mandato Presidente Luis Inácio Lula da Silva, do PT, o acesso a recursos, parcerias em programas, surgem na fala de um dos membros como dificultadores de articulação política dos movimentos sociais, da manutenção da crítica. Identifica-se aqui uma crítica ao atual posicionamento do Fórum, fruto de divergências internas quanto ao relacionamento que ele deve assumir com o Governo Federal.

Não estou dizendo que não deve pegar (recursos do Governo Federal), você tem que pegar, mas você tem que manter o seu senso crítico de seus princípios. E aí que nesse aspecto você percebe que não aparecem as críticas. É tanto que a ministra veio há poucos dias, depois teve a greve de fome do bispo, as questões das mobilizações daquele momento, elas tinham que estar voltadas para isso. Então isso eu vejo que prejudicou, como isto prejudica.

(...)

A gente percebe é que teria mais dificuldade das entidades de angariar recursos com as instituições públicas. Como hoje tem essa facilidade, aí você percebe que há um distanciamento das instituições, das ONG's principalmente desta articulação maior.

Alvimar R. dos Santos. (CPT) Entrevista concedida a Lucíola Paranhos, Montes Claros, 28 out. 2005.

No entanto, destaca-se sempre a importância dessa articulação na discussão e construção de propostas alternativas de desenvolvimento, ressaltando a necessidade de seu reforço, por ser um dos poucos, senão o único espaço de discussão com foco regional.

Alguns falam da articulação da Via Campesina que é um outro Fórum de instituição de movimento. Eu acho que cada um tem sua contribuição de contexto, mas eu acho que não poderia perder de vista a importância dessa articulação. Isso fortalece uma outra, um outro tipo, as empresas, que estão bem articuladas, elas tem os espaços, existe um discurso, se articula se consorcia, aonde elas geram e gestam estes grandes projetos.

(...)

Ele tem que ser repensado e reestruturado. Mas é a única rede de articulação do movimento social aqui do Norte de Minas, hoje é o fórum, não tem outra... Aí tem alguns segmentos que tem um público grande, inclusive que participa do fórum várias pessoas. Essa pré-conferência (Pré-Conferência Regional de Segurança Alimentar e Nutricional) mesmo, há um meio de diálogo neste campo, que consegue mobilizar as pessoas, a Via Campesina é outro movimento que consegue chamar muito as entidades a participar.

Francisco Wagner Pereira. (CAA) Entrevista concedida a Lucíola Paranhos, Montes Claros, 04 nov. 2005.

O FDSNM tem, no entender de seus membros, papel preponderante como espaço de discussão, crítica e proposição para o desenvolvimento, permitindo a articulação e debates mais amplos, em âmbito regional. No período em que se realizou a pesquisa, no entanto, os membros detectavam uma certa desarticulação do Fórum, um distanciamento das instituições envolvidas.

A REDE DO FÓRUM DO NORTE DE MINAS INTEGRADO

O Fórum Norte de Minas Integrado –FNMI foi instituído em 2001. Congrega entidades da sociedade civil, governo e iniciativa privada, com a finalidade de se organizar em parcerias para otimizar as potencialidades locais e promover o desenvolvimento regional. Esta rede nasceu da articulação do segmento empresarial norte-mineiro, de entidades públicas e da sociedade em geral, preocupados com o alavancamento do desenvolvimento da região. Congrega, hoje, entidades patronais de classe, setores do empresariado, instituições de ensino superior, representações do poder público municipal, estadual e federal (através de suas agências localizadas na região), entre outros.

Organizada também de forma descentralizada e respeitando as especificidades de cada entidade envolvida, através de parcerias, esta rede tem buscado debater os caminhos para o desenvolvimento da região, identificando suas potencialidades e limites, definindo demandas e prioridades a fim de fortalecer a voz da região junto ao poder público estadual e federal, na busca de recursos que venham atender a estas demandas. Buscam assim, dar continuidade ao desenvolvimento iniciado no Norte de Minas graças aos investimentos da SUDENE, uma vez que a região foi historicamente preterida na distribuição de recursos públicos e, como informado por DULCI (1999), o desenvolvimento regional se caracterizava pelo fluxo de investimentos resultante de uma política do governo federal.

O Quadro 2, abaixo, mostra as entidades que atualmente compõem o FNMI¹³:

Quadro 2 – Entidades que compõem o Fórum Norte de Minas Integrado – FNMI

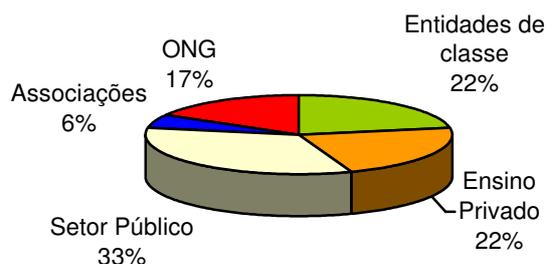
	ENTIDADE	SIGLA	CAMPO DE ATUAÇÃO
1.	Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Montes Claros	ACI	Articulação e apoio aos empresários dos setores do comércio, indústria e serviços de Montes Claros
2.	Associação dos Municípios da Área Mineira da ADENE	AMAMS	Articulação e apoio aos municípios do Norte de Minas
3.	Banco do Nordeste	BNB	Instituição financeira federal que atua como um banco de desenvolvimento
4.	Câmara de Dirigentes Lojistas de Montes Claros	CDL	Articulação e apoio aos empresários do comércio de Montes Claros

¹³ Maiores detalhes sobre as instituições no Anexo I

	ENTIDADE	SIGLA	CAMPO DE ATUAÇÃO
5.	Cia. De Desenvolvimento Vale do São Francisco	CODEVASF	Agência de desenvolvimento nas áreas de agroindústria e agropecuária
6.	Conselho Regional de Desenvolvimento Industrial	CRDI-Norte FIEMG	Segmento regional de representação da indústria em Minas Gerais
7.	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais	EPAMIG	Execução de pesquisa agropecuária em Minas Gerais
8.	Faculdades Pitágoras		Ensino superior
9.	Faculdades Santo Agostinho	FASA	Ensino superior
10.	Faculdades Unidas do Norte de Minas	FUNORTE	Ensino superior
11.	Fundação Educacional Montes Claros	FEMC	Ensino técnico profissionalizante e superior
12.	Núcleo de Ciências Agrárias	NCA-UFGM	Ensino superior
13.	Universidade Estadual de Montes Claros	UNIMONTES	Ensino superior
14.	Fundação do Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Agropecuária Norte Mineira	FUNDETEC	Pesquisa e desenvolvimento em agropecuária
15.	Prefeitura Municipal de Montes Claros	PMMC	Serviço público municipal
16.	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	SEBRAE-MG	Atividades de apoio a pequenas e microempresas
17.	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial	SENAC	Formação de recursos humanos para comércio e serviços
18.	Sociedade Rural de Montes Claros		Articulação e apoio aos empresários do setor agropecuário

Na rede do FNMI predomina a representação de segmentos empresariais e do setor público, abrangendo segmentos da indústria; comércio; serviços e do setor agrícola. São ao todo 4 entidades de classe, 4 entidades do ensino privado; 6 entidades do setor público, incluindo 2 instituições de ensino superior, 1 associação e 3 ONG's. A seguir, no Gráfico 2, a representação percentual destes números.

Gráfico 2 - Membros do FNMI por tipo de entidade (%)



O setor privado é o que possui maior peso nesta articulação. Destaca-se assim nesta rede a articulação de grande parte do segmento social detentor do capital ou dos meios de produção, e grande parte das agências executoras das políticas governamentais, especialmente no setor agrícola.

Desenvolvimento proposto pela rede

A concepção de desenvolvimento do FNMI na verdade não é única. Nos discursos dos diferentes membros do Fórum combinam-se diferentes elementos para compor o que seja desenvolvimento, ou como alcançá-lo. A noção do desenvolvimento sustentável está em todos os documentos e em muitas falas. No documento produzido pelo Fórum, a noção de desenvolvimento sustentável é mais bem definida porque é construída sobre os elementos do conceito de DLIS – Desenvolvimento Local Integrado Sustentável¹⁴, inserido dentre as práticas de desenvolvimento comunitário adotadas pelo SEBRAE. Este conceito engloba as questões da integração e da sustentabilidade para o desenvolvimento. Além do DLIS, há uma tendência forte, mais refletida nas propostas do Fórum: o desenvolvimento pela inovação.

O conceito de DLIS procura operar conjuntamente os conceitos de desenvolvimento local, desenvolvimento integrado e desenvolvimento sustentável. Forjado no contexto da crítica ao desenvolvimento como crescimento econômico, ganha força nos anos 1990. Compôs, por exemplo, a metodologia de atuação do Programa Comunidade Solidária do Governo Federal, a partir de seu Programa Comunidade Ativa. Os programas de promoção do DLIS previam como etapas: sensibilização, capacitação de um fórum local, diagnóstico participativo local, plano de desenvolvimento local, agenda local, pacto de desenvolvimento local e implementação da agenda local.

São mencionadas como referências teóricas do conceito: Amartya Sen, Augusto de Franco, Muhammad Yunus, sobre o desenvolvimento; Francis Fukuyama e Robert Putnam, sobre capital social; Fritjof Capra, Paul Hawken, Amory Lovins e L. Hunter Lovins, sobre capital natural e capitalismo natural¹⁵.

¹⁴ Segundo informações do portal www.dlis.org.br, acessado em 13/03/06: Partindo da idéia de desenvolvimento local, o DLIS propriamente dito surgiu bem recentemente, a partir de um processo de conversação entre pessoas e instituições que já haviam experimentado estratégias, metodologias e “modelos” anteriores de desenvolvimento local. Entre junho de 1996 e junho de 2002 o Conselho da Comunidade Solidária realizou 14 Rodadas de Interlocação Política, sobre os mais diversos temas: reforma agrária, renda mínima e educação fundamental, insucesso escolar, marco legal do terceiro setor, microcrédito etc. Três dessas rodadas abordaram o tema do desenvolvimento local e tiveram como principal desfecho o desenho e a implantação de um novo programa chamado Comunidade Ativa (uma estratégia federal de indução ao desenvolvimento local integrado e sustentável).

¹⁵ Tais autores foram mencionados como referência porém sem identificação de obras específicas.

Sobre as políticas de promoção de desenvolvimento implantadas na região, os incentivos fiscais viabilizados pela SUDENE são mencionados como muito importantes para o desenvolvimento regional, não havendo nenhum questionamento quanto ao seu formato ou possíveis conseqüências.

II - As empresas incentivadas pelo FINOR foram responsáveis pela grande transformação econômica e social, multiplicando tecnologia, riquezas e benefícios para a população da região.

III - Os programas sociais para a população de baixa renda e os projetos educacionais e de pesquisa, apoiados pela SUDENE, mostraram ser eficientes na redução das disparidades regionais.

(Manifesto do Fórum Norte de Minas Integrado - Set 2001)

Se o Fórum, o objetivo dele é tratar do desenvolvimento regional, a SUDENE por exemplo é um mecanismo extremamente importante pra trazer e atrair empresas para a região. Então isso foi uma das propostas do Fórum , é... de revitalizar a atuação da SUDENE na região.

Rômulo L'Abatte. (Sindicato Rural de Montes Claros e FUNDETEC) Entrevista concedida a Lucíola Paranhos, Montes Claros, 09 jan. 2006.

Ressalvas são feitas no sentido de que, apesar do volume de recursos investidos na região, o desenvolvimento poderia ter sido maior. As causas do desenvolvimento limitado foram a falta de desenvolvimento tecnológico na região, ou a falta de um planejamento, ou ainda a falta do que poderíamos chamar de um desenvolvimento mais orientado.

Então eu acho que nós avançamos relativamente pouco, a gente pede para vir recursos suficientes e até subsidiados mas, nós não tínhamos ainda uma tecnologia para conviver com as secas periódicas, para ter empreendimentos sustentáveis. Eu acho que houve desenvolvimento mas podia ser melhor se tivesse essa tecnologia já dominada. Daí, por isso é importante a partir de agora pensar bastante, tentar baseado na inovação tecnológica...

Rômulo L'Abatte. (Sindicato Rural de Montes Claros e FUNDETEC) Entrevista concedida a Lucíola Paranhos, Montes Claros, 09 jan. 2006.

Então Montes Claros hoje tem um desenvolvimento organizado. O que no passado, e eu posso dizer isso como fui diretor da SUDENE, que o desenvolvimento era espontâneo. Existia o incentivo, a empresa tinha o interesse, aí vinha pra cá, recebia o incentivo, se instalava. Lamentavelmente nunca houve de fato um planejamento estratégico para o desenvolvimento. A região não teve um planejamento estratégico. E eu posso dizer de perto porque eu coordenava os trabalhos.

Prof. Marcelo Furtado (ACI) Entrevista concedida a Lucíola Paranhos, Montes Claros, 01 nov. 2005.

O conceito de desenvolvimento integrado parte da idéia de que o desenvolvimento da região Norte de Minas passa pela integração dos vários setores da sociedade, na sua mobilização para a proposição de soluções. Há também a preocupação com a não concentração do desenvolvimento, por exemplo, em Montes Claros, e considera-se que o

envolvimento de lideranças regionais é que propiciaria um desenvolvimento harmônico e integrado.

Então o que se buscou nesse momento foi fazer um desenvolvimento harmônico e integrado do Norte de Minas. Para que o desenvolvimento não ficasse concentrado aqui em Montes Claros. Então que houvesse essa compreensão e daí e essa convocação de que alguns prefeitos da região participaram desse fórum, no dia do Norte de Minas lá em Brasília, o próprio seminário que encaminhou para o processo do parque tecnológico. Então eu vejo que a metodologia do Fórum ao propor um processo de parceria para o desenvolvimento, através de uma mobilização da comunidade, ela é uma metodologia vitoriosa.

Alexandre Pires Ramos (Comitê Gestor do Parque Tecnológico) Entrevista concedida a Lucíola Paranhos, Montes Claros, 07 jun. 2005.

O conceito de desenvolvimento sustentável está presente em todas as falas e descrito no documento produzido pelo Fórum:

Desenvolvimento, passa a ser concebido como tal, se for humano (melhorar a vidas das pessoas), social (de todas as pessoas) e sustentável (das gerações futuras).

Promover o desenvolvimento supõe delimitar o local e uma série de práticas que implicam na identificação de potencialidades, de necessidades coletivas e no conhecimento profundo, através de diagnósticos participativos, da realidade social, econômica e cultura da comunidade (o local onde ele se processa), tomada de consciência, o engajamento e a participação de todos os atores sociais envolvidos conscientizados de que o sucesso de todos depende do sucesso de cada um e vice-versa.

São diversos capitais decisivos no processo de desenvolvimento: o capital humano, social, natural e empresarial.

(Documento Fórum Norte de Minas Integrado:Plano de Metas-Eixo São Francisco, 2001)

Dos elementos desse conceito, o mais utilizado em todas as propostas é a identificação de potencialidades. A idéia do desenvolvimento está diretamente associada ao aproveitamento e maximização das potencialidades, ou oportunidades, ou as chamadas vocações locais. É preciso identificar os produtos que a região tem a oferecer, investir para que se tornem um negócio, inserindo a região em outros mercados, inclusive, internacionais.

Nesse sentido, a partir dos seminários realizados pelo Fórum foram identificadas as potencialidades regionais, através das quais se daria o desenvolvimento.

Então a conclusão desse seminário é que nós devíamos considerar aqui para o Norte de Minas as cadeias produtivas do agronegócio. Que o agronegócio era uma atividade permanente aqui no Norte de Minas. Então que a gente devia realmente se ater nesse processo das cadeias produtivas do agronegócio e aí foi conceituado a bovinocultura, a ovinocaprino cultura, a fruticultura, a cachaça, o pólo moveleiro, a biotecnologia, o setor têxtil.

Alexandre Pires Ramos (Comitê Gestor do Parque Tecnológico) Entrevista concedida a Lucíola Paranhos, Montes Claros, 07 jun. 2005.

Nas propostas, objetivos e metas documentados pelo FNMI, a questão da sustentabilidade tem seu foco na dimensão ambiental. Prevêem-se, em todos os programas ou ações, atividades de conservação e preservação dos recursos naturais, do solo, das nascentes e dos rios, especialmente nos projetos da fruticultura e de florestas renováveis ligadas à cadeia produtiva do Pólo Moveleiro. Poderíamos também incluir as propostas voltadas para investimento nos serviços de educação, destacado em todos os projetos, e as melhorias de infra-estrutura em geral: estradas, transporte, saneamento, saúde.

A questão do crescimento econômico, agora adjetivado de sustentável, é pré-condição para o desenvolvimento, e em alguns casos é bastante para a sua promoção. Entre os objetivos do Pólo Moveleiro, identificado como instrumento de desenvolvimento sustentável e integrado através do uso múltiplo das florestas renováveis do Norte de Minas, citamos:

- Desencadear na região um efeito macro econômico favorável ao crescimento sustentável
(Partindo do aproveitamento de uma cadeia produtiva: o uso múltiplo das florestas renováveis, as ações iniciam-se no setor primário, passam pelo setor secundário e finalizam-se no setor terciário, promovendo um crescimento econômico e arrastando com ele o social em todo o Norte de Minas).
Documento Fórum Norte de Minas Integrado: Plano de Metas-Eixo São Francisco

A grande maioria das ações propostas para o desenvolvimento da região tem como pano de fundo a linha da moderna teoria econômica, na qual Schumpeter (1984) insere a inovação como motor do desenvolvimento econômico capitalista.

Essa tendência está presente nas falas e ações propostas pelo Fórum, especialmente em seu atual foco de ação: o Parque Tecnológico Regional de Montes Claros.

Dentro dessa visão nossa, o que é que é, o desenvolvimento passa necessariamente pela inovação tecnológica. Porque que foi criado o Fórum? (...) Então dentro dessa visão nós procuramos desenvolver mecanismos onde você possa criar um ambiente em que a inovação possa prevalecer. Então isso é muito importante, como você cria um ambiente pra isso? Você cria um ambiente para isso através de um parque tecnológico. (...) Então dentro deste escopo é que foi todo o direcionamento de grande parte da visão do Fórum.

Rômulo L'Abatte. (Sindicato Rural de Montes Claros e FUNDETEC) Entrevista concedida a Lucíola Paranhos, Montes Claros, 09 jan. 2006

O desenvolvimento regional, na visão do FNMI, tem como condição o desenvolvimento de tecnologia e inovação na região, que permitirá a competitividade dos produtos regionais no mercado e a atração de novos investimentos para os quais também a questão dos incentivos é importante.

Desenvolvimento é um processo que tem algumas pré-condições. Por exemplo, é preciso evoluir um pouco mais na questão educacional e tecnológica, a partir daí ter uma infra-estrutura que proporciona um ambiente de negócios e aí é que vem a infra-estrutura do parque tecnológico, como um ambiente que proporciona... tem que ter uma ligação entre empresa e pessoas e mercado. E é preciso também criar uma sólida condição que possa levar as pessoas a ter renda e aí você vai ter desenvolvimento. (...) Não que a renda seja a mais importante, mas ela é uma das condições. (...) Porque você pode fazer o desenvolvimento, se um pilar dele é renda, renda do ponto de vista do desenvolvimento significa investimento. Tem que ter capacidade de investimento. Pra ter capacidade de investimento, é preciso ter poupança (...) Ora, como é que sai disto, você fazendo um bom processo de capacitação da mão-de-obra, ela tem que ser uma mão-de-obra capacitada tecnologicamente para ser competitiva do ponto de vista internacional, produzir produtos, criar um ambiente para atrair dinheiro de fora.(...) Para fazer isso eu tenho que ter capacidade e independência, ou então eu tenho que criar condições macroeconômicas na região que proporcionam, Nós estamos num sistema capitalista no mundo, que proporciona que esta região possa dar benefícios para o capital vir para cá.

Prof. Geraldo de M. Guedes – Comitê Gestor do Parque Tecnológico
Entrevista concedida a Lucíola Paranhos, Montes Claros, 16 jan. 2006.

O Parque tecnológico seria, desta forma, um catalisador do desenvolvimento regional na medida em que permitiria o desenvolvimento de tecnologia, qualificação da mão-de-obra, tornando a região competitiva e atrativa para investimentos.

Objetivos da rede

De acordo com o documento *Fórum Norte de Minas Integrado: Plano de Metas - Eixo São Francisco*, os objetivos do fórum são:

- Identificar e priorizar as potencialidades do Norte de Minas;
- Identificar os desdobramentos das atividades consideradas prioritárias;
- Identificar fatores restritivos ao desenvolvimento sustentado das potencialidades definidas;
- Identificar fatores potenciais que favorecem o desenvolvimento das potencialidades definidas;
- Apresentar sugestões de ações para o desenvolvimento sustentado das potencialidades definidas;
- Elaborar documento em que os anseios sejam registrados e divulgados no sentido de canalizar esforços e investimentos prioritários e estratégicos;

- Mobilizar as autoridades e sensibilizá-las para os anseios da região norte-mineira de forma a traçar perspectivas de desenvolvimento integrado e plurianual.

É também ressaltado como objetivo permitir a integração, favorecer parcerias nas ações já realizadas pelas instituições, e promover a construção conjunta de projetos para a promoção do desenvolvimento regional.

Estrutura de funcionamento

O FNMI também não tem personalidade jurídica própria. A articulação realiza-se informalmente a partir do interesse de participação nas discussões e nas parcerias, não sendo necessário qualquer tipo de formalização. Esta articulação é organizada por uma secretaria, que fica a cargo de uma das entidades escolhida pelo grupo, podendo mudar de tempos em tempos. A secretaria assume o papel de coordenação, articulação, sistematização das reuniões e realização dos encaminhamentos. Atualmente a ACI assume as funções de secretaria executiva facilitando a mobilização e articulação do grupo. A secretaria também não conta com equipe própria, profissionalizada e remunerada. A ACI disponibiliza sua estrutura e profissionais para realização deste trabalho.

Atualmente, O FNMI não realiza mais reuniões com a frequência do início de suas atividades, não havendo uma periodicidade para que elas ocorram. As articulações e ações do Fórum estão descentralizadas em projetos específicos, sendo as reuniões realizadas somente quando há a demanda para tratar de algum tema específico. As decisões no FNMI são tomadas a partir do debate e consenso dos presentes em reunião.

Histórico e contexto de formação da rede

Esta rede se forma num contexto de descontentamento das lideranças empresariais e do poder público dos municípios quanto ao descaso dos governos federal e estadual para com a região, descaso este refletido na falta de investimento para o seu desenvolvimento. O país reafirmava a opção pela estabilização da economia e controle da inflação com a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1999, Presidente que daria prosseguimento à sua política modernizante, com foco no crescimento econômico e na reforma do Estado. Neste contexto, em 2000, iniciam-se as discussões sobre a corrupção nas agências de desenvolvimento do governo, SUDENE e SUDAM. Isso culminou na extinção das duas instituições, em maio de 2001, o que agravava, na visão das lideranças empresariais e políticas norte mineiras, o quadro de abandono dos investimentos na região e conseqüentemente dificultava ou impedia a promoção de seu desenvolvimento. Ver Anexo 7.

A maioria das entidades que hoje compõem o Fórum e participaram de sua formação atuavam na região há mais de 20 anos. São entidades de classe e agências do poder público com longo histórico de atuação regional, com exceção das instituições de ensino superior e das ONG's recém-criadas. De acordo com a visão dos membros da rede entrevistados, todos, à sua maneira, atuavam em projetos em prol da promoção do desenvolvimento regional, porém cada um com seu foco e formato de ação.

Sobre a discussão do processo de desenvolvimento do Norte de Minas, Geraldo Guedes, gerente do SEBRAE em Montes Claros na época de criação do Fórum e hoje professor da UNIMONTES, afirma:

...uma das conclusões a que se chegou na época é que ao longo dos últimos 50 anos tinham aparecido vários processos de desenvolvimento, mas eles eram processos de desenvolvimento com vetores diferenciados, então um ia para um lado, um ia para outro. (...) E como nós precisávamos que elas se encontrassem num curto prazo ou num médio prazo, então nós precisaríamos fazer alguma coisa assim, convergente.

Prof. Geraldo de M. Guedes – Comitê Gestor do Parque Tecnológico
Entrevista concedida a Lucíola Paranhos, Montes Claros, 16 jan. 2006.

No mesmo sentido, a Prof. Simone Duarte, da UNIMONTES, enfatiza sua preocupação, e de outros envolvidos na discussão do desenvolvimento regional, com trabalhos isolados, há muito tempo realizados pelas pessoas que hoje estão articuladas nas entidades do Fórum, e principalmente o seu sentimento de que as ações deveriam ser mais bem integradas.

...porque as pessoas, acaba que são as mesmas. Na época da SUDENOR, existiam essas pessoas com essa preocupação e a gente inclusive discutia essa prática de cada um estar fazendo o seu trabalho sem integrar e às vezes com ações repetitivas. Então na verdade essa preocupação ela é histórica e concordo com você que as pessoas são as mesmas, a gente tem a preocupação de que..., as pessoas têm a preocupação com o desenvolvimento regional e tem esta vontade de que isso se efetive.

Prof. Simone Duarte – UNIMONTES. Entrevista concedida a Lucíola Paranhos, Montes Claros, 16 jan. 2006.

Apesar do reconhecimento dos dirigentes e técnicos da região, da necessidade de melhor articulação de ações, foi alguém de fora que deu início à mobilização desse grupo de pessoas, englobando dirigentes e instituições da região.

O Sr. Heitor Nogueira, recém-chegado de Vitória (ES) a Montes Claros, no ano 2000, para assumir a direção da então TV Grande Minas (hoje vendida à InterTV), foi a

pessoa que primeiro agiu no sentido de mobilizar este grupo de segmentos da região. Uma vez instalado na cidade, segundo o próprio Sr. Heitor, sua principal questão era saber “onde estava”, que região era esta, quais suas potencialidades e vocações¹⁶. A partir daí, passou a incomodá-lo, a baixa auto-estima das pessoas e o certo imobilismo, inclusive de seus dirigentes, que não tinham clareza da vocação da região e que, em suas palavras, “não sabiam onde estavam e nem para onde queriam ir”. Decidiu então conversar com o Reitor da UNIMONTES, o Prof. José Geraldo de Freitas Drummond, sobre estas questões. Logo após, conversa com Dr. Itagiba de Castro Filho, Pró-Reitor de Extensão. Assim, UNIMONTES e a TV Grande Minas começaram a articular a idéia de um Fórum para discussão sobre o desenvolvimento da região.

Em agosto de 2000, começaram a haver reuniões, encontros e palestras, que se desdobraram em oficinas setoriais. A Pró-Reitoria de Extensão da UNIMONTES foi muito importante durante este processo, realizando o papel de secretaria executiva da mobilização e da organização dos encontros, discussões, registro e convites.

Estas reuniões tiveram também como objetivo “nivelar o conhecimento de conceitos básicos como o de desenvolvimento sustentado e a concepção de fórum permanente, ressaltando a importância da participação compromissada da sociedade organizada, instituições públicas e privadas, como fator de mudança.” (FÓRUM, 2001:2)

Também foi mencionado por um dos entrevistados como motor da criação do Fórum a necessidade de articulação das instituições frente à extinção da SUDENE, principal agência de promoção do desenvolvimento regional.

Então se pensou fazer um trabalho que mais adiante se chamou de fórum de desenvolvimento, identificando quais exatamente os caminhos (...) e levou se em consideração que a SUDENE estava numa fase de quase terminar, como mais adiante terminou. Se a SUDENE não voltasse, qual seria o caminho? Nós não poderíamos ficar o tempo todo esperando, se a SUDENE voltava ou não.

Marcelo Martins Furtado¹⁷ – Vice-presidente de assuntos econômicos da ACI. Entrevista concedida a Lucíola Paranhos. Montes Claros. 01 nov de 2005.

Nestes encontros, ampliou-se a articulação entre as instituições, com destaque para a Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Montes Claros- ACI, em especial a participação do Sr. Alexandre Pires, então presidente da Associação. Na busca do movimento de convergência de idéias e ações sobre o desenvolvimento regional a ACI inicia um chamamento institucional direcionado aos então dirigentes do Norte de Minas.

¹⁶ Entrevista concedida a Lucíola Paranhos. Montes Claros. 18 set de 2004.

¹⁷ Marcelo Furtado foi Superintendente da SUDENE em Minas Gerais

Evento chave para a consolidação desta articulação foi um grande encontro realizado em junho de 2001, na sede da empresa Lafarge, do grupo ASAMAR, em Montes Claros, reunindo cerca de 100 pessoas.

...um encontro que a gente chamou de o encontro dos dirigentes do Norte de Minas. E o objetivo deste encontro era exatamente sensibilizar os dirigentes do Norte de Minas, e ali estavam incluídos prefeitos das cidades da região, diretores de empresas, diretores de universidades, órgãos públicos, empresas privadas, para estar refletindo sobre a proposta de parceria para o desenvolvimento.

Alexandre Pires Ramos (Comitê Gestor do Parque Tecnológico) Entrevista concedida a Lucíola Paranhos, Montes Claros, 07 jun. 2005.

Estiveram presentes o deputado Federal Walfrido dos Mares Guia, hoje Ministro do Turismo; o Arcebispo de Montes Claros Dom Geraldo Magela e o Dr. Luis de Paula Ferreira, da COTEMINAS, representando o então Senador José Alencar, hoje vice-presidente.

A partir deste encontro de dirigentes de órgãos do Norte de Minas e da mobilização das lideranças da região, se estabeleceram algumas premissas. O resultado foi a assinatura de um documento chamado *Pacto do Norte de Minas* no qual todos se comprometiam com a promoção do desenvolvimento regional através do estabelecimento de parcerias. (Ver Anexo 8 - Reportagem EM)

Nesse mesmo encontro ficou decidida a realização, para breve, do I Fórum de Desenvolvimento Integrado do Norte de Minas. Antes porém, este fórum deveria ser subsidiado por discussões de oficinas setoriais. Definiu-se uma secretária executiva, composta de várias instituições, dentre elas a ACI e a UNIMONTES, que coordenariam a realização das oficinas, por setor. As oficinas discutiriam as potencialidades e os gargalos para o desenvolvimento da região. O resultado deveria ser socializado no Fórum, para o que deveriam ser articuladas palestras e a elaboração de um documento final.

Em reunião posterior, foram definidas as áreas temáticas e eleitos coordenadores para a realização de cada oficina, conforme a competência de cada um e o envolvimento com o tema. Aos coordenadores caberia articular a participação das representações regionais e a construção conjunta do Fórum, a partir do resultado de cada oficina.

Foram definidas as seguintes áreas temáticas¹⁸ e respectivos coordenadores:

¹⁸ Estas áreas parecem ter sido inspiradas no documento produzido pela pesquisa Cresce Minas realizada pela FIEMG (FIEMG. Cresce Minas: Um Projeto Brasileiro. Belo Horizonte, 2000) com o intuito de diagnosticar os potenciais de investimento no estado de Minas Gerais. O Projeto Cresce Minas foi lançado no início de 1999, visando o planejamento de uma política de desenvolvimento regional, e trouxe para o Brasil a metodologia dos

Quadro 3 – Áreas Temáticas das Oficinas para o I Fórum Norte de Minas Integrado (2001)

Área	Instituição responsável	Coordenador
Educação	UNIMONTES	Prof. Itagiba de Castro Filho
Turismo	Banco Nordeste	Sr. Davidson Barbosa Dantas
Usos múltiplos de florestas renováveis do Norte de Minas	Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo da Prefeitura Municipal de Montes Claros	Sr. Carlos Pereira
Fruticultura	CODEVASF	Sr. Pedro César Soares Maia
Agência de desenvolvimento regional e o desenvolvimento	ACI	Sr. Marcelo Martins Furtado
Pecuária de corte	Sociedade Rural de Montes Claros	Sr. Lúcio Amaral

Fonte: Documento Fórum Norte de Minas Integrado: Plano de Metas-Eixo São Francisco

O resultado dessas oficinas deu origem ao documento-síntese chamado “Fórum Norte de Minas Integrado: Plano de Metas - Eixo São Francisco”, encaminhado às autoridades competentes e doravante referência para permanentes discussões e ações em favor do desenvolvimento regional.

Todo esse processo culminou com a realização do I Fórum Norte de Minas Integrado, dentro da programação da FENICS¹⁹, em setembro de 2001, momento em que essa articulação de instituições se apresenta publicamente. No Fórum foram afirmados como quatro grandes caminhos para o desenvolvimento regional:

- fruticultura;
- florestas renováveis;
- educação;
- pecuária.

Projetos ou ações viabilizadas, articuladas ou em execução

A rede do FNMI seguiu com a realização de seminários sobre temas relevantes para o desenvolvimento regional, a partir dos quais se encaminhavam parcerias para a realização de ações propostas e, principalmente, as ações de pressão em bloco, junto aos governos federal e estadual, para liberação de recursos que as viabilizassem.

clusters. Em Minas Gerais, foram identificados 47 clusters potenciais de diversas áreas, sendo cinco escolhidos como projeto piloto.

¹⁹ FENICS- Feira Nacional da Indústria, Comércio e Serviços, realizada anualmente em Montes Claros.

Volta da SUDENE

A articulação do FNMI procurou, através de manifestos e documentos, sempre em conjunto, reafirmar a importância da SUDENE para o desenvolvimento regional e reivindicar a sua reativação ou a implantação de agência equivalente que canalizasse recursos para o desenvolvimento regional. Em reunião do I Fórum Norte de Minas Integrado, em setembro de 2001, foi elaborado o “Manifesto do Norte de Minas Integrado” (Ver Anexo 9), encaminhado à Presidência da República, lastimando a extinção da SUDENE e a conseqüente paralisação do desenvolvimento regional. Pedia-se providências no sentido de garantir estímulos fiscais e obras de infra-estrutura necessárias ao desenvolvimento da região.

Dia do Norte de Minas

A realização do I Fórum Norte de Minas Integrado teve desdobramentos interessantes com a presença do então Secretário de Planejamento e Investimentos Estratégicos, José Paulo Silveira, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, convidado por um dos palestrantes. Impressionado com a articulação e clareza dos representantes da região quanto aos seus problemas, propostas e demandas, o Sr. José Paulo Silveira propôs o agendamento de um Dia do Norte de Minas, em Brasília-DF, momento em que seriam levadas ao Ministério as demandas e as propostas da região, o que de fato se realizou em novembro de 2001. (Ver Anexo 10 – Notícia no site da ACI). Houve, então, grande mobilização junto às entidades do Fórum para elaboração do documento a ser apresentado ao Ministério do Planejamento, que teve como base as propostas e discussões resultantes do I Fórum Norte de Minas Integrado.

O Dia do Norte de Minas contou com várias autoridades da região, incluindo senadores, deputados federais, prefeitos de vários municípios e representantes das instituições componentes do Fórum. Durante a visita ao Ministério do Planejamento, o grupo teve acesso ao que o Ministério propunha para promoção do desenvolvimento na região, inserida dentre os eixos estratégicos de desenvolvimento, nas ações do eixo São Francisco, que além do Norte de Minas englobava o sul da Bahia e parte do Espírito Santo. Sobre os desdobramentos desta visita para o Fórum, um dos entrevistados comenta:

Então nós verificamos que o que nós estávamos pensando a nível regional poderia se adaptar ao que se estava pensado em nível nacional. Diante disso aí nós começamos então a colocar as coisas em funcionamento.

Marcelo Martins Furtado – Vice-presidente de assuntos econômicos da ACI.
Entrevista concedida a Lucíola Paranhos. Montes Claros. 01 nov de 2005.

PMQP

Articulação e apoio à Lei Municipal de criação do Programa Municipal de Qualidade e Produtividade – PMQP, sancionada pelo Prefeito de Montes Claros, em 13 de setembro de 2001 (Ver Anexo 11). Este programa, em consonância com o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, tinha como objetivo, entre outros, sensibilizar, motivar, conscientizar e comprometer as entidades para a importância da qualidade e produtividade em produtos e serviços. O PMQP seria administrado por um comitê de qualidade e produtividade composto por 21 entidades, dentre as quais pelo menos 15 eram entidades articuladoras do FNMI.

Debates temáticos

Foram realizados os chamados “Encontro das Estradas”, dois seminários que buscaram discutir o problema da falta e má conservação das estradas no Norte de Minas. Participaram os órgãos responsáveis pela questão e lideranças regionais, pressionando o poder público para o atendimento às demandas regionais, visto que a questão das estradas foi avaliada como um dos gargalos para o desenvolvimento.

Realizou-se, ainda, seminários para uma reflexão sobre a questão da saúde, especialmente os serviços de urgência e emergência. Daí surgiram as propostas de implantação de um pronto socorro público regional em Montes Claros, descentralização dos serviços médicos de urgência para outras cidades da região e os primeiros passos para a criação da Central de Regulação de Leitos.

A estratégia de ação coletiva de parceria entre as instituições conduziu ainda à instituição da CANOR- Câmara de Mediação e Arbitragem do Norte de Minas e à criação da CREDINOSSO, uma cooperativa de crédito. Foi a primeira cooperativa multisetorial aprovada pelo governo de Minas Gerais, e inclui os setores do comércio, da indústria, da prestação de serviços e do agronegócio, fruto da constatação das cadeias produtivas reunidas em torno do fórum, as quais sentiam a necessidade de uma cooperativa.

Foram realizados, ainda, debates temáticos sobre a cachaça e as indústrias. Recentemente inseriu-se como tema de debate a possibilidade de emancipação do Estado de Minas Gerais, ou criação do estado Minas do Norte, o que garantiria maior volume de recursos para a região e permitiria maior crescimento e desenvolvimento.

Debateu-se, também, a dispersão das informações produzidas sobre a região e a necessidade de sua sistematização e disponibilização a toda a comunidade e sobre a necessidade de comunicar, integrar, compartilhar e estabelecer parcerias, integrando

ações de várias instituições. Este debate deu início ao projeto Redenorte, de criação de um portal de comunicação e disponibilização de informações regionais. (Ver Anexo 12 – Correspondência entre membros do grupo Redenorte)

Prioridades para o Plano Plurianual

Destaca-se a articulação realizada em agosto de 2003, para a entrega ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e aos deputados federais de um documento com sugestões para a inclusão de obras prioritárias no PPA 2004-2007 (Ver Anexo 13 – Notícia em site da ACI). Dentre as sugestões estavam:

- destinação de 500 milhões à construção de grandes, médias e pequenas barragens;
- investimentos em recuperação de estradas;
- investimentos na implantação do Pólo de Desenvolvimento Tecnológico do Norte de Minas;
- investimentos em educação, especialmente a técnica, profissionalizante e superior;
- investimentos nos serviços de urgência e emergência médica na região;
- construção do Centro de Convenções Regional;
- criação de um fundo de aval para produtores e empresários rurais do Projeto Jaíba.

Agronegócio e Parque Tecnológico de Montes Claros

Em novo seminário realizado na Lafarge, sobre o tema “Parque Tecnológico”, em decorrência de proposta do Fórum de desenvolver as cadeias produtivas da região, a articulação do FNMI concluiu que para o Norte de Minas devia se considerar as cadeias produtivas do agronegócio (a bovinocultura, a ovinocaprinocultura, a fruticultura, a produção de cachaça, pólo moveleiro), da biotecnologia e do setor têxtil.

Contratou-se um consultor para elaboração de projeto técnico para habilitação do Projeto do Parque Tecnológico junto ao Estado de Minas Gerais. A FAPEMIG habilitou o Parque Tecnológico Regional de Montes Claros-PTRMC, dentro do Pólo de Agronegócios do Norte de Minas, que compreenderia:

- uma plataforma em Montes Claros, denominada Parque Tecnológico Regional de Montes Claros
- as plataformas de Janaúba, Jaíba, Salinas, Grão Mogol, Januária, e Pirapora, conforme a cadeia produtiva do agronegócio nas áreas de bovinocultura, fruticultura, produção de cachaça e pólo moveleiro.

Através da busca articulada de local para a base física, para implantação do Parque Tecnológico Regional de Montes Claros, conseguiu-se com a prefeitura do

Município, através do então Prefeito Jairo Athaíde, a doação de um terreno de 62.000 m², no Distrito Industrial. A este terreno agregou-se uma área adjacente de 225.000 m² doada pela empresa ETERNIT à instituição escolhida para gerenciamento do Parque Tecnológico, a FUNDETEC.

A Figura 6, a seguir, apresenta esquema gráfico da articulação dos arranjos produtivos locais, na conformação do Parque Tecnológico Regional de Montes Claros, no Pólo de Agronegócios do Norte de Minas.

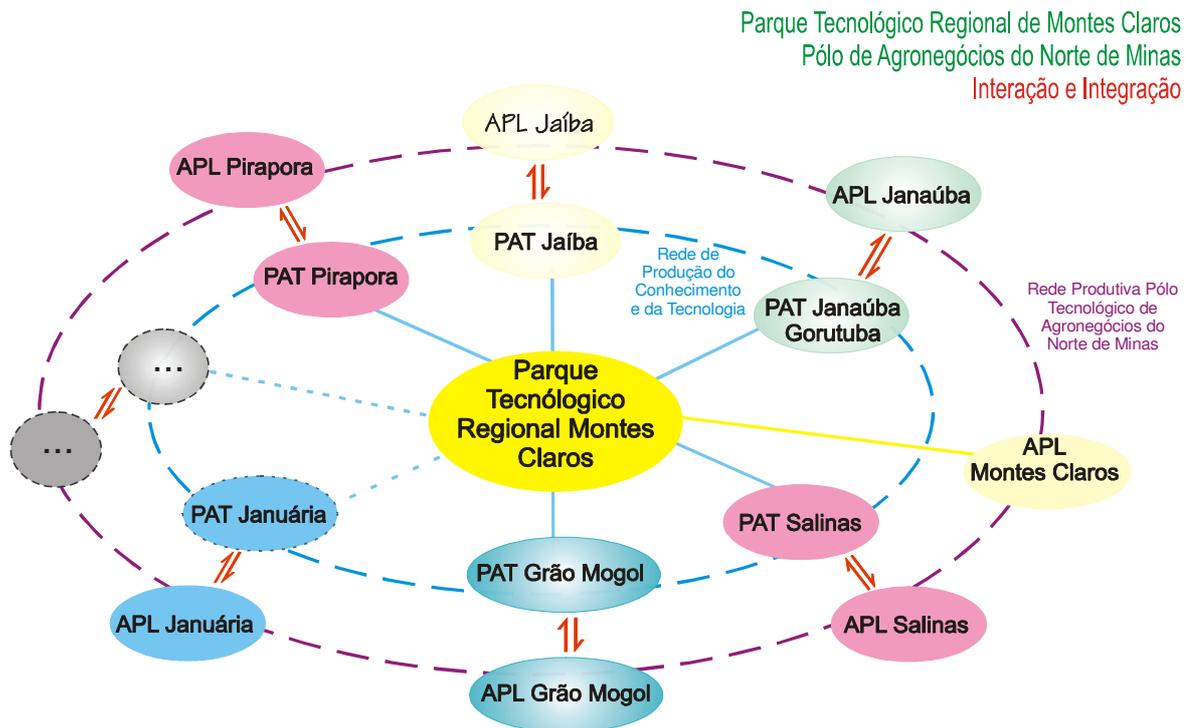


Figura 6 – Esquema de composição do Parque Tecnológico Regional de Montes Claros

Fonte: Parque Tecnológico Regional de Montes Claros: Plano de Negócios - Concepção Estruturas, Viabilidade Econômica, Implementação. Jun 2004

O Parque Tecnológico funcionaria a partir da articulação e composição de uma rede voltada e dedicada predominantemente ao agronegócio, associando atividades agrárias e criação de animais, assim como os processos industriais deles decorrentes. Tal rede seria composta por núcleos de tecnologia (PAT's - Plataformas Avançadas de Tecnologia) associados aos núcleos produtivos (APL's - arranjos produtivos locais) em cidades estratégicas da região por sua vocação para produção de determinados produtos e serviços como fruticultura em Janaúba; Silvicultura em Grão Mogol, Turmalina e Montes Claros e cana de açúcar e cachaça em Salinas, Taiobeiras e Januária. Assim se

desenvolveriam bases regionais do conhecimento, estruturadas em plataformas de pesquisa e desenvolvimento e de educação, tendo como pólo aglutinador Montes Claros.

Ao invés de se criar uma nova instituição para a coordenação do Parque Tecnológico Regional de Montes Claros, optou-se por uma entidade já existente. Foi escolhida a Fundação de Desenvolvimento Tecnológico da Agropecuária do Norte de Minas - FUNDETEC. Constituída desde 1994, a FUNDETEC, presidida pelo Dr. Rômulo L'Abatte, conta com a participação de vários segmentos da comunidade de Montes Claros, especialmente do setor empresarial, das instituições de ensino superior, das empresas, e das entidades de classe patronais. Foi criado um comitê gestor do Parque Tecnológico dentro da FUNDETEC, sob a coordenação do Sr. Alexandre Pires Ramos.

O Parque Tecnológico prevê a criação de oito mil empregos diretos, com participação de cerca de 220 pequenas e microempresas. Isso inclui incubadoras de empresas para fazer o processo de desenvolvimento tecnológico, buscando transformar o produto em negócio propriamente. O Parque Tecnológico prevê a instalação de um instituto de meio ambiente, um instituto de normatização da qualidade, um instituto de logística e um instituto de alimentos, uma vez que o agronegócio é, sobretudo, uma atividade de alimentos.

Com o Plano de Negócios pronto e a aprovação do projeto inicial, há agora um esforço para que a FAPEMIG e o governo do estado de Minas Gerais assumam o Parque. No entanto, não se conseguiu ainda os 64 milhões de reais necessários à sua construção e implantação. Os trabalhos para implantação do Parque Tecnológico prosseguem através da FUNDETEC, e já estão abertas as propostas de adesão, para que as empresas do agronegócio ali se instalem.

Centro de Convenções

Dentro do Parque Tecnológico foi feita uma articulação de parcerias para criação, na cidade, do Centro de Convenções Regional de Montes Claros. Um grupo de cerca de 20 parceiros, instituidores do Centro de Convenções, contribuiu financeiramente para sua implantação. O Ministério do Turismo, um dos principais parceiros, liberou dois milhões de reais para início da construção do Centro, que conta com projeto arquitetônico e tem previsão de investimento de dez milhões de reais. O conjunto de instituições em torno da FUNDETEC cedeu um terreno de 50.000 m² da área do Parque Tecnológico para a construção, uma vez que neste espaço estava prevista a criação de um centro cultural empresarial.

Em seguida à realização do I Fórum Norte de Minas Integrado, deu-se início a elaboração de vários projetos dos arranjos produtivos locais e cadeias produtivas consoante os objetivos, metas e programas pensados por esta articulação para a região.

Estratégias de articulação e de ação

A articulação do FNMI se dá basicamente por reuniões e seminários para discussão, debate e proposição de ações e mobilização para captação de recursos para implementação das ações propostas. Essa articulação é conduzida por uma secretaria executiva, geralmente assumida por uma ou mais instituições. Atualmente a ACI tem este papel, porém esta responsabilidade já foi assumida por outras instituições, como a UNIMONTES e a CEMIG.

Não houve, e ainda não há, uma periodicidade para realização de reuniões. Hoje as convocações são por demanda, para tratar de temas considerados importantes, como, por exemplo, a sugestão recente de discussão sobre a criação de um novo estado²⁰. Há, sim, o comprometimento das instituições de se reunirem com certa frequência e a preocupação de integrar melhor as ações.

O Fórum não conta com um mecanismo formal de adesão. O documento *Pacto do Norte de Minas* é a referência para identificação de seus membros. Nos eventos e reuniões nem sempre se contou com a presença de todos, mas ao se apresentar um documento em nome Fórum todos são citados. Há níveis diferenciados de participação. A estratégia de criação de coordenações temáticas, permitindo a cada instituição se envolver mais nos temas de sua competência, também facilitou os debates e a articulação de ações.

Apesar de o Fórum e de todos os seus membros estarem sediados em Montes Claros, existe a avaliação de que ele é representativo das questões regionais, por contar com membros como a AMAMS, que traz a demanda de todos os municípios da região; a ACI, cujo presidente, Sr. Jamil Curi, é também presidente da Federação das Indústrias e coordenador de todas as Associações Comerciais e Industriais do estado; e a Comissão de Desenvolvimento Industrial-Norte da FIEMG, que agrega as demandas desse setor na

20 O deputado Romeu Queiroz (PTB) propôs, em Projeto de Decreto Legislativo de 2002, convocar plebiscito para agrupar 165 municípios do Norte e dos vales do Jequitinhonha e Mucuri, que hoje compõem a área da Sudene, para formar o Estado de Minas do Norte. Após parecer pela rejeição do projeto, dado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, aguarda proposição da Presidência da Câmara para encaminhamento para avaliação de mérito pela Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional. Outros projetos de separação do Norte de Minas do restante do estado já foram encaminhados ao Congresso, sem sucesso.

região. Além de quase todas as entidades do Fórum, especialmente as do setor público, terem atuação regional.

Dando prosseguimento aos debates realizados, o encaminhamento proposto é que, à medida que as ações propostas pudessem ser realizadas, determinadas instituições assumiriam a execução. Como foi o caso da FUNDETEC com o Parque Tecnológico.

A idéia inicial, segundo Sr. Alexandre Pires Ramos, é que o Fórum fosse permanente. Hoje, a concepção do fórum permanece, porém a articulação se dá em torno de ações pontuais. O grupo das instituições concentra suas ações especificamente nos projetos do Parque Tecnológico e do Centro de Convenções.

É importante também a estratégia de utilização do Fórum para dar peso à solicitação de recursos. A organização das lideranças regionais facilita a captação de investimentos, como mencionado pelo Coordenador do Comitê Gestor do Parque Tecnológico de Montes Claros:

Então é esse entendimento. Que a comunidade tem de se sentir parte da solução dos problemas para fazer uma pressão organizada junto ao governo para conseguir esses recursos.

Alexandre Pires Ramos. Entrevista concedida a Lucíola Paranhos, Montes Claros, 07 jun. 2005.

Formas e meios de comunicação

A comunicação dos membros do fórum geralmente é mediada pela secretaria executiva, através de telefone, fax, correio e e-mails. A comunicação e articulação no FNMI é facilitada pelo fato de todas as entidades estarem sediadas em Montes Claros e pelo perfil das instituições, que não têm qualquer dificuldade quanto à estrutura de material e equipamentos de comunicação. A articulação é facilitada, também, pelo contato constante entre os dirigentes das instituições nos vários eventos de que, comumente e conjuntamente, tomam parte.

A facilidade de acesso à tecnologia da Internet pelos membros do Fórum poderia instituí-la como meio privilegiado de comunicação desta articulação. No entanto, esta não parece ser a tendência. Os e-mails são utilizados, mas não são a principal forma de comunicação do grupo. Ao que parece, também não há uma cultura interna consolidada de utilização de Internet.

As instituições do FNMI reuniram esforços por mais de um ano para realização do Projeto Redenorte. Como mencionado, este projeto visava, além de possibilitar a comunicação entre os membros do FNMI, através de um portal na Internet, a difusão de informações, dos mais variados tipos, e das mais diferentes fontes, para a comunidade da região. O portal RedeNorte está no ar através do endereço: www.redenorte.org.br, porém, por falta de recursos, não conta com manutenção. Ver Figura 7.

Sobre o não funcionamento do site pela falta de recursos, o Prof. Geraldo Guedes comenta:

Eu acho que essa é maior dificuldade da região, ela não..., ela toma consciência do processo de desenvolvimento em alguns estágios, mas ela não põe este processo pra frente, não investe o recurso.

Prof. Geraldo de M. Guedes – Comitê Gestor do Parque Tecnológico
Entrevista concedida a Lucíola Paranhos, Montes Claros, 16 jan. 2006.

O Portal Redenorte também seria um mecanismo de impulsão dos arranjos produtivos locais identificados pelo Fórum. Tinha, entre outros, os seguintes objetivos:

- Desenvolver um ambiente interativo na Internet dedicado a impulsionar a realização de negócios relativos aos produtos característicos dos arranjos econômicos presentes na região
- Fornecer mecanismos de comunicação entre profissionais e empresas de um mesmo setor, divulgação de oportunidades de negócios presentes na região.



Figura 7 – Página inicial do Portal Redenorte – Acessado em 20/01/06.

No início de 2002, a CEMIG adere ao Fórum e se torna instituição importante na organização e na articulação das atividades, durante um período de quase dois anos. Esta inserção se dá a partir da criação, na Gerência Comercial Norte da CEMIG, sediada em Montes Claros, de uma Equipe de Eficientização de Energia e Desenvolvimento Regional, conduzida pelo então gerente, Sergio Henrique Mourthé Duarte. Esta equipe tinha como objetivo "contribuir para o desenvolvimento regional através da participação e interação com instituições que já atuam nesta área." (Ver Anexo 14).

Neste período, de janeiro de 2002 a setembro de 2003, houve grande mobilização das instituições, com reuniões constantes para discussão da viabilização do projeto RedeNorte. Sob a coordenação da CEMIG, ocupando a Secretaria executiva, foram realizadas reuniões, visitas de intercâmbio. Houve grande movimentação junto a várias instituições em busca de financiamento da proposta, inclusive junto à Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas. (Ver Anexo 15 - Lista de presença)



**Figura 8 – Reunião da RedeNorte em auditório da CEMIG. Montes Claros, 08/07/02.
Fonte: Acervo de fotos da CEMIG.**

Foram importantes na condução das discussões e propostas, a Geotech empresa privada na área de tecnologia da informação, com a participação do Sr. Rubens Pereira, e a TV Grande Minas. Foram ainda desenvolvidos vários projetos de portais e sites paralelos voltados para setores específicos. Como resultado deste trabalho, está hoje em utilização o Portal da Fruticultura da ABANORTE (Ver Figura 9).

A viabilização do portal RedeNorte, no entanto, apesar de toda a movimentação realizada, não teve sucesso.

Na mesma época foi criado um grupo de discussão na Internet, também chamado Redenorte, que permite a comunicação dos membros cadastrados através de e-mail. O grupo virtual ainda existe, mas é pouco utilizado.

Portal da fruticultura do Norte de Minas

Conteúdo da Pesquisa aqui! PESQUISAR

Fruticultura no Norte de Minas Mercado Pesquisa e Inovação Tecnológica Notícias e Eventos Links Quem Somos

Agenda do Produtor

- Agritech 2006
- Curso Marketing em Agronegócios
- XX Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia de Alimentos
- SIAL 2006 - Salão Internacional da Alimentação
- WM Conference 2006 - Mercados Atacadistas

Outros Eventos...

Últimas Notícias

- Mapa realiza consulta pública sobre novo manual de vigilância agropecuária
- MAPA terá R\$ 45 milhões para subvencionar seguro rural
- Mamão potiguar vai para os EUA
- Produtores do Jaíba farão visita técnica à EMATER-MG
- MAPA discute limites de pesticidas em frutas para atender exigência da União Européia

Leia todas as notícias>>

Clima

N/D 20.01.2006

N/D

Mínima: N/D %

Máxima: N/D %

Mais Informações>>

Sua opinião é importante

Qual é a sua opinião a respeito da destruição de caixas de madeiras usadas para transporte de banana?

Concorda

Discorda

Imparcial

Votar

[Resultados | Outras Enquetes]

Votos : 221

É Preciso Modernizar a Comercialização Urgentemente!

Os indicadores econômicos apontam para o crescimento econômico e aumento da renda do brasileiro em 2006. Entretanto a elevada taxa de juros básica da economia e o dólar enfraquecido ainda podem limitar o crescimento do setor produtivo no próximo ano. Todos esses indicadores influenciam o setor hortícola de alguma forma.

IBRAF e CODEVASF realizam diagnóstico da fruticultura nacional

Com o objetivo de subsidiar produtores e técnicos no processo de tomada de decisão com relação ao potencial de mercado de espécies frutíferas, a CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - em parceria com o Instituto Brasileiro de Frutas, realizou estudos de mercado interno e externo de algumas espécies como: banana, uva, limão e manga.

Figura 9 – Portal da Fruticultura – Acessado em 20/01/06.

Avaliação/Críticas internas ao Fórum

A avaliação feita com relação ao FNMI é de que está um pouco desarticulado. Não há mais a articulação que havia na sua formação. Algumas instituições não participam mais por mudanças nas suas direções, como, por exemplo, a CEMIG. No entanto, esta articulação é destacada como muito importante na integração dos vários setores, em ações para o desenvolvimento regional e em momentos que o grupo precisa tomar um posicionamento coletivo frente a uma questão, ou frente ao poder público estadual ou federal.

Apesar de o FNMI estar desarticulado, suas entidades estão articuladas em torno da execução do Parque Tecnológico Regional de Montes Claros, através da FUNDETEC. Isso é avaliado positivamente.

Atuação junto ao poder público

As relações do FNMI com o poder público são muito estreitas, uma vez que o poder público está fortemente representado e vários membros representantes de entidades de outros setores também têm cargos executivos no poder público municipal. As relações são de reconhecimento do Fórum por parte do poder público, como importante interlocutor. Existe uma parceria constante na execução de programas e projetos na região, geralmente dentro da linha proposta pelo Fórum.

ANÁLISE COMPARATIVA

As duas redes estudadas vêem nesta forma de articulação um instrumento poderoso, tanto de pressão frente ao Estado, como para alcançar o tão propalado desenvolvimento regional. Coincidentemente, têm o mesmo número de entidades membros. Mas as coincidências param por aí. Consideramos que a sociedade civil contemporânea inclui sujeitos sociais com práticas, objetivos, modalidades de atuação e projetos diferentes, podendo fazer parte dela ONG's, movimentos sociais, organizações sindicais, tanto dos trabalhadores quanto dos empresários, organizações filantrópicas, enfim uma gama heterogênea de sujeitos.

Veremos, a seguir, que diferenças entre as duas redes refletem diferentes projetos políticos que articulam e integram seus membros. Os dois grupos, a partir de seus recursos e ativos, lutam pela hegemonia destes diferentes projetos políticos, consumada neste caso através da captação de recursos para a implantação das propostas de desenvolvimento regional de um grupo ou outro. Aqui, utilizamos a noção de projetos políticos, trabalhada por DAGNINO (2004), como sendo os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos.

Dagnino (2004) ressalta a importância do vínculo indissolúvel entre cultura e política, reafirmando que projetos políticos não se resumem estritamente a estratégias de atuação política, mas expressam, veiculam e produzem significados que integram matrizes culturais mais amplas. Essa noção permite superar a visão homogeneizadora, tanto de Estado, como de sociedade civil, reconhecendo sua diversidade interna.

A partir das teorias de espaço social e campos, Bourdieu (1998) nos diz que o espaço social é hierarquizado pela desigual distribuição dos capitais. Logo, sujeitos estarão agrupados pelo volume e tipos de capital que detêm. Os tipos de capital geram internalizações de disposições (habitus) que diferenciam os espaços a serem ocupados pelos sujeitos. Portadores de volumes diversos de capitais contestam ou aceitam diretrizes que redefinem as bases da sociedade. Constróem a realidade buscando impor sua visão, baseada no ponto de vista determinado pela posição que ocupam no espaço social, que pretendem conservar ou transformar.

O espaço social é marcado pela diferenciação de campos, que são como mercados, com produtores e consumidores de bens, nos quais os produtores, dotados de capitais específicos, se enfrentam. A razão dessas lutas é a acumulação da forma de capital que garante a dominação do campo, sendo assim um espaço de forças opostas. São exemplos o campo religioso, o artístico, o econômico, o político, o cultural etc. Os campos, no entanto, têm uma autonomia relativa e se articulam entre si, existindo uma interpenetração.

O FDSNM e o FNMI se afirmam como espaços da sociedade civil, para discussão do desenvolvimento da região Norte de Minas, embora o segundo seja representado também por entidades do poder público. O FDSNM caracteriza-se pela presença maciça de entidades ligadas aos trabalhadores e por uma composição da sociedade civil mais ligada aos movimentos sociais e mais especificamente aos do campo "movimentista"²¹. Este tipo de entidades acaba por combinar em sua atuação a mobilização social, reivindicação e proposição, tendo como aglutinador o caráter de intervenção no processo de democratização do Estado e a capacidade de negociação com ele, o que exige uma forte articulação e coesão.

Diferentemente, o FNMI tem sua composição mais ligada a entidades patronais de classe e setor privado, acrescidos de uma grande faixa do setor público. Tem, assim, uma atuação na linha da continuidade e consolidação dos modelos e projetos implementados pelo Estado.

O perfil e campo de atuação dos membros das duas redes, especialmente do FDSNM, sinalizam para um maior debate e para proposições sobre a questão do desenvolvimento rural. O FNMI, apesar de ter no quadro de membros um número quase equivalente de entidades de atuação em meio rural e urbano, também tem como foco de

²¹ Neologismo criado pelo "Grupo de Estudo sobre a Construção Democrática" da UNICAMP, coordenado pela professora Evelina Dagnino (2004).

discussões no desenvolvimento rural. Isso também se justifica pela declarada vocação agrícola da região. A agricultura é alvo da maioria das ações das duas redes.

Os membros do FDSNM têm sedes distribuídas em toda região, o que indicaria a sua maior capacidade de representação, mobilização e envolvimento da sociedade civil na região. A distância geográfica, por outro lado, dificulta a operacionalização das atividades. Neste caso algumas entidades são cruciais como, o CAA e a CPT que, em Montes Claros, realizam a conexão entre todos.

O FNMI tem todos os seus membros sediados em Montes Claros. No entanto, grande parte deles, especialmente as agências do poder público como CODEVASF, BNB e AMAMS, tem atuação em toda a região. Os membros do FNMI, concentrados em Montes Claros, têm mais facilidade de articulação entre si. Esta facilidade se reflete na força e na facilidade de execução de ações.

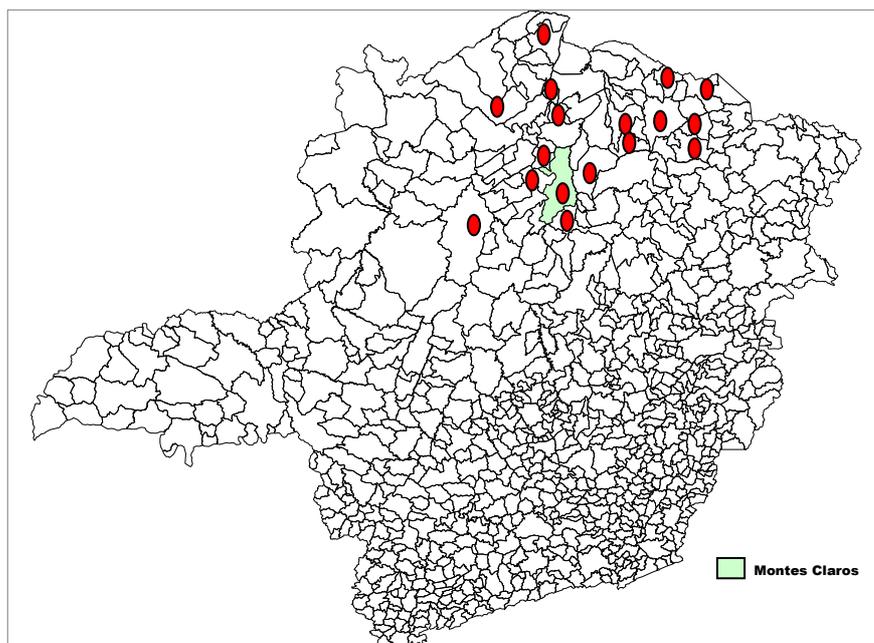


Figura 10 - Distribuição dos membros do FDSNM no mapa de Minas Gerais

Quanto aos objetivos das duas articulações, as convergências são muitas, apesar das diferenças de enfoque e públicos:

- a preocupação com a identificação e visibilidade das potencialidades do Norte de Minas;
- a contribuição ou apresentação de sugestões na formulação de políticas para o desenvolvimento sustentável;
- a influência nos processos decisórios ou a mobilização e a sensibilização das autoridades no atendimento de propostas e demandas da sociedade norte-mineira.

A estes objetivos o FDSNM acrescenta o monitoramento da execução de políticas públicas e o trabalho de reflexão, formação e articulação da própria sociedade, no enfrentamento das questões do desenvolvimento regional.

O FNMI, por sua vez, acrescenta, mais especificamente, a preocupação de detectar os fatores restritivos e favoráveis ao desenvolvimento das potencialidades do Norte de Minas, embora os estudos que fundamentam a ação do FDSNM também o façam.

Podemos ressaltar que o espaço de reflexão e formação mais destacado pelo FDSNM reflete também sua preocupação com a crítica às políticas e aos modelos de desenvolvimento vigentes. Isso não é muito patente no FNMI, apesar de haver os momentos de reflexão e debate.

A estrutura de organização dos dois fóruns também é muito parecida. As instituições realizam encontros para debates, muitas vezes temáticos ou com a pauta sugerida pelos membros do grupo. Todo o trabalho é conduzido por secretaria executiva formada por uma ou mais entidades do grupo e por ele selecionadas. Os responsáveis pela secretaria executiva mudam periodicamente.

Apesar do propósito inicial dos dois Fóruns de se tornarem permanentes, somente o FDSNM parece manter este objetivo. Isso se expressa na maior constância de suas reuniões, realizadas de dois em dois meses, na realização de reuniões de planejamento anual e em certa institucionalização da adesão ao Fórum, através de termo de adesão e de carta de princípios, tornando os laços mais institucionais e menos pessoais.

O FNMI tem tomado como estratégia a descentralização de ações em projetos isolados e a realização de reuniões por demanda ou em função da relevância de um tema para os objetivos a que o Fórum se propôs. Este encaminhamento reflete também a pouca institucionalização da rede.

Ambas optaram por não se instituir juridicamente até o momento. Não contam com quadro próprio de funcionários, por exemplo, para a secretaria executiva. Isso ocorre, apesar da tendência nacional à institucionalização de redes (NOGUEIRA, 2005), tendo como principal motivação a necessidade de buscar recursos para viabilização de projetos e para o próprio fortalecimento. Esta opção se justificaria pelo tamanho ainda reduzido das duas redes, não demandando tais providências, e pela possibilidade, para a captação de recursos, de utilização da personalidade jurídica de um dos membros, como é caso da FUNDETEC do FNMI.

O contexto histórico e político de consolidação das redes também é comum. Ambas se consolidaram entre o final dos anos 1990 e os anos que seguiram, momento de consolidação do Estado neoliberal, na gestão de Fernando Henrique Cardoso, com combate à inflação, privatização de empresas estatais, abertura do mercado nacional ao capital especulativo e estrangeiro e reforma administrativa do Estado. Isso acabou por refletir numa nova dimensão da participação da sociedade civil no processo político. Momento também em que crescem a globalização econômica e de mercados e o acirramento da competitividade. Antes disso, a fase em que se estabeleciam relações pessoais entre os membros foi muito importante na formação dos fóruns, em especial do FDSNM, no qual estas relações ocorreram com mais força.

O posicionamento destas articulações frente ao contexto neoliberal, no entanto, é bem diverso e condizente, é claro, com o histórico diferenciado de suas entidades-membro. O FDSNM segue na crítica às políticas de desenvolvimento atreladas aos ditames do capitalismo internacional, às políticas de desmantelamento do Estado e ao foco no crescimento econômico, em detrimento das políticas sociais, que afetam diretamente a classe trabalhadora. A atuação de cada entidade do Fórum alicerça esta postura crítica conduzindo a melhorias na qualidade de vida das populações-alvo de suas ações.

O FNMI opta por buscar recursos e desenvolver ações em consonância com os planos e programas pensados pelos governos estadual e federal. Busca adequar ou encaixar as demandas e potencialidades regionais no projeto político vigente. Esse posicionamento também se justifica pela presença no Fórum de agentes do Estado, que atuam na região há mais de 20 anos e que são os executores das políticas de estado na região, especialmente as políticas de desenvolvimento rural.

As duas articulações mantêm, no entanto, a crítica ao descaso dos governos estadual e federal com a região, segundo o FNMI, agravado com a extinção da SUDENE.

Grande parte das ações realizadas pelo FDSNM foi voltada para a visibilização dos problemas das populações da região no que diz respeito a temas como a terra, a água, o financiamento e a educação, que em última instância, são os recursos de que estas populações dispõem para sua sobrevivência. Nesse sentido os seminários, a mobilização de visitas, as manifestações públicas e, principalmente, a apresentação de propostas foram importantes na construção do reconhecimento, por parte do poder público, desse segmento da sociedade civil como interlocutor e de suas demandas. Isso se reflete diretamente na construção de uma cultura mais participativa da formulação de políticas de desenvolvimento regional.

As propostas apresentadas quase sempre iam de encontro à base das políticas de desenvolvimento propostas e em execução pelo poder público. Porém, mesmo assim, eram apresentadas e discutidas. Como exemplo, citamos as propostas de reconversão das áreas de monocultura de eucalipto para sistemas agroextrativistas, claramente contrárias às políticas de incentivo ao agronegócio em áreas de cerrado, defendidas pelo Estado e pelo FNMI.

As ações realizadas junto à base dos movimentos sociais também garantem maior legitimidade e peso às propostas apresentadas por esta articulação. Isso é imprescindível na medida em que este segmento da sociedade civil raramente tem voz nos espaços de proposição e definição de políticas. Sua articulação em bloco, legitimada pela base da população, facilita seu ingresso nos momentos de definição de políticas ou, ainda, faz pressão sobre os decisores.

As ações da rede do FNMI se dirigiram à definição de caminhos prioritários para a promoção do desenvolvimento regional, ou seja, à definição dos focos dos investimentos e à articulação para a captação de recursos. Esta captação de recursos está fortemente atrelada às políticas estatais de desenvolvimento. Ações e projetos são sugeridos para a região, porém, de acordo com as linhas de política de desenvolvimento vigentes, que, via de regra, privilegiam os setores mais abastados da sociedade. Como exemplo, citamos o foco de ações na criação do Parque Tecnológico Regional de Montes Claros, dentro do Pólo de Agronegócios do Norte de Minas, consoantes com a política nacional de incentivo ao agronegócio e a política estadual da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais, com seu programa de Inovação Tecnológica no Parque Industrial Mineiro²².

Apesar de não realizar uma crítica declarada ao modelo de desenvolvimento adotado na região, percebe-se que o FNMI hoje se posiciona contrariamente ao desenvolvimento realizado, pensado externamente, que não favorece a região por excluir seus agentes do espaço crucial de decisões. Desta forma, a elite regional articulada no

²² É objetivo do Programa de Inovação Tecnológica no Parque Industrial Mineiro, segundo o site da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais-SECTES (acessado em 21/01/06), “aliar a base de conhecimento das instituições de ensino e pesquisa do Estado com o setor empresarial, a fim de promover o desenvolvimento sustentado que aproveite as vantagens comparativas regionais e a capacidade inovadora local, promovendo a indução ao desenvolvimento tecnológico regional adaptado ao ambiente competitivo global”. Através deste programa a SECTES apóia a implantação de parques tecnológicos no estado. O Programa Rede Estadual de C&T para Inovação Agroindustrial (mesma fonte, acessado na mesma data) busca otimizar o potencial de expansão do agronegócio e “...realizar pesquisas e transferir tecnologias que estabeleçam sistemas de produção e industrialização sustentáveis, para melhorar a qualidade dos produtos mineiros aumentando a sua competitividade, reduzindo custos de produção e capacitando a mão-de-obra envolvida em toda a cadeia produtiva”. Na mesma linha há ainda o Programa Uso Múltiplo de Florestas Renováveis.

FNMI, pensa o desenvolvimento construído internamente, privilegiando os arranjos produtivos locais – APL's vinculados ao mercado global.

Através das diferentes propostas para o desenvolvimento do Norte de Minas, as redes em estudo têm concepções diferentes sobre o desenvolvimento, ou melhor, definem elementos, pré-requisitos e formas diferentes para sua promoção. Apesar de vários conceitos e palavras utilizados serem os mesmos, a atribuição de significados é diversa.

O FDSNM tem suas propostas fechadas em torno da concepção de desenvolvimento sustentável, a qual procura melhor qualificar, ciente dos vários sentidos que têm sido atribuídos a este conceito. Suas propostas são pois, coerentes com a conceituação que defende, que destaca a necessidade da participação e do envolvimento das populações que vivem no Norte de Minas e sua cultura (que inclui seu modo de conviver com o ecossistema) na formulação de políticas para o seu desenvolvimento, sendo prioridade a promoção da vida digna (econômica, social, política e culturalmente) destas populações e não o crescimento econômico, a produtividade ou o lucro. A noção de desenvolvimento que utilizam reflete a clareza quanto à existência de um conflito sobre a utilização dos recursos naturais; quanto à posição subalterna²³ do grupo neste conflito e quanto à luta pela alteração dos conceitos hegemônicos de desenvolvimento e de sustentabilidade.

O FNMI por sua vez tem seu discurso sobre o desenvolvimento construído sobre a concepção de desenvolvimento sustentável, ampliada pela necessidade da inovação como pré-requisito para o desenvolvimento no contexto do ambiente competitivo global. A sustentabilidade, entendida como provimento das necessidades de hoje sem esgotar as possibilidades de provimento das necessidades futuras, tende a se resumir, paradoxalmente, à conservação ambiental. Os demais aspectos da sustentabilidade aparentemente seriam garantidos ou seriam conseqüências da produtividade e do crescimento econômico, gerados pela inovação e empreendedorismo, por sua vez construídos sobre as potencialidades regionais transformadas em negócio, mais especificamente, o agronegócio. O investimento na inovação tecnológica e capacitação da mão-de-obra garantiriam competitividade aos produtos e, conseqüentemente, renda aos seus produtores, articulados em cadeias produtivas.

O FNMI replica a utilização hegemônica do conceito de desenvolvimento sustentável adotado por vários governos, políticos, empresários e até ONG's, adotado na

²³ A posição subalterna do grupo, na perspectiva dos Subaltern Studies, significa que o grupo tem consciência da dominação à que está sujeito e reage a ela, resiste conscientemente.

ECO-92. Nele a sustentabilidade está condicionada a um crescimento econômico sustentado, no contexto de um capitalismo globalizado no qual não há contradições entre o processo de acumulação capitalista e a relação homem/natureza.

Diante do suposto consenso sobre a promoção do desenvolvimento sustentável, na prática, se dispensa a participação da sociedade civil no levantamento de suas potencialidades locais e na definição de como utilizá-las para promoção do desenvolvimento. As ações de promoção do desenvolvimento defendidas pelo FNMI mostram a ausência nesta articulação da colocação dos interesses da maior parte da sociedade civil, visto que se escondem, completamente, os embates existentes entre as populações do Norte de Minas e os interesses econômicos de utilização de seu espaço.

Do ponto de vista das conseqüências das propostas das duas redes para a região norte-mineira, não podemos dizer que elas sejam somente diferentes. Mais que isso, são contraditórias, considerando seu fim último, o desenvolvimento do Norte de Minas. A proposta do FDSNM, ao dar voz a grupos excluídos do desenvolvimento proposto pelo modelo anterior, conduz ao protagonismo das populações regionais na construção de uma alternativa ao desenvolvimento hegemônico, adequada e voltada antes de tudo aos interesses e características ambientais e culturais destas populações. O FNMI, ao atrelar o desenvolvimento regional aos ditames da lucratividade, competitividade e produtividade do mercado internacional, desconsiderando os interesses da maioria de população norte mineira, acaba por conduzir ao seu empobrecimento e à dependência da região, ao enriquecimento de poucos e à exclusão cada vez maior da população da região dos espaços de decisão sobre seu destino. Olhando essa contradição, é possível afirmar que os princípios organizadores do pensamento e das ações das duas redes se vinculam, por um lado, no caso do FDSNM, na produção do homem e, por outro lado, no caso do FNMI, na produção de riquezas.

Para finalizar este capítulo, afirmamos que, apesar da estruturação semelhante dos Fóruns estudados e da institucionalização das articulações em fóruns, em momentos semelhantes, o perfil dos membros e seu histórico de ações recentes do Norte de Minas acabam por conduzir à consolidação de duas redes que apresentam propostas bem diversas para o desenvolvimento regional. A rede do FDSNM, com membros mais ligados aos movimentos sociais, tem ações mais voltadas à crítica ao modelo de desenvolvimento dominante e ao apoio às populações tradicionais norte-mineiras na luta por seu protagonismo na definição de políticas de desenvolvimento para a região. O FNMI, por sua vez, com membros mais ligados às classes patronais e ao Estado, tem

ações mais voltadas à reafirmação e fortalecimento do modelo de desenvolvimento dominante, agora adaptado aos moldes do contexto globalizado e competitivo.

Encerrando a argumentação, afirmo que há um claro antagonismo nas concepções de desenvolvimento e estratégias de ação dos dois Fóruns, que refletem projetos políticos distintos, atrelados, de um lado à uma cultura política mais igualitária e participativa e, de outro, ao projeto dominante de uma democracia elitista e restritiva, de práticas historicamente paternalistas.

No próximo capítulo insere-se a questão do capital social, sua produção e fluxo através das relações estabelecidas pelas redes. É destacada a importância da composição e estrutura das redes e natureza de suas relações configurando um estoque e fluxo de capital social a ser utilizado pelas redes para atingir seus objetivos, a partir de suas diferentes concepções de desenvolvimento regional. O que as conduz a diferentes práticas que serão confrontadas no fim do capítulo.

CAPÍTULO III – AS CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E A AGÊNCIA SOCIAL DAS REDES NORTE MINEIRAS

Neste capítulo buscou-se contrapor as práticas das redes sociais estudadas tendo como pano de fundo suas respectivas concepções de desenvolvimento. A atuação destas redes é agora analisada, após a apresentação de seu histórico de formação no capítulo anterior, a partir da presença e fluxo de capital social e da natureza dos laços por elas formados, configurando diferentes possibilidades de consecução de seus objetivos.

O CAPITAL SOCIAL NAS REDES

As redes, assim como a confiança e as organizações, são fontes, componentes que dão origem ao capital social. Nesse sentido, a estruturação das redes em estudo, claramente potencializa a produção de capital social para os diferentes grupos que representam e, em última instância, para a sociedade norte-mineira, vista num contexto mais global.

O reconhecimento do debate multidisciplinar acerca do conceito de capital social conduz também ao reconhecimento da dificuldade de operacionalizar, empiricamente, o conceito. Assim destacamos algumas linhas centrais na discussão sobre o tema.

Na vertente antropológica, destacam-se como antecedentes deste conceito os estudos sobre o fenômeno da reciprocidade realizados por Marcel Mauss (1924). Na vertente sociológica, destaca-se o conceito de capital social de Bourdieu (1980), inserido em sua teoria geral dos campos, que vê o capital social como o conjunto de relações de que dispõe um indivíduo ou grupo.

Em seguida temos as contribuições de Putnam (1996) em sua pesquisa sobre a correlação do desempenho dos governos locais na Itália e a tradição cívica de cada região, em que capital social “diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”(PUTNAM, 1996:177).

Em revisão bibliográfica feita a partir de um enfoque multidisciplinar sobre o conceito de capital social, Toledo (2005) ressalta que o conceito ainda se encontra em

construção. O autor destaca as contribuições de Portes (1998) e Durston (2001)²⁴ aos estudos do capital social. Portes ressalta a importância do conceito ao explicar as consequências positivas intrínsecas à sociabilidade, mas destaca que, no contexto das relações sociais, os efeitos do capital social podem ser tanto positivos quanto negativos. Durston analisa os conceitos de capital social, dividindo-os em dois grupos: os que concebem o capital social como um recurso das pessoas, grupos e coletividades, no seio das relações sociais (em que se incluem Coleman e Bourdieu), e os que dão ênfase a aspectos culturais, mais do que aos simbólicos e abstratos (como Putnam).

São elementos mencionados na maioria das definições:

- 1- as fontes e a infra-estrutura do capital social (as normas, as redes sociais, a cultura as instituições);
- 2- as ações individuais e coletivas que esta infra-estrutura torna possíveis;
- 3- as consequências e resultados destas ações que podem ser positivas ou negativas.

Para Toledo (2005), o essencial do capital social é que ele é uma capacidade de obter benefícios a partir do aproveitamento de redes sociais que proporcionam vantagens adicionais aos indivíduos que têm acesso a elas. A teoria de redes sociais postula que o capital social depende do número de conexões que podem ser mobilizadas e da proximidade do indivíduo de pontes entre diferentes redes. (Granovetter, 1973 citado por Toledo).²⁵ Toledo afirma, ainda, que para compreender as potencialidades do capital social, este deve ser concebido não como um estoque, mas como um fluxo. Esta distinção, segundo o autor teria implicações práticas na implementação de projetos de desenvolvimento orientados para potencializá-lo.

O capital social visto como estoque é fruto de uma longa acumulação cultural e histórica (como em Putnam), onde o mais importante são as normas e a confiança que garantam as relações sociais de cooperação benéfica a todos. Isso conduz à enorme dificuldade ou à impossibilidade de criar capital social. Já na visão do capital social como fluxo, o que importa não são as estruturas que facilitam as relações, mas as próprias relações e seus resultados. Se entendemos confiança e normas como facilitadores de capital social e consideramos o contexto de processos sociais influenciados pelo meio nos

²⁴ PORTES, A. Capital Social: sus orígenes y aplicaciones en la sociología moderna. In: CARPIO, J.; NOVACOSKY, I. (comp.) *De igual para igual: el desafío Del Estado ante los nuevos problemas sociales*. Buenos Aires, FCE, 1999. p. 243-266. DURSTON, J. Capital social: parte del problema, parte de la solución – su papel em la persistência y superción de la pobreza em América Latina y el Caribe. In: Social capital and poverty reduction in Latin América and the Caribbean: toward a new paradigm, 2201, Santiago de Chile. *Anais*. Discurso preparado para a Conferência.

²⁵ GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.

quais as pessoas se vêem com um âmbito de ação possível, abre-se a possibilidade de implementação de ações que contribuam para a construção do tipo de relações que gera capital social.(Toledo 2005)

A ligação do capital social com a questão do desenvolvimento se faz à medida que o capital social emerge como uma aproximação para analisar algumas das forças sociais, além das econômicas, que interagem com os processos de desenvolvimento. O desenvolvimento relacionado à ampliação das oportunidades reais das pessoas para desenvolver suas potencialidades foi diretamente associado à necessidade de se investir na criação de capital social. Ele aparece como fator de redução de desigualdade social e da pobreza, à medida que poderia contribuir para por em contato pessoas anteriormente desvinculadas, reduzindo o processo de segmentação.

Os laços formados pela rede permitem o estabelecimento de relações de reciprocidade e confiança (e são ao mesmo tempo formados por elas) que potencializam a alocação de recursos para objetivos propostos ou demandas colocadas. A alocação de recursos nas redes estudadas não obedece estritamente à lógica de mercado, mas também e, principalmente, à lógica da reciprocidade, na qual o estabelecimento do vínculo importa mais que os bens efetivamente trocados na relação estabelecida.

No fluxo de capital social destas redes são elementos importantes a quantidade de relações sociais potenciais e existentes e as características dos sujeitos que compõem as redes. Quanto maior o número de relações existentes, maior o potencial de fluxo e troca de recursos, interna e externamente.

Dado o número de membros mencionados como componentes das redes, atualmente (18 membros em ambas), o número potencial de relações sociais seria o mesmo para ambas. A densidade das redes (característica estrutural dada pelo número de relações realmente estabelecidas entre os membros), no entanto, é diferente. Há aparente vantagem para a rede do FNMI, que mostra maior número de instituições com contatos com várias outras, ao passo que o FDSNM tem um número maior de relações centradas em poucos membros. É o que se observa nas Figuras 11 e 12, a seguir, que representam os sociogramas das relações entre os membros de cada Fórum.

Os círculos vermelhos representam as instituições e as linhas com setas bidirecionais indicam a existência de uma relação entre as instituições. A posição dos membros uns em relação aos outros não tem qualquer significado neste esquema.

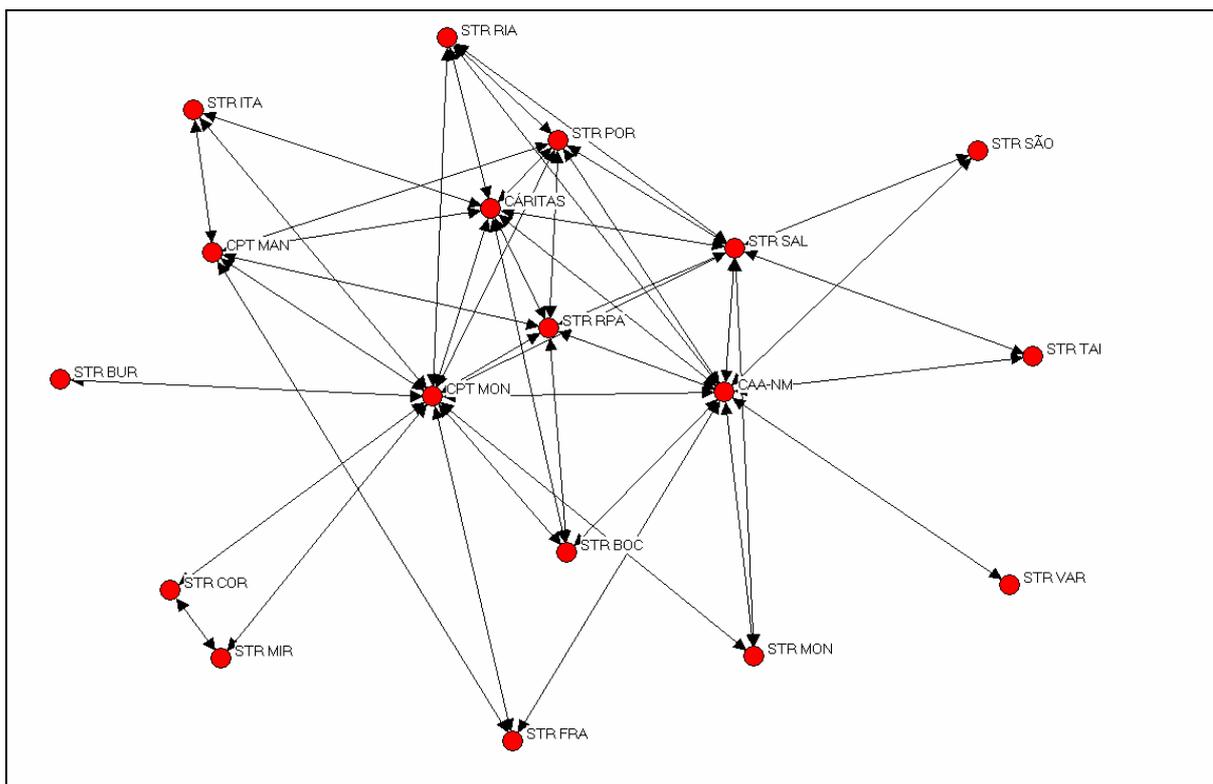


Figura 11 – Sociograma das relações entre os membros do Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas, em 2005

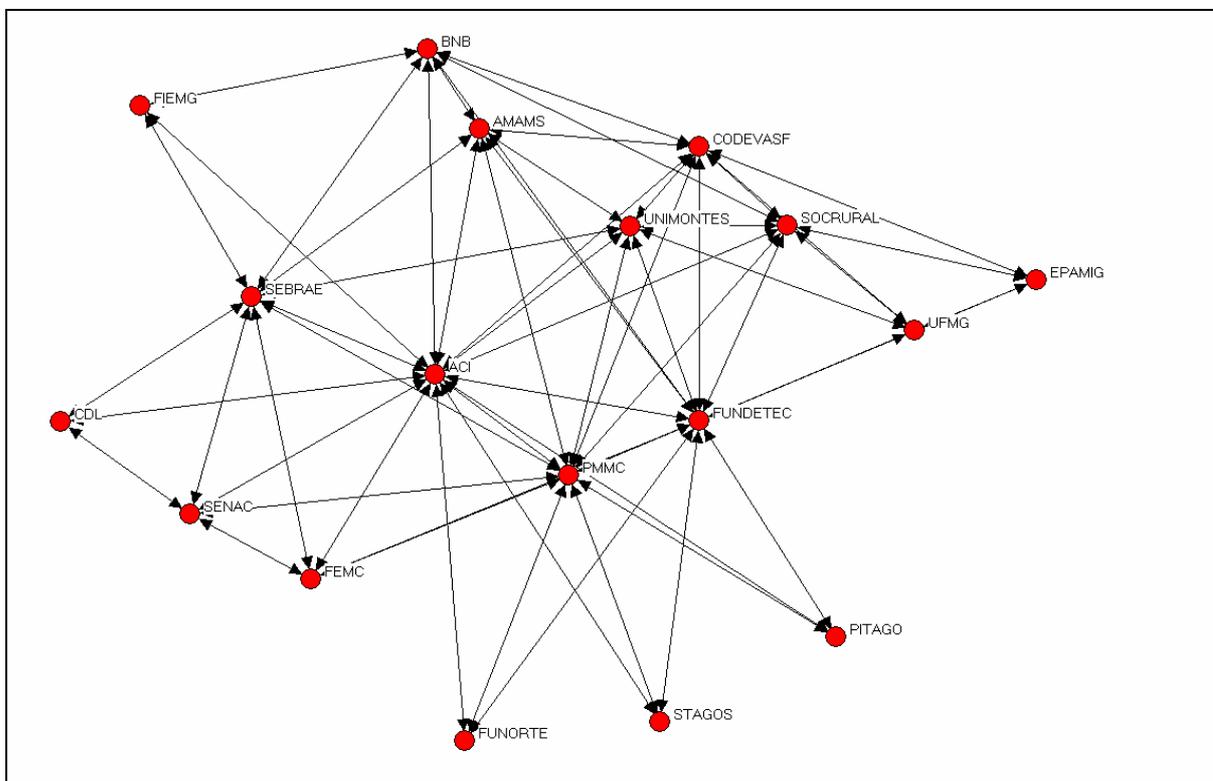


Figura 12 – Sociograma das relações entre os membros do Fórum Norte de Minas Integrado, em 2005

Os membros estão assim posicionados somente para melhor visualização das ligações, evitando a sobreposição de linhas, fazendo com que os que têm maior número de relações estejam mais ao centro. A definição das relações se deu a partir da sua menção pelos membros entrevistados ou a partir do conhecimento de parcerias entre as instituições.

Os referidos esquemas foram então, a partir destas informações, gerados automaticamente por um software de análise de redes, neste caso, o software UCINET 6.0, largamente utilizado pelos pesquisadores da área.

As características dos sujeitos que compõem as redes são importantes na medida em que nos dizem como a rede tem acesso a recursos e qual a qualidade e quantidade dos recursos disponíveis por relação. Dizem também como a rede promove a inserção em um ambiente social, com oportunidades e limites, o que está diretamente associado à existência de outros capitais (nos termos propostos por Bourdieu) à disposição das redes.

Para Bourdieu (1998) o espaço social é hierarquizado pela desigual distribuição dos capitais. Diferentes formas de capital permitem estruturar o espaço social: além do capital social, existem o capital econômico, o cultural e o simbólico. A posição dos agentes no espaço social e em seus campos depende do volume e da estrutura do seu capital.

Analisando a rede do FDSNM quanto às características de seus componentes, as relações estabelecidas entre os sindicatos, representativos da base de trabalhadores rurais da região, e as ONG's acabam por fornecer aos trabalhadores uma estrutura física, material e logística de que não dispunham isoladamente. Mais importante é o acesso à informação e à distribuição do conhecimento realizada através das relações estabelecidas na rede, possibilitando aos sindicatos acesso ao conhecimento acadêmico produzido sobre os temas de seu interesse, através dos técnicos integrantes das ONG's. O debate entre os diferentes tipos de conhecimento, também permitiu a crítica do conhecimento produzido pela academia e sua melhor adaptação à realidade prática vivida pelos trabalhadores. A configuração de relações dos mencionados membros mobiliza, no entanto, como principal recurso, a concessão de voz a grupos historicamente excluídos dos espaços de decisão. As relações estabelecidas permitiram a inserção do grupo em instâncias a que até então não tinham acesso, como, por exemplo, o acesso a representações dos governos estadual e federal, permitindo, em muitos momentos, dar visibilidade a problemas e temas de interesse do grupo, ou ainda influir e negociar posições. Um espaço de fala começa a ser construído dando ao grupo um crédito e uma

autoridade que lhe conferem o reconhecimento necessário para possível posse de outros capitais, como o econômico, por exemplo.²⁶

Em suma as relações estabelecidas no FDSNM permitiram o compartilhamento de recursos materiais, tecnológicos e especialmente do capital cultural existente, além do empoderamento do grupo, o que possibilita o aumento de seus ativos. São exemplos desse empoderamento a pressão exercida pelo grupo em favor das Comunidades do Riachão e Brejo dos Crioulos, e em favor dos colonos do Projeto Jaíba, que resultou em resposta e posicionamento favorável do poder público, como relatado no capítulo anterior.

A força do FDSNM e o empoderamento que ele proporciona se estabelecem pelos seus vínculos com os movimentos sociais e outras redes de escala nacional. Esses vínculos por sua vez, indiretamente conectam o Fórum às instâncias de poder, predominantemente através de relações institucionais e, em alguns casos, através de relações pessoais.

As ligações desta rede a outras como a Rede Cerrado, Rede Alerta contra o Deserto Verde e a Articulação do Semi-Árido, de âmbito nacional, permitem o acesso a outros recursos, que são somados aos disponíveis no FDSNM em ocasiões específicas, viabilizando ações de maior monta e repercussão, inclusive nacional e internacional.

O perfil dos membros do FNMI, caracterizado por representantes do Estado, do setor privado e de entidades de classe, garante uma maior disponibilidade de recursos econômicos e sua maior circulação entre os membros. A presença na rede de representantes do Estado, autoridades reconhecidas e de representantes dos detentores do capital econômico da sociedade norte-mineira garante aos membros o acesso aos grupos de decisão, ou seja, aos chamados formuladores de políticas e ao grupo que destina os recursos, garantindo muito vezes, não só voz, mas o poder de decisão em si. As características dos membros do FNMI, em geral dirigentes de instituições regionais, dão indícios de que as relações estabelecidas são marcadamente baseadas em relações pessoais de cunho político, dando aí um peso relevante aos laços fortes, que como veremos a seguir, se caracterizam por um tipo diverso de recursos alocados.

A presença de várias instituições de ensino superior também amplia o fluxo de capital cultural na rede e dá autoridade e reconhecimento acadêmico às ações propostas,

²⁶ Esta conquista de crédito e reconhecimento sinaliza para o maior fluxo de capital simbólico que, segundo Bonnewitz (2003) comentando Bourdieu, corresponde ao conjunto dos rituais ligados à honra e ao reconhecimento e que conferem ao agente a posse das três outras formas de capital e são constitutivas de vantagens sociais com conseqüências efetivas.

ampliando a possibilidade de alocação de recursos. Enfim, as características dos membros desta rede definem como principal recurso disponibilizado os contatos com os detentores do poder econômico e de decisão. É exemplo desta articulação a mobilização realizada para obtenção do terreno para construção do Parque Tecnológico de Montes Claros e de recursos para a construção do Centro de Convenções de Montes Claros.

A aplicação da análise de redes ao *networking*, a partir do trabalho de Ronald Burt (1992), citado por Toledo (2005), nos permite entender melhor a formação das redes aqui estudadas. O *networking* postula a idéia de que "...as redes pessoais podem ser administradas e manipuladas de forma que a posição de um indivíduo conecte grupos desconhecidos, a fim de obter mais poder e influência" (p. 172). Neste sentido, avaliamos que a formação dos fóruns Norte de Minas Integrado e o do Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas é uma ação de *networking* de alguns membros ou indivíduos das referidas redes, com vistas a ativar uma rede de relações já existente, buscando sua potencialização e otimização para consecução dos objetivos propostos pelos respectivos fóruns.²⁷

A natureza dos laços estabelecidos nas redes define seus padrões de sociabilidade e a natureza dos recursos alocados, configurando diferentes fluxos de capital social. Os laços fortes são os derivados de relações cuja principal característica é a intensidade dos contatos e a insignificância da distância social entre os interlocutores, geralmente localizados na esfera privada, por exemplo, laços de parentesco e amizade. Neste caso, o capital social é instrumentalizado por indivíduos e os recursos são alocados no campo privado. Os laços fracos são aqueles que têm por principal característica, contrariamente aos laços fortes, relações mais difusas. Nelas os laços que unem os indivíduos não se localizam preponderantemente em estruturas identitárias baseadas no território, mas são construídas a partir do reconhecimento difuso do eu e do outro, permeando instituições sociais localizadas descontinuamente no espaço (FONTES 2004). São relações mais ao estilo das que existem em associações comunitárias e organizações voluntárias. Neste caso, o capital social é instrumentalizado pela comunidade e os recursos são apropriados coletivamente, compartilhados por uma comunidade política, caracterizando uma ampliação da esfera pública, o que foi traduzido por Putnam como "cultura cívica".

Putnam (1996) destaca a importância dos laços fracos, ressaltando que os sistemas de participação cívica, baseados nestes laços, têm mais possibilidades de abranger amplos segmentos da sociedade, englobando diferentes categorias sociais e

²⁷ BURT, R. *Structural holes: the social structure of competition*. Cambridge: University Press, 1992.

promovendo uma cooperação mais ampla. Estruturações societárias ancoradas em laços fortes resultam em fraca mobilização de recursos originários da esfera pública e privam os indivíduos de informações provenientes de partes distantes do sistema social e podem dificultar a organização e integração em movimentos políticos de qualquer natureza (FONTES 2004).

As redes em estudo se caracterizam, preponderantemente, pelo estabelecimento de laços fracos e mobilizam recursos apropriados coletivamente, uma vez que os laços são estabelecidos entre instituições. No entanto, a presença de laços fortes, no caso, relações de amizade entre os membros das redes, também são importantes no estabelecimento das relações institucionais destas. A maior atuação de laços fortes conduziria a mobilização de recursos originários da esfera privada, compartilhados somente pelos próprios membros ou por segmentos mais restritos da sociedade.

AS REDES BASEADAS NO SISTEMA DA DÁDIVA

A descrição da formação, da composição e do modo de articulação das duas redes aqui estudadas evidencia que ambas estão baseadas no sistema da dádiva ou no paradigma do dom ou reciprocidade, como descrito por Caillé(2002). No sistema da dádiva, as relações estabelecidas entre os sujeitos, através das quais bens e serviços são trocados, não têm como fim o bem ou serviço recebido, mas unicamente o estabelecimento e manutenção do vínculo, que se caracteriza por um ciclo que, segundo Mauss (1974), inclui a tríplice obrigação de dar, receber e retribuir.

Os locais por excelência para estabelecimento de relações sobre o sistema da dádiva, já que é um sistema das relações de pessoa a pessoa, seriam a família, a vizinhança, os amigos, as chamadas relações de sociabilidade primária, nas quais para o estabelecimento do vínculo importa mais a personalidade das pessoas(CAILLÉ:2002). Os vínculos sociais interpessoais enquadrados na esfera doméstica caracterizam-se pela lealdade. Conforme distingue Hirschman (1973), as categorias de relações estabelecidas entre os indivíduos em diferentes esferas: *saída (exit)* - relações associadas à esfera do mercado, na qual existe a possibilidade e a facilidade de quebra da relação quando se está insatisfeito; *voz (voice)* - relações regidas pela discussão e pelo debate, associadas à esfera política; e, por fim, os casos em que, na prática, *saída* e *voz* não são opções e prevalecem relações de *lealdade (loyalty)*, associadas, em geral, à esfera doméstica.

Diferentemente, o mercado e o Estado seriam os locais regulados pelo sistema mais utilitarista, de sociabilidade secundária, que congrega estatutos e funções mais ou

menos definidos institucionalmente, nas quais importam mais as funções desempenhadas pelas indivíduos, conduzindo a uma relação subordinada à impessoalidade. (CAILLÉ, 2002). Os vínculos sociais estabelecidos na esfera do mercado se caracterizam pela iminente possibilidade de quebra, se um agente não estiver satisfeito. Os vínculos sociais estabelecidos na esfera do Estado se regem pela discussão e debate. Estas duas esferas funcionariam, portanto, fora dos princípios da dádiva.

Estas três esferas corresponderiam aos três sistemas de circulação das coisas, distinguidos por Polanyi (2000): o mercado, a redistribuição (associada ao Estado) e a reciprocidade (associada à esfera doméstica). A estes três sistemas, Godbout (1999) acrescenta mais um que, segundo ele, num extremo se aproxima do Estado e noutro, da esfera doméstica: a dádiva entre estranhos, mais própria das sociedades modernas.

Ainda segundo Godbout(1999), os organismos que dão substância à esfera da dádiva moderna, entre estranhos, teriam como características:

- a circulação das dádivas não se dá pelas redes pessoais de afinidade;
- a independência do vínculo religioso ou do caráter de caridade do vínculo;
- a associação por ato livre, em que os seus membros não objetivam lucros;
- a existência de funções sociais abertas para o exterior, finalidade externa a si mesmo, uma reciprocidade aberta, diferentemente dos organismos que objetivam a satisfação somente de seus próprios membros;
- ausência de ruptura entre quem oferece ou presta o serviço e quem o recebe, marcando o caráter de igualdade e horizontalidade entre os membros e os recebedores da dádiva;
- a existência de responsabilidade dos vínculos perante o caráter único de cada um dos membros, em contraposição a uma responsabilidade formal, como no caso do Estado;
- a gratuidade das ações, não no sentido de ações não pagas, mas como ações livres, obrigações auto-impostas por seus membros.

O caráter moderno deste novo sistema se expressa no envolvimento de relações entre pessoas estranhas e a insistência na liberdade. Ele cita, como exemplos, os organismos de beneficência e voluntariado e os grupos de ajuda mútua.

Partindo deste novo sistema, híbrido, as características atribuídas por Caillé ao fato associativo aplicam-se perfeitamente à articulação de redes sociais como as aqui estudadas.

Caillé afirma que o fato associativo, que aqui ligamos diretamente à formação de redes sociais, foge ao caráter dominante das relações sociais primárias, uma vez que repousa sobre o princípio de socialização ativa, deliberada, facultativa e revogável e, por outro lado, subordina seu caráter funcional a um princípio de personalização.

Digamos portanto que o fato associativo se desenvolve na interface da primariedade e da secundariedade, da comunidade orgânica (*Gemeinschaft*) e da sociedade contratual (*Gesellschaft*). Ou melhor, que opera uma mescla e uma transformação de lógicas opostas, permitindo realizar tarefas funcionais sob a forma da personalização, ou formas alianças em grande escala, alianças próprias da macrosociedade, sem renunciar à forma da microsociedade. E, para dizê-lo em relação aos outros referenciais teóricos, a associação abre aquilo que poderia denominar espaços públicos primários (que repousam sobre o interconhecimento). (CAILLÉ, 2002: 149)

Ora, as redes articuladas a partir dos Fóruns em questão, são articulações sem fins lucrativos e se propõem a fazer avançar a discussão e promoção do desenvolvimento regional. Para tanto, articularam-se instituições, não havendo, necessariamente, relacionamento próximo entre seus integrantes. Não há obrigatoriedade formal, ou juridicamente firmada, para o envolvimento destas instituições em projetos conjuntos, muito menos para as contribuições que por ventura venham dar. Nesse sentido, existe a liberdade para quebra do vínculo criado, a qualquer momento. Por outro lado, há uma auto-imposição para manutenção dos vínculos, ao que parece, firmada sobre a confiança e a fidelidade existente entre os integrantes.

O paradoxo liberdade x obrigação, presente neste caso, segundo MARTINS(2004), é um princípio subjacente à teoria das redes sociais. Ele permite superar as construções dicotômicas e simplificadas geralmente utilizadas para explicação da ação social. O paradigma do dom demonstra que as ações humanas e as relações sociais não são necessariamente derivadas dos cálculos de interesses pessoais ou da imposição das obrigações coletivas de normas e valores interiorizados. Podem escapar de ambas. Martins afirma ainda que não se trata de um dilema entre obrigação e liberdade, mas sim de admitir que estes opostos não são contraditórios, mas apenas expressões polares da realidade social complexa. Isso significa que é necessário abandonar as visões dualistas, que não dão conta do caráter sistêmico e interativo da ação social e do movimento e fluidez de informações.

Caillé, citado por Martins (2004), afirma ainda que as redes são alianças generalizadas, criadas em aposta na dádiva e na confiança. Por isso, a obrigação social que une os membros, além de ser moral, é política, dado o interesse nas alianças realizadas. Caillé acrescenta ainda que as redes sociais na perspectiva da dádiva têm uma dimensão simbólica fundamental, pois o que se dá não são apenas coisas em si,

mas também a intenção da doação. Os membros, ao se doarem uns aos outros, submetem-se à lei de símbolos que eles próprios criam e põem em circulação.

Se consideramos somente os vínculos assumidos publicamente entre as instituições dos Fóruns, poderíamos afirmar o caráter aberto da reciprocidade destas redes como indicativo de sua construção baseada no sistema da dádiva, uma vez que o produto das ações destas redes não buscaria o benefício somente de seus membros, mas se estenderia a toda sociedade norte-mineira. A perspectiva da dádiva estaria presente, marcando a natureza dos vínculos dos dois grupos, uma vez que estes vínculos se instituíram entre o que poderíamos chamar de pessoas morais, ou membros de grupos sociais que representam coletividades que se obrigam mutuamente. Uma vez que os vínculos ali estabelecidos, não têm garantia de retribuição, ou ainda, que o retorno é inesperado e estranho, o vínculo tem pois, mais importância do que o bem trocado.

A perspectiva da dádiva não é de maneira alguma “desinteressada”, não se deve pensá-la sem o interesse. Ela, no entanto, para fins de aliança e ou de criação, subordina os interesses instrumentais aos não-instrumentais. (Caillé, 2002)

Se consideramos as relações pessoais existentes por trás das relações institucionais declaradas, especialmente no FNMI, teríamos que afirmar o caráter de reciprocidade das redes, agora fechado, o que não mais configuraria sua construção baseada na dádiva, uma vez que os benefícios gerados seriam somente ou, principalmente, para seus membros. O questionamento do caráter extensivo dos benefícios ou produtos gerados pelo FNMI à sociedade norte-mineira em geral, ou o questionamento de que sua finalidade seja externa ao próprio Fórum, se fará mais visível na crítica às concepções de desenvolvimento e estratégias deste Fórum, feita na seção seguinte.

A perspectiva do contrato (instituída entre indivíduos, portadores de direitos, em relações impessoais) apresenta-se na relação destas redes com o Estado.

Apesar de os vínculos estabelecidos nas redes serem predominantemente institucionais, não configurando padrões de sociabilidade primária (caracterizados por relações de parentesco, vizinhança e amizade), o caráter pessoal de participação de alguns membros foi mencionado em vários casos como elemento importante. Há menções à participação de pessoas específicas que, segundo os entrevistados, foram ou são cruciais na execução das ações, não como representantes de uma instituição membro do fórum, mas a partir de suas características pessoais.

O envolvimento pessoal de alguns membros com os objetivos das redes foi mencionado como importante. Algumas vezes eles eram responsáveis pela mobilização da instituição que representavam. A não participação desta pessoa levava, por vários motivos, à não participação da instituição da qual fazia parte, ou a uma participação em moldes diferentes, com contribuição menos expressiva. Neste caso são mencionados os exemplos da FETAEMG, importantíssima na formação do FDSNM e hoje não mais presente, e da CEMIG, da mesma forma. Isso demonstra a coexistência de padrões diferentes de sociabilidade, que acabam por mostrar que a confiança e a reciprocidade, presentes nos vínculos da redes analisadas, em grande medida, se constroem sobre vínculos pessoais, além dos institucionais. Em alguns casos, pode-se até afirmar que alguns vínculos institucionais construíram-se sobre a confiança e a reciprocidade entre pessoas que representam as instituições.

Considerando que ambas as redes atuam na mesma região, com foco principal no espaço rural, é interessante notar o envolvimento de algumas organizações estatais (como UNIMONTES e EMATER), ao mesmo tempo, com as duas redes, a despeito de suas posições completamente antagônicas, como evidenciamos no capítulo anterior. Avaliamos que, por sua dimensão e pelo número de pessoas e profissionais que envolvem, estas organizações estatais contemplam posicionamentos diversos sobre a mesma questão, não havendo assim um posicionamento oficial da instituição. Ou ainda, apesar de o posicionamento oficial destas organizações estar de acordo com o posicionamento do Estado com relação às políticas, nos locais em que atuam, dependendo das pessoas envolvidas, podem ser vistos posicionamentos diversos. Exemplos são os casos da UNIMONTES e da EMATER. Diferentes grupos da UNIMONTES tiveram participação crucial na consolidação dos dois Fóruns e até hoje contribuem diferentemente nas discussões e ações dos mesmos. Apesar de serem identificados dentro da rede como representantes da UNIMONTES, estes membros nunca representaram o posicionamento oficial da instituição. Igualmente, nos escritórios locais da EMATER, instituição de cunho estadual executora de políticas estaduais, mais alinhadas às ações do FNMI, não deixam de surgir contradições e críticas, mais alinhadas às realizadas pelo FDSNM, ao modelo de atuação da instituição.

CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO X ESTRATÉGIAS DE AÇÃO: O DESVELAR DE CONTRADIÇÕES

O padrão de sociabilidade das redes estudadas, as características de sua composição e o capital social que mobilizam se refletem em suas propostas e ações.

Munidas de diferentes recursos articulados através das relações estabelecidas, as redes do FNMI e do FDSNM propõem e agem diferentemente no que tange a seus objetivos, a saber: a discussão e promoção do desenvolvimento do Norte de Minas. Estas propostas e ações não contradizem o papel que cada um dos membros destas redes, anteriormente isolados e hoje articulados, teve na história do desenvolvimento da região. Os discursos construídos pelos dois Fóruns, ao falarem sobre a mesma região, o Norte de Minas, mostram e escondem diferentes realidades que aqui procuramos discutir.

Inicialmente, distinguem-se os posicionamentos das redes com referência à atuação estatal na promoção do desenvolvimento regional. O FDSNM, consoante à histórica atuação de seus membros na região, critica o modelo de atuação aqui implantado, dissecando seu caráter excludente que, além de ignorar a população e os recursos existentes na região, acabou por desestabilizar a estrutura social de reprodução de seu povo, conduzindo-o ao seu empobrecimento em vez de conduzi-lo ao desenvolvimento. Apesar de ampliar o acesso a bens de consumo coletivo como o abastecimento de energia, a água, a telefonia, os serviços educacionais e de saúde, tais bens, no entanto, não foram suficientes para a sobrevivência digna do povo da região.

O FNMI, por sua vez, não tece críticas ao modelo de promoção do desenvolvimento preconizado para a região pelo Estado, sendo invisíveis, em suas considerações, os reflexos negativos deste para a população norte-mineira, e contrariamente, são exaltadas as grandes transformações econômica e tecnológica por que passou a região, transformação esta que, supostamente, se estendeu ao campo social, trazendo benefícios à população. A pobreza hoje presente na região em contraposição ao investimento realizado para o seu desenvolvimento justifica-se, segundo o FNMI, pela falta de um planejamento e tecnologias adequados às necessidades do momento. Não há questionamento sobre os impactos das bases do modelo de expansão do capital na região, através da industrialização, conduzindo à idéia do desejo de sua continuidade, agora adaptados ao contexto de globalização da economia e do mercado competitivo. Neste sentido, a revitalização da SUDENE é fortemente reivindicada, uma vez que a atração de empresas para a região, através de incentivos fiscais, é sempre vista como pré-condição para o seu desenvolvimento.

Ora, a opção pelo modelo desenvolvimentista adotado não só na região, mas em todo país, tem seus reflexos registrados em vários estudos e pesquisas. A estratégia de desenvolvimento pautada pela transformação das condições de produção e pela oferta de produtos ao mercado mundial capitalista mostra como os formuladores das políticas de desenvolvimento homogeneízam as sociedades, tendo como parâmetro o padrão europeu

ocidental, não reconhecendo e tornando invisíveis as diferentes estratégias e lógicas produtivas recriadas, diariamente, no interior das sociedades. (COSTA, 2004)

Segundo Costa (2004), as unidades produtivas estruturantes de ocupação e organização do Norte de Minas eram a grande fazenda de criação extensiva de gado e as unidades sociais dos lavradores. Ambas articulando, à suas atividades características, outras atividades, constituindo, cada uma, um todo econômico que garantia sua autonomia. Na grande fazenda, a atividade agrícola era associada ao beneficiamento de diversos produtos, e as unidades sociais de lavradores associavam a criação de gado ao extrativismo vegetal para sua sustentabilidade. Esses dois constituíam um todo econômico independente e interdependente, assentados sobre um vínculo existente entre os grandes fazendeiros e a população em geral, expresso no estabelecimento de troca de favores.

Esse vínculo começa a se quebrar a partir dos anos 1940, com a criação dos sindicatos e sociedades rurais, separando a organização social em dois blocos. O processo se aprofunda com o Estatuto da Terra, onde há o cercamento oficial das fazendas criadas e a conseqüente diminuição das terras manejadas pelos lavradores, uma vez que, grande parte delas eram comuns, empobrecendo e inviabilizando o sistema produtivo, a partir de então, inserido na lógica do capital. Este empobrecimento se agrava com as etapas que se seguiram, conduzidas pelo Estado, de modernização da agricultura e consolidação das relações capitalistas no campo.(COSTA 2004)

A terra, antes livre, ganha valor mercantil e passa a ser alvo de disputa violenta, os setores urbanos e o capital começam a adquirir grandes porções de terra para obter incentivos fiscais fornecidos pelo FINOR. As unidades sociais de lavradores são esfaceladas, uma vez que são obrigados, por ameaças, a vender suas terras, ou delas são simplesmente expulsos, levando à concentração de terras para a mão de poucos.

Estes mesmos lavradores iniciam um êxodo rural, em direção à periferia de grandes e médias cidades. A este quadro soma-se o investimento do Estado em atividades industriais intensivas, com pouca absorção de mão-de-obra. As sedes municipais, como Montes Claros, passam a absorver a população rural empobrecida pela perda de seus meios de sobrevivência, ampliando o desemprego e o subemprego nas cidades.

A implantação da monocultura de eucaliptos nas chapadas aprofunda a desestruturação dos sistemas tradicionais de produção à medida que se apropria e

privatiza áreas de utilização coletiva e altera os fatores climáticos provocando a diminuição do volume de águas disponível.

O pouco de terra ainda ocupada pelas unidades sociais de lavradores não permite sua reprodução. O que conduziu à necessidade da migração sazonal para oferecer força de trabalho em outras regiões mais capitalizadas do país. Em resumo, segundo COSTA(2004):

...a modernização do sistema produtivo regional significou, para as camadas mais abastadas da população, níveis de desenvolvimento, devido ao acesso privilegiado a financiamentos, a empregos, a posições nas entidades, organizações e instituições que se implantaram para subsidiar a estruturação das condições necessárias ao capital. (...) Mas, para as camadas carentes norte mineiras, a modernização do sistema produtivo, apesar do acesso a bens de consumo coletivo, não teve significação propriamente positiva, mas sim principalmente negativa, dado que as condições de reprodução da vida não tem garantido uma situação confortável de vida. (COSTA, 2004:16)

Em outro autor, na modernização conduzida pelo modelo desenvolvimentista,

... o padrão tecnológico que passou a ser hegemônico no campo, se torna um dos vetores responsáveis pelo crescimento da concentração da produção, pela perda de renda da agricultura, pela deterioração da saúde dos trabalhadores, pelo agravamento das condições do solo e pela redução da biodiversidade. Mas, fundamentalmente, pelo que também poderíamos chamar de deterioração dos termos de intercâmbio entre o setor agro e o conjunto da economia.

Paralelo ao processo de decomposição da percepção da natureza como algo sagrado, deu-se também a desconfiguração da natureza como algo público – a desagregação das unidades territoriais. Populações e territórios, integrados por processos históricos de co-evolução sócio-ambiental, foram, por todas as partes do planeta, desagregados. (D'ANGELIS FILHO, 2005:44)

Ainda segundo este autor o modelo desenvolvimentista pautado na necessidade do crescimento urbano-industrial estava estreitamente vinculado a profundas alterações no meio rural brasileiro. O caminho privilegiado neste sentido, instaurado com o Plano de Metas do Governo Kubitscheck e consolidado no período militar, foi fundamentado no aumento da produtividade da mão-de-obra e das culturas através da modernização de base tecnológica, incrementando-se a utilização de agrotóxicos, adubos químicos e mecanização, sem alterar a estrutura agrária. Deu-se início então à modernização dos latifúndios e industrialização da agricultura como estratégia para o aumento da produção para exportação e liberação da mão-de-obra do campo para a indústria. Assim,

Enquanto a agricultura tradicional se valia de práticas de convivência com as restrições ambientais, cujos insumos manejados eram sacados dos próprios agroecossistemas, a agricultura moderna se vale de insumos externos, procedentes principalmente da indústria. Desse modo, a formação dos preços dos produtos agrícolas é transplantada para fora da agricultura,

mais precisamente, vai se localizar em estruturas oligopolistas, investidas de forte poder de mercado. (D'ANGELIS FILHO, 2005:43)

O questionamento da sustentabilidade do modelo de desenvolvimento implantado constrói-se não só sobre o impacto ambiental causado pelos grandes projetos de irrigação, pela construção de barragens, pela implantação de grandes extensões de monocultura e pastagens, mas, sobretudo pela inviabilização da reprodução social da população regional com a desestruturação de sistema produtivo construído sobre a convivência e co-evolução com o ecossistema da região. Este modelo de desenvolvimento tende a se reproduzir, apesar da história vivida por esta população, a partir do modelo desenvolvimentista, agora sobre a égide do mercado internacional com foco no agronegócio.

Assim, um planejamento mais orientado e tecnologias mais apropriadas, como mencionado por membros do FNMI, teriam sem dúvida aumentado a produtividade e o crescimento econômico na região, mas não mudariam o quadro de empobrecimento da população regional, conduzido pela expropriação de seus meios produtivos e substituição por um modelo que ignorou o conhecimento local sobre a manutenção da base ambiental.

A colocação da inovação tecnológica como pré-requisito ao desenvolvimento, ou a proposição de que este deva ser pensado sobre o pilar da inovação tecnológica, ditada pelo mercado competitivo internacional, denota ainda o caráter predominante dado ao crescimento econômico na promoção do desenvolvimento, a despeito de toda a experiência e bibliografia existentes informando sobre a sua ineficácia quando dissociado das várias outras dimensões necessárias ao pensar sobre o desenvolvimento.

O estímulo à inovação surge como uma questão essencial no Brasil, a partir da década de 1990, no contexto político e econômico neoliberal, com a abertura da economia brasileira que passa a enfrentar desafios de competitividade global.

Na abordagem teórica elaborada por Schumpeter (1984), a inovação tecnológica assume um papel central na explicação do desempenho econômico, sendo um fator de diferenciação competitiva entre as empresas e o elemento principal da dinâmica capitalista. Segundo Pompeo, G., Bacic, M.J. e Aguilera, L.M. (2005), a discussão sobre inovação na economia não é consensual. Existem no mínimo dois posicionamentos sobre a questão: a visão ortodoxa, oriunda da teoria neoclássica e da ideologia neoliberal, aceita pela maioria dos "policy makers" e formadores de opinião e a visão heterodoxa,

fundamentada em três pilares teóricos: marxista, (pós-)keynesiana e (neo)schumpeteriana (Marx, 1867 e Zucoloto, 2004)²⁸.

Para a visão ortodoxa, a inovação é, em si, um processo totalmente virtuoso.

Segundo esta visão, os agentes privados são, via de regra, mais eficientes que o Estado e devem portanto realizar e financiar a inovação.(...) a inovação pressupõe a criação de novos produtos ou processos que permitem a elevação da produtividade, a alocação mais eficiente dos recursos e a satisfação de um número crescente de agentes econômicos. Os impactos da inovação seriam não apenas benéficos como também homogêneos (i.e. atingiriam toda a sociedade). (Pompeo, G., Bacic, M.J. e Aguilera, L.M. 2005:2)

A visão heterodoxa, apesar de considerar essencial o desenvolvimento nacional de inovações para a manutenção e a qualidade do desenvolvimento econômico, afirma que a economia capitalista se desenvolve de maneira muito instável e conflituosa e,

embora um processo de constante inovação seja condição necessária para a manutenção do crescimento econômico sustentável (com criação de emprego e uma inserção internacional de qualidade), ele não é suficiente para assegurar uma evolução positiva do emprego e do padrão de vida da população. (Pompeo, G., Bacic, M.J. e Aguilera, L.M. 2005:2)

O foco na inovação tecnológica para a promoção do desenvolvimento, no caso estudado, exemplificado na proposta de criação do Parque Tecnológico Regional de Montes Claros, também denota a simplificação desta perspectiva, ignorando seus pontos negativos e, consolidando o poder do capital internacional em detrimento da melhoria das condições de vida das populações locais.

O desenvolvimento sustentável, concepção adotada pelo FNMI, é descrita no documento por ele produzido:

1.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Desenvolvimento sustentável, passa a ser concebido como tal, se for humano (melhorar a vida das pessoas), social (de todas as pessoas) e sustentável (das gerações futuras).
(Documento Fórum Norte de Minas Integrado:Plano de Metas-Eixo São Francisco, 2001)

Argumenta-se aqui que o modelo de políticas e ações propostas e encaminhadas pelo FNMI contradizem seu conceito referência de desenvolvimento ou buscam somente camuflar, com um caráter mais humano, a continuação do modelo concentrador e excludente que o Norte de Minas conheceu.

²⁸ Marx, K. “O Capital”. São Paulo: Nova Cultura, 1988.[Ed, original:1867]. Zucoloto, G. F. “Inovação tecnológica na indústria brasileira: uma análise setorial” . Tese de Mestrado. São Paulo, 2004.

A noção do desenvolvimento sustentável, presente em todos os documentos e em várias falas, é utilizada pelo FNMI, na maioria das vezes, sem maior detalhamento, como se sua simples menção, definisse claramente em que ações isso implicaria, e como se houvesse um consenso universal sobre este conceito. No entanto, o conceito de desenvolvimento sustentável é hoje um conceito em disputa, sendo utilizado pelas mais diferentes correntes ideológicas que adaptam seu conteúdo à diferentes propósitos.

A concepção de desenvolvimento sustentável utilizada pelo FNMI parece se enquadrar na esteira da adoção do discurso da sustentabilidade iniciada em meados dos anos 1980, mais especificamente em 1984. Ela é incorporada ao discurso do desenvolvimento como indispensável, no lançamento do Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Neste relatório, no entanto, a questão da sustentabilidade é inserida no contexto do capitalismo globalizado, com maior ênfase apenas à dimensão ambiental e pensada, atrelada e compatível com o chamado crescimento econômico sustentado.

A vinculação entre desenvolvimento e sustentabilidade busca esconder a continuidade na busca pelo crescimento. Como explica SACHS, W. (2000):

O Relatório Brundtland desta forma acaba por sugerir mais crescimento, porém não mais, como nos velhos tempos do desenvolvimento, para alcançar a felicidade do maior número, mas para conter o desastre ambiental para as futuras gerações. Agiganta-se a ameaça à sobrevivência do planeta. Será que existe melhor pretexto para a interferência? Novos campos de intervenção se abrem, a natureza se torna o domínio de políticas, e uma nova safra de tecnocratas sente a vocação de conduzir o crescimento ao longo da beira do abismo. (SACHS, 2000:121)

O Relatório Brundtland afirma a crença na compatibilidade do modelo capitalista globalizado com os princípios da sustentabilidade, à medida que se supõe que a racionalidade dos agentes econômicos, articulados por um planejamento rigoroso, permitirá compatibilizar dois modelos tão diversos quanto a busca do lucro e a preservação da natureza (PIRES, 1998; SACHS, 2002). A associação do desenvolvimento sustentável ao crescimento sustentável - às vezes até colocados como sinônimos - mostra a resignificação de conceitos da tradicional teoria econômica e do liberalismo, buscando tornar o desenvolvimento sustentável complementar ao padrão de desenvolvimento tradicional.

Sobre a insustentabilidade do atual modelo de desenvolvimento capitalista industrial a partir da perspectiva da lei da entropia, que age diretamente na base material sobre a qual se constrói o processo econômico, STAHEL (2003) afirma serem duas dinâmicas ou forças que caminham em direções opostas:

...Enquanto a lei da entropia aponta para os limites materiais e energéticos, o capital aponta para uma necessidade inerente de expansão infinita. Enquanto a entropia aponta para uma questão qualitativa, o desenvolvimento do capitalismo é orientado e sancionado pelas regras quantitativas do mercado. Enquanto a vida se afirma frente à entropia buscando equilíbrios qualitativos, a lógica do capital se manifesta pela busca constante da ruptura dos equilíbrios qualitativos, orientada pela busca de expansão quantitativa do capital. (STAHEL, 2003:117)

O questionamento do conceito de desenvolvimento sustentável adotado pelo FNMI se faz por sua incompatibilidade com as propostas do Fórum, a saber: a eleição do agronegócio como vocação natural da região e a conseqüente proposta de criação do Parque Tecnológico Regional de Montes Claros, integrado ao Pólo de Agronegócios do Norte de Minas, que apóia iniciativas tais como a ampliação das chamadas florestas renováveis.

Regulado e voltado completamente para o mercado mundial que determina o que deve ser produzido, o agronegócio desconsidera completamente as necessidades dos pequenos produtores e a adequação da produção aos ecossistemas de origem. Exemplo disso é a expansão das áreas de plantação de soja no cerrado brasileiro e da monocultura de eucalipto no Norte de Minas.

Segundo D'ANGELIS FILHO (2005)

Este novo movimento "civilizador" que se avizinha, sob as vestes modernas do agronegócio, busca integrar esta região, a todo custo, como produtora de matéria prima barata, ora com plantio homogêneos de eucalipto, para produção de celulose e carvão, que vai alimentar os altos-fornos que aquecem a cadeia do aço e os negócios correlatos a este, ora com os pólos de agricultura irrigada, ou pecuária. Tais "boas novas", na verdade, se inserem como parte de complexos oligopólios que se estruturaram em escala planetária, com tentáculos por todos os cantos do planeta, estabelecidos na estrutura global de produção e consumo.(D'ANGELIS FILHO, 2005:89)

OLIVEIRA (2006), ao colocar o agronegócio como um empreendimento rentável regulado pelo lucro e pelo mercado mundial, sinônimo de produção para o mundo, nos informa que o Brasil exporta produtos florestais (papel, celulose, madeiras e seus derivados), carnes (bovina, suína e de aves), o complexo soja (soja em grão, farelo e óleo), café, açúcar e álcool, madeira e suas obras, sucos de frutas, algodão e fibras têxteis, hortaliças e preparações, cereais, farinhas e preparações, pescados e cacau e suas preparações, ao mesmo tempo em que importa arroz, feijão, milho, trigo e leite (alimentos básicos dos trabalhadores brasileiros).

A associação de políticas deste tipo à idéia de sustentabilidade através da realização paralela e isolada de projetos de recuperação de margens de rios e áreas degradadas, campanhas de preservação do meio ambiente e implantação de comitês de

sub-bacias hidrográficas, encobre a insustentabilidade destas políticas para a população e o ecossistema nelas envolvidos.

O FDSNM qualifica a concepção de desenvolvimento sustentável que propõe, ciente do caráter polissêmico que este conceito assume atualmente, e ciente da disputa existente sobre ele. Além disso, faz uma crítica à própria noção de desenvolvimento e, hoje, do desenvolvimento sustentável, utilizados como ferramentas do capital para dar legitimidade simbólica à expropriação das populações subalternizadas, dentro do ideário do desenvolvimento como único caminho, estabelecido antes de meados do século XX (RIST,1997).

Nesse sentido, o FDSNM propõe a construção de um caminho próprio de desenvolvimento, livre da subordinação econômica, a partir das peculiaridades e dos potenciais dos ecossistemas e das identidades étnicas/culturais das populações da região. (SILVA, 2004). A busca da sustentabilidade pauta esta proposta e apresento aqui alguns dos princípios-chave para a sustentabilidade destacados por SILVA:

(...) - o respeito e a promoção da pluralidade cultural, das identidades étnicas e dos saberes tradicionais e uma nova articulação (horizontal) destes saberes com o conhecimento científico ocidental;

- o reforço à autonomia e autodeterminação das comunidades e suas formas de vida, e a processos de gestão participativa dos espaços rurais/urbanos nos quais estão inseridos;

- a busca e soluções locais adaptadas cultural e ecologicamente (o local como referência fundamental), articuladas com uma consciência e também interferência nas questões globais que rebatem para o local;

(...) - a subordinação da economia a valores éticos e aos objetivos sociais prioritários daí advindos. (SILVA, 2004:286)

Associo à construção desta perspectiva de sustentabilidade os princípios para o ecodesenvolvimento construídos por SACHS (2002), que incluem: o aproveitamento dos sistemas tradicionais de gestão dos recursos e a organização de um processo participativo de identificação das necessidades, dos recursos potenciais e das maneiras de aproveitamento da biodiversidade como caminho para a melhoria do nível de vida dos povos.

Podemos associar também a esta perspectiva a discussão de Gustavo Lins Ribeiro sobre a indissociabilidade da questão da biodiversidade e da diversidade cultural no Brasil. Para este autor, a noção de desenvolvimento sustentado tem como um dos elementos centrais o respeito à realidade local e, por conseguinte, à cultural local. A questão da biodiversidade e seu potencial econômico estão simultaneamente ligadas ao valor do conhecimento local e à inserção de comunidades étnica, cultural e

economicamente diferenciadas em sistemas integrados de mercado. Nem sempre, porém, estas comunidades são capazes de apreender a fusão de interesses nacionais e internacionais, políticos, ideológicos e econômicos, envolvidos neste contexto. (RIBEIRO:1993) Por fim ressalta que na discussão atual do desenvolvimento:

... o valor político e econômico da diversidade cultural se destaca justamente porque as 'populações tradicionais' são detentoras de conhecimento cultural do uso de boa parte da biodiversidade. (RIBEIRO,1993:6)

Nesse sentido, são incorporadas pelo FDSNM na discussão da sustentabilidade e do desenvolvimento as contribuições do enfoque etnoecológico da agroecologia e o conceito de co-evolução. Dayrell (2004) apresenta uma das definições de etnoecologia citando Toledo²⁹: "a ciência que, em síntese, busca entender as relações que se estabelecem entre natureza e sociedade mediante o estudo integrado entre o corpus e a práxis do produtor rural" (Dayrell:2004,207). A agroecologia é apresentada como uma "ciência emergente que prioriza a construção de propostas de desenvolvimento a partir do conhecimento detalhado dos agroecossistemas locais, reforçando as potencialidades ambientais, culturais e organizativas dos camponeses" e ainda a co-evolução como "o conjunto das interações sociedade-natureza em um processo de evolução ao longo do tempo" (Dayrell:2004, 211).

O FDSNM se propõe assim à construção de alternativas ao desenvolvimento hegemônico, traduzindo estes conceitos em práticas. Buscamos mostrar a atuação do FDSNM e sua consonância com a concepção de desenvolvimento que defende, tomando como referência as estratégias de atuação do Centro de Agricultura Alternativa no Norte de Minas, um dos membros de destaque deste fórum.

D'ANGELIS FILHO(2005), ao resgatar a evolução das estratégias de atuação do CAA-NM, nos diz que inicialmente, o enfoque do trabalho se ancorava basicamente nas teorias do *desenvolvimento comunitário*, matizado no Brasil a partir das contribuições de Paulo Freire, "onde o saber encerra uma práxis com fins de empoderamento das comunidades para sua atuação política" e pela metodologia do trabalho comunitário e social. Neste caso, a atuação se dava em torno da escala comunitária, e somente em alguns se dedicava à escala regional.

No final da década de 1980 e início dos anos 1990, ganham força as preocupações com o nível local, e as teorias do *desenvolvimento local* reestruturam a forma de trabalho

²⁹ TOLEDO, V.M. *La Apropriacion Campesina de la Naturaleza: um analisis etnoecologico*. México, Mimeo, 1996.

do CAA que busca alinhar as ações de escala comunitária aos processos municipais e microrregionais.

A partir dos anos 2000, tem início a crítica às teorias do desenvolvimento e também os debates em torno do sentido de lugar. O sentido de lugar, por demais preso à fronteiras geopolíticas – municípios e estados, reduzia a abordagem dos agrupamentos humanos trabalhados.

A partir de 2002, o desenvolvimento local dá lugar à gestão de territórios.

... o território é compreendido pelo CAA como uma unidade sócio-espacial, sobre a qual existe uma identidade cultural, circuitos econômicos, vínculos e circuitos privilegiados de conversação e diálogo entre grupos familiares, comunidades e localidades. (D'ANGELIS FILHO, 2005:95)

Ainda segundo D'ANGELIS FILHO (2005), esta concepção não implica a inserção numa fronteira espacialmente definida "já que os acontecimentos ambientais, econômicos, políticos e culturais, dentro do território, podem ser consequência de decisões e dinâmicas emanadas de outras regiões ou de corporações que operam em escala planetária." (p. 95)

Neste sentido, o FDSNM tem atuado principalmente no apoio, assessoria e formação para iniciativas construídas sobre as bases da sustentabilidade, como anteriormente se descreveu. Busca a construção de alternativas, por exemplo, ao agronegócio, como a reconversão das áreas ocupadas pela monocultura de eucalipto em sistemas agroextrativistas. Exemplo disto é a experiência do Assentamento Agroextrativista da Tapera, implantado em bases agroecológicas há mais de 10 anos, em Riacho dos Machados, apoiada pelo Fórum e assessorada pelo CAA-NM. Neste assentamento destaca-se o crescente grau de capitalização e melhoria das condições de vida³⁰, em comparação aos demais assentamentos de Minas Gerais (D'ANGELIS FILHO:2005). Isso foi conseguido, entre outros fatores, pela opção pelo aproveitamento dos potenciais ecossistêmicos e pelas práticas de convivência com as restrições ambientais, evitando a transferência de recursos para o mercado de insumos.

São de extrema importância, e considerados estratégicos pelos membros do FDSNM, os trabalhos na linha da formação das populações, como os seminários de educação no campo, entre outros descritos no Capítulo 2, subsidiando a construção de

³⁰ Segundo pesquisa realizada por D'ANGELIS FILHO (2005) a renda média anual por Unidade Trabalho Familiar na microrregião de Porteirinha é inferior a 600 reais. Na Tapera este valor é de aproximadamente R\$ 3.200,00, cerca de um salário mínimo por pessoa ocupada.

alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento, partindo do protagonismo das próprias populações.

A prática do FNMI, apesar de todo um debate mais amplo sobre o desenvolvimento da região no início de sua formação, incluindo propostas de ações em várias áreas, hoje está restrita aos esforços de criação e implantação do Parque Tecnológico do Norte de Minas e do Centro de Convenções. As movimentações de ação estão atualmente praticamente resumidas à execução de ações pela FUNDETEC, gestora do Parque. O foco de ações no Parque Tecnológico é, por consequência, o foco no agronegócio de base tecnológica avançada. O investimento em empreendimentos de base tecnológica de apoio ao agronegócio busca assim inserir micro e pequenas empresas agrícolas no mercado internacional, com base na inovação e empreendedorismo.

Como mencionamos, esta proposta centra a promoção do desenvolvimento nos seus eixos exclusivamente econômicos e na idéia da inovação tecnológica como pré-requisito ao desenvolvimento ou partindo novamente da idéia do desenvolvimento como consequência natural do desenvolvimento econômico. Desconsidera as várias outras dimensões do tema, entre elas o envolvimento de setores mais amplos da sociedade nas decisões sobre seus caminhos.

O Centro de Convenções, também alvo de grande parte das ações realizadas pelo Fórum, que busca a criação de espaço físico estrutural e disponível para a realização de eventos de negócios, mobiliza esforços para beneficiar segmentos muito restritos da sociedade regional, a saber, o empresariado regional. O FNMI atualmente só articula todos os seus membros quando da necessidade de uma mobilização regional na busca de recursos junto às instâncias de poder para viabilizar suas propostas. Estas propostas estão sempre atreladas às políticas estaduais e federais de desenvolvimento, independentemente das repercussões que causem sobre a população da região.

Se há críticas e proposições de alternativas às propostas dominantes de promoção do desenvolvimento no FNMI, elas não são explicitadas publicamente. A posição externada, pelo contrário, busca conservar e consolidar o desenvolvimento vigente como único caminho a ser trilhado para o desenvolvimento regional.

Neste capítulo vimos que as redes sociais são componentes importantes para a vinculação de capital social como constituinte de estratégias de desenvolvimento. Essa afirmação decorre da discussão realizada tendo como objeto o fluxo de capital social, em que as relações propriamente é que importam. O capital social de um grupo depende

assim do número de relações que ele estabelece, permitindo maior ou menor acesso a benefícios ou a recursos necessários para atingir seu objetivo. Vimos que, por este critério, o FNMI teria maior capacidade de mobilização de recursos. Considerando as características dos membros, avaliou-se o tipo de recursos mobilizados em cada rede. Destacaram-se aí a importância dos vínculos na ampliação dos recursos tecnológicos, materiais e culturais dos membros.

No caso do FDSNM foi importante o empoderamento do grupo, através de ampliação do acesso às instâncias de poder e a conquista de um lugar de fala, até então inexistente. No caso do FNMI também se destaca o acesso às instâncias de poder e, ou até mesmo aos próprios decisores, através das relações pessoais de seus membros com ocupantes de altas posições governamentais. Institucionalmente, predominam os laços fracos, que propiciam a circulação de recursos apropriados coletivamente. Entretanto, as relações pessoais se encontram presentes nas redes estudadas, tendo maior peso no FNMI.

Pelo caráter de não obrigatoriedade da criação dos vínculos estabelecidos entre as instituições nos Fóruns, aliada a uma auto-imposição da sua manutenção, firmada na confiança e fidelidade entre os membros, podemos afirmar a articulação das referidas redes sobre a perspectiva da dádiva, mais especificamente, a chamada dádiva moderna, mais ligada ao movimento associativista.

Por fim, concluo que, apesar de criadas para discussão e promoção do desenvolvimento do Norte de Minas, os Fóruns apresentam concepções e estratégias diferentes para o desenvolvimento regional, ao buscarem atingir diferentes segmentos da sociedade norte-mineira. Ambas utilizam o conceito de desenvolvimento sustentável, porém com conteúdos diferentes. Em função dessa diferença é feita a crítica à utilização de tal conceito pelo FNMI, uma vez que as propostas que apresenta são claramente consoantes com o modelo de desenvolvimento implantado na região, que vários estudos e pesquisas publicadas questionam por sua insustentabilidade e por seu caráter excludente. O FDSNM, por sua vez, busca construir uma alternativa ao modelo hegemônico de desenvolvimento, a partir do protagonismo das populações da região e considerando sua convivência com seu ecossistema.

CONCLUSÃO

A análise do desenvolvimento regional, com foco na atuação de redes sociais do Norte de Minas, passa pela contextualização do tema em âmbito global e nacional. Nesse sentido, situamos a ascensão desta forma de articulação no contexto da era da informação, na qual, segundo Castells (1999), as funções e os processos dominantes estão cada vez mais organizados em torno de redes, formando a Sociedade em Rede. Nela o avanço da tecnologia da informação permitiu a consolidação de um novo formato de capitalismo, globalizado e estruturado em uma rede de fluxo de capitais.

Neste contexto, em que o destino de empresas, famílias e economias nacionais e regionais é determinado pelos mercados financeiros globais, aumentam a desigualdade, a pobreza e a concentração de renda em escala mundial.

O fortalecimento do neoliberalismo, com suas teorias de transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade civil em todo o mundo e, no Brasil, o processo paralelo de democratização pós-regime militar são pano de fundo para a criação de redes sociais como formas de sua articulação. A sociedade civil se fortalece com a ampliação de seu papel no cenário político, passando de reivindicatório para propositivo e executor. Neste processo se fortalecem novas formas de participação mais adequadas aos avanços tecnológicos, tornando-se importantes os formatos de articulação em redes sociais e fóruns.

A partir das conquistas dos movimentos sociais e da sociedade civil nos anos 1980 e em função das necessidades de reprodução do capital, tomam força as questões de combate à pobreza e a questão do desenvolvimento social, tendo como sujeito a participação da sociedade civil. Nas discussões sobre o desenvolvimento e na crítica à sua redução como crescimento econômico, o capital social surge como elemento importante para entender o desenvolvimento de forma a abranger outros aspectos sociais, como a questão ambiental e, posteriormente, a questão social. Sua importância decorre da contribuição para a consolidação da democracia e da eficiência da sociedade, por facilitar a cooperação espontânea na ação coletiva.

A discussão sobre reciprocidade se insere neste processo tanto como elemento-chave na formação de capital social e redes sociais, como por se configurar como um padrão de sociabilidade relevante, presente, nas relações sociais, apesar do utilitarismo

reinante, permitindo a reprodução social em outros moldes que não os do capitalismo globalizado.

A discussão sobre o desenvolvimento foi realizada a partir da crítica ao próprio conceito que, como vimos, é datado historicamente e ao ser compreendido como crença global (Rist, 1997) é desnaturalizado. É visto como um conceito construído sob a lógica capitalista excludente e ainda hoje utilizado para sua reprodução. No entanto, pelo que representa simbolicamente, o desenvolvimento é ainda operacionalizado e resignificado por diferentes grupos, sendo motor de ações e políticas de vários setores da sociedade.

Nesse sentido tornou-se significativo interpretar as concepções de desenvolvimento construídas e vivenciadas por segmentos e instituições relevantes para a sociedade norte mineira, por seus desdobramentos sócio-econômicos, políticos e culturais na qualidade de vida de suas populações. Considerando o histórico do desenvolvimento regional e inserindo o contexto regional no escopo da sociedade em rede e do capitalismo mundializado, lemos as duas redes articuladas para a discussão e promoção do processo de desenvolvimento regional.

Ficou claro ao longo da descrição das redes dos Fóruns, feita no segundo capítulo, o antagonismo dos projetos políticos dos grupos que representam. Isso conduziu à sua associação quase direta, de um lado, às elites locais regionais detentoras do capital produtivo e, de outro, à maioria restante da sociedade, privada do poder econômico e político, associada à classe trabalhadora. Apesar das similaridades na forma de organização, dos objetivos em seus discursos e dos termos utilizados, suas ações e propostas são antagônicas, propondo caminhos divergentes para a construção do desenvolvimento regional.

A rede do FDSNM é claramente questionadora do modelo de desenvolvimento adotado na região e de suas conseqüências. Busca dar voz aos setores excluídos nesse processo e propõe ações alternativas, construídas a partir da discussão e participação das populações tradicionais da região, buscando uma mudança no quadro de desigualdade instalado.

A rede do FNMI, em grande parte composta pelos setores e instituições implantadoras do modelo de desenvolvimento adotado na região, parece permanecer na linha dos grandes empreendimentos econômicos como forma de capitalização do mercado regional: reflorestamento, agronegócio e o Parque Tecnológico de Montes Claros. Apesar de não contarem com o apoio da SUDENE, principal agente do processo anterior, e mesmo com novo formato de articulação e nova base tecnológica, as

propostas parecem conduzir à permanência do quadro excludente instalado, com um crescimento que beneficia apenas alguns setores da sociedade.

A partir das teorias de campos de Bourdieu (1998), lemos aqui as duas redes como agentes sociais em disputa num espaço social dado, possuidores de diferentes volumes e natureza de capitais que estão em disputa para a reprodução de seus projetos políticos.

As redes sociais estudadas possibilitaram a interpenetração de vários campos (econômico, cultural, religioso, acadêmico) tornando mais complexa a disputa pelo seu domínio. Destacamos aqui a disputa pela hegemonia do conceito de desenvolvimento sustentável, com desdobramentos empíricos na reprodução social das populações norte-mineiras.

As redes também vêem diferentemente sua inserção no contexto global. O FNMI busca inserir o Norte de Minas de forma competitiva no mercado global, através da inovação tecnológica e do investimento no agronegócio. Sendo assim, os trabalhadores do Norte de Minas seguem como produtores de matéria-prima, ou de produtos pouco industrializados, por mão-de-obra barata, reproduzindo o papel tradicional brasileiro e da região na divisão internacional do trabalho, além de reforçar as consequências sociais e ambientais desta opção.

O FDSNM busca enxergar qual o papel da região no contexto global. Aos trabalhadores articulados pelo Fórum busca mostrar a exploração da mão-de-obra e dos recursos naturais da região pelo capital internacional e, ainda, o seu lugar na divisão internacional do trabalho. Bem como a dinâmica que acaba por acentuar a pobreza e as desigualdades, à medida que os meios de produção material, social e cultural são tomados para utilização por multinacionais, em troca de baixos salários e de um saldo positivo na balança comercial, a exemplo da ocupação do cerrado e da caatinga norte-mineiros pelas grandes multinacionais da indústria da celulose.

A formação de redes sociais tem sido um instrumento próprio neste novo contexto, aplicado pelos agentes sociais norte-mineiros na consecução de seus objetivos, apesar de serem contraditórios.

Destaca-se aqui o papel destes Fóruns no reforço ou na ampliação de fluxo e estoque de capital social regional. Paralelamente, e de diferentes formas, estes grupos têm reforçado o espaço regional enquanto território demarcado e diferenciado em contraposição ao restante do estado e a outras regiões, buscando o reconhecimento de suas especificidades. Esta dinâmica não está muito presente na prática de outras redes e

fóruns com características similares em outras regiões do estado de Minas Gerais³¹. É forte a busca por capitalizar o Norte de Minas frente às demais regiões do Estado, podendo aí estar nascendo um novo campo de disputa³².

Vemos aqui duas estratégias de luta, uma pela conservação, outra pela mudança. A luta do FDSNM e pela mudança do modelo de desenvolvimento implantado através da construção de alternativas e da visibilização e garantia de voz aos trabalhadores da região. A do FNMI é pela inserção do Norte de Minas no capitalismo competitivo globalizado. Paradoxalmente, o FNMI, paralelamente ao FDSNM, luta pela visibilização do Norte de Minas, pelo seu reconhecimento, e pela construção do desenvolvimento a partir do potencial local. Entretanto, divergem quanto ao que deve ser colocado no mercado.

Apesar do envolvimento institucional e do interesse particular da maioria dos membros dos Fóruns pelo desenvolvimento da região, as concepções e propostas do FNMI, no entender desta pesquisadora, quando implementadas, acabam por aumentar a concentração de renda e a pobreza da maioria da população, a despeito do crescimento econômico que certamente gerariam.

A associação do desenvolvimento ao investimento de grandes empresas de fora da região, ou o abrir das portas do Norte de Minas à ocupação e exploração por empresas multinacionais de siderurgia e silvicultura, ou ainda através da expansão do Projeto Jaíba, que supostamente gerariam centenas de empregos, é tentar conservar um modelo que já provou excluir as populações norte-mineiras de seu espaço e enriquecer poucos, que na grande maioria, nem vivem no Norte de Minas. O que torna claro que o discurso do desenvolvimento sustentável do Norte de Minas está vinculado à reprodução do capital. Não foi pensado a partir da participação e do protagonismo de sua população.

Outra postura e visão se encontram presentes nas concepções de desenvolvimento e ações propostas e realizadas pelo FDSNM. Além de pensar o desenvolvimento a partir de dentro com base nas diversas identidades regionais, ele permite aos trabalhadores envolvidos enxergar sua posição e a posição da região no mundo globalizado, e permite a eles a tentativa de subverter tal posição.

³¹ Esta impressão sobre o reforço do espaço regional nas disputas sociais e políticas foi levantada em conversa informal com membros do FDSNM sobre redes similares em outras regiões do estado.

³² Neste sentido, no momento atual, alguns instituições regionais e locais estão articulando um movimento, *Catrumano*, visando, ao questionar o lugar regional no imaginário mineiro, construir novas classificações sobre Minas Gerais e sobre o lugar do Norte de Minas na sociedade estadual.

Finalmente, é importante ressaltar os fóruns e redes sociais como espaços, agora privilegiados e mais adequados ao contexto globalizado de participação da sociedade civil, que estabelecem pontes entre o global e o local. Ressalto, no entanto, que a crítica ao papel da sociedade civil no contexto neoliberal, não intrínseca à formação de redes, cabe portanto a cada grupo articulado, questionando o seu papel e o papel do Estado na promoção do desenvolvimento.

A articulação das citadas redes sociais para a promoção do desenvolvimento do Norte de Minas mostra a disputa simbólica, presente em toda disputa política, especialmente em torno do desenvolvimento. Esta forma de articulação só vem tornar mais forte a disputa à medida que os discursos ficam mais coesos e ganham mais peso político por suas vinculações intra-regional e nacional. A sociedade civil do Norte de Minas, com toda a sua heterogeneidade, ganha novos espaços de discussão e possibilidades de interlocução com o poder público. Através da articulação em redes, acumula capital social, através de seus vínculos, para a consecução de seus interesses, muitas vezes antagônicos.

Na disputa pela hegemonia do discurso do desenvolvimento, a porção subalterna da sociedade civil norte-mineira sinaliza um avanço significativo por seu posicionamento e reconhecimento, apesar do ainda longo caminho a percorrer como formadora e criadora de uma nova história.

Por último, ao encerrar esta dissertação, interpreto que desenvolvimento social, quando considerada a atuação dos sujeitos sociais articulados em redes sociais e em fóruns, consiste na realização plena dos potenciais econômicos, sociais, políticos, culturais, identitários e ambientais das populações-sujeito, em consonância com o ecossistema onde vivem, de forma a consolidar sua reprodução social digna e o compartilhamento de benefícios entre todos, de acordo com os seus valores e objetivos. Isso implica, além da garantia de bens e serviços básicos, a garantia do protagonismo dos sujeitos, não só através de melhorias das condições econômicas, mas, sobretudo, políticas e culturais, com o seu empoderamento e o reconhecimento das diferenças etnoculturais.

REFERÊNCIAS

- BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CAILLÉ, Alain. "*Dom, a(d)sociação e política*". IN: **Antropologia do Dom: o terceiro paradigma**. Petrópolis: Vozes, 2002. pp. 141-157.
- CARNEIRO, Geralda Vânia N. "O lugar e a vida de pequenos produtores". IN: SANTOS, Gilmar Ribeiro (org.) **Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas: considerações a partir das Ciências Sociais**. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997. pp. 13-35.
- CASTELLS a, Manuel. **O poder da identidade**. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.2). São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1). São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COSTA, J. B. A. **Tomando Alho por Bugalhos: o decantado desenvolvimento no Norte de Minas**. Texto apresentado no I Fórum de Desenvolvimento Social. Montes Claros-MG, 2004.
- DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. In: **Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política**. UFSC, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. – v.1. n.5. (2004) Florianópolis: UFSC: Cidade Futura, 2004. pp. 137-161.
- D'ANGELIS FILHO, João S. **Políticas Locais para o "Des-envolvimento" no Norte de Minas: uma análise das articulações local & supralocal**. Tese de Mestrado. Universidade Católica de Temuco, Chile, 2005.
- DAYRELL, Carlos A. Os Geraizeiros Descem a Serra. In: LUZ, Cláudia e DAYRELL, Carlos.(orgs.) **Cerrado e Desenvolvimento. Tradição e Atualidade**. Montes Claros: Imprensa Universitária da UNIMONTES, 2000.
- DULCI, Otávio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- DUMONT, Louis. **O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- ESCOBAR, Arturo. Planejamento. IN: SACHS, W. **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis. RJ. Vozes, 2000. pp. 211-228.
- ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. IN: SACHS, W. **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis. RJ. Vozes, 2000. pp. 59-83.
- FONTES, Breno. "*Capital Social e Terceiro Setor: sobre a estruturação das redes sociais em associações voluntárias*." IN: MARTINS, Paulo Henrique e FONTES, Breno. (orgs.) **Redes Sociais e saúde: novas possibilidades teóricas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2004. pp. 49-75.

FONTES, Breno. & EICHNER, Klaus. A formação do capital social em uma comunidade de baixa renda. In: MARTINS, P. H. & NUNES, B. F. (orgs.) **A nova ordem social: perspectivas da solidariedade contemporânea**. Brasília: Paralelo 15, 2004.

FÓRUM NORTE DE MINAS INTEGRADO. **Plano de Metas- Eixo São Francisco**. Nov 2001. (mimeo)

GEA - GRUPO DE ESTUDOS E AÇÃO AMBIENTAL. **Grande Sertão: Veredas e Seus Ecossistemas**. Montes Claros, 1991. (mimeo)

GODBOUT, Jacques T. **O espírito da Dádiva**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOUVEIA, Taciana. "*Movimentos sociais e ONGs: dos lugares e dos sujeitos*". IN: **Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política/UFSC**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. V.1. n.5. (2004) – Florianópolis: UFSC: Cidade Futura, 2004. pp. 77-86.

HIRSCHMAN, Albert. **Saída, Voz e Lealdade**. Reações ao declínio de firmas, organizações e estados. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

JACOBI, Pedro. *Meio ambiente e redes sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas*. in: **Revista de Administração Pública**. Nov/Dez 2000. Vol 34, n.6 - Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000. pp.131-158.

JUNQUEIRA, L.A.P. *Intersectorialidade, transectorialidade e redes sociais na saúde*. in: **Revista de Administração Pública**. Nov/Dez 2000. Vol 34, n.6 - Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000. pp. 35-45.

KLIKSBERG, Bernado. **Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

MARTINS, Paulo H. e FONTES, Breno. (orgs.) **Redes Sociais e saúde: novas possibilidades teóricas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2004.

MAUSS, M. Ensaio sobre a Dádiva. IN: **Sociologia e Antropologia**. Vol II. São Paulo: EDUSP, 1974.

MITCHELL, J. Clyde. **Social Networks in Urban Situations**. Manchester: Manchester United Press, 1969.

NOGUEIRA, Mônica. **Estudo sobre os Formatos de Estrutura e Funcionamento de Redes: subsídios para o processo de reestruturação da Rede Cerrado**. Brasília, julho de 2005. (mimeo)

OLIVEIRA, Marcos F. M. de "*O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da Área Mineira da SUDENE*". In: OLIVEIRA, Marcos F. M. de et al. **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Campesinato e Agronegócio: uso da terra, movimentos sociais e transformações no campo. IN: FEITOSA, A.M.A.; ZUBA, J.A.G. e CLEPS JÚNIOR, J. (orgs.) **Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil**. Goiânia: Ed. da UCG, 2006. pp. 29-78.

PIRES, Mauro Oliveira. A trajetória do conceito de desenvolvimento sustentável na transição de paradigmas. IN: DUARTE, Laura Maria Goulart e BRAGA, Maria Lúcia de Santana (orgs.) **Tristes Cerrados: Sociedade e biodiversidade**. Brasília: Paralelo 15, 1998. pp. 63-92.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POMPEO, G., BACIC, M.J. e AGUILERA, L.M. **Inovação e Trabalho** (2005). Disponível em: <www.cori.rei.unicamp.br/CT/Trabalhos2005/Trabalhos%20CT/Inovacao%20e%20trabalho.doc> Acesso em: 15 jan 2006.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. Secretaria de Planejamento e Coordenação. **Plano de Desenvolvimento de Montes Claros- Diretrizes**. Montes Claros, 1991.

RIBEIRO, Gustavo L. **Ser e Não Ser: explorando fragmentos e paradoxos das fronteiras da cultura**. Série Antropológica 141, Brasília: UnB, 1993.

RIST, Gilbert – **The History of Development. From Western Origen to Global Faith**. London and New York, 1997.

RODRIGUES a , Luciene. *Formação Econômica do Norte de Minas e o Período Recente*. IN: OLIVEIRA, Marcos F. M. de et al. **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000.

RODRIGUES, Luciene. *Contribuição da Agricultura Irrigada ao Desenvolvimento Regional: o caso do Projeto Jaíba*. IN: LUZ, Cláudia e DAYRELL, Carlos.(orgs.) **Cerrado e Desenvolvimento. Tradição e Atualidade**. Montes Claros: Imprensa Universitária da UNIMONTES, 2000. pp. 141-188.

ROSTOW, W.W. **Etapas do Desenvolvimento Econômico**. 6 ed. Rio De Janeiro: Zahar. 1978.

SACHS, Wolfgang. Meio Ambiente. IN: SACHS, W. **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis. RJ. Vozes, 2000. pp. 117-131.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SCHERER-WARREN, Ilse e LUCHMANN, Lígia H. H. "*Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil – Introdução*" IN: **Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política/UFSC**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. V.1. n.5. (2004) – Florianópolis: UFSC: Cidade Futura, 2004. pp. 11-33.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1999.

SHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1984.

SILVA, Carlos E. Mazzeto. *Desenvolvimento e sustentabilidade nos cerrados: o caso do sertão norte-mineiro*. In: LUZ, Cláudia e DAYRELL, Carlos. (orgs.) **Cerrado e Desenvolvimento. Tradição e Atualidade**. Montes Claros: Imprensa Universitária da UNIMONTES, 2000.

STAHEL, Andri Werner. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. IN: CAVALCANTI, Clóvis. (org.) 4. ed. **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2003.

TOLEDO, Fernando C. Capital social, desenvolvimento e redução da pobreza: elementos para um debate multidisciplinar. IN: CATTANI, David e DÍAZ, Laura Mota (orgs.) **Desigualdades na América Latina: novas perspectivas analíticas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. pp. 155-188.

ANEXOS

ANEXO 1 - MEMBROS DO FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS

Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM), ONG sem fins lucrativos, criada por pequenos agricultores e técnicos da região Norte de Minas que há mais de 15 anos trabalha o desenvolvimento e difusão de experiências em agricultura sustentável baseadas nos princípios da agroecologia.

Comissão Pastoral da Terra (CPT) – entidade de defesa dos Direitos Humanos e dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da terra. Um serviço à causa dos trabalhadores rurais, sendo um suporte para a sua organização. São alvos de ações da CPT os lavradores, os posseiros, os atingidos pelos grandes projetos de barragens e os sem-terra. A Agricultura Familiar mereceu um destaque especial no trabalho da entidade, tanto na organização da produção, quanto da comercialização e também as questões da ecologia.

Cáritas Brasileira - instituição da Igreja Católica, de âmbito internacional, com 146 organizações membros, atuante em 194 países. A Cáritas Brasileira é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, ligada ao setor Pastoral Social. Ela foi criada em 1956, constituindo-se em sociedade civil, sem fins lucrativos. assume a missão de: promover, animar, organizar e participar da prática da justiça e da solidariedade com os excluídos de nossa sociedade.

Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – STR's de vários municípios como Porterinha, Taiobeiras, Salinas, Coração de Jesus, Riacho dos Machados, Mirabela, Rio Pardo de Minas, Brasília de Minas, Capitão Enéas, Ibiracatu, Buritizeiro, entre outros.

Fórum de Convivência com o Semi-Árido - fórum de organizações da sociedade civil, que atuam em prol do desenvolvimento social, econômico, político e cultural do semi-árido brasileiro. Compõe a ASA - Articulação no Semi-Árido Brasileiro, que congrega, atualmente, cerca de 750 entidades dos mais diversos segmentos e que idealizou e hoje executa juntamente com o Governo Federal, o Programa 1 Milhão de Cisternas.

Rede Cerrado - Rede Cerrado reúne ongs de todos os estados brasileiros que tem áreas de Cerrado em seus territórios e têm promovido ações e articulação para defesa deste bioma bem como a promoção do desenvolvimento das populações que vivem nele.

Rede Alerta contra o Deserto Verde – rede de organizações e movimentos sociais que lutam contra os impactos da monocultura de eucalipto. Em suas ações sempre destacou a importância da reforma agrária e da organização dos trabalhadores rurais Sem Terra.

(Não compõe o Fórum atualmente) Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG) Regional Norte - Entidade sindical de grau superior, sem fins lucrativos, agrupada no Plano da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, com sede na cidade de Belo Horizonte/MG e base territorial no Estado de Minas Gerais, é uma organização de coordenação, representação e defesa dos direitos e

interesses coletivos e individuais dos trabalhadores rurais do Estado de Minas Gerais. Sede da regional norte em Montes Claros

MEMBROS DO FÓRUM NORTE DE MINAS INTEGRADO

Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Montes Claros (ACI)

– associação civil, sem fins lucrativos, que congrega empresários do setor de comércio, indústria e serviços de Montes Claros. Possui uma infra-estrutura das melhores para a realização de diversas atividades, como treinamentos, e reuniões de negócio. Organiza encontros de negócios para divulgar os produtos regionais, propaga as oportunidades da região para "joint ventures" com grupos nacionais e internacionais, e captação de investimentos com o objetivo de aumentar a oferta de empregos em Montes Claros. Realiza anualmente em Montes Claros, a FENICS, Feira Nacional da Indústria, Comércio e Serviço. A entidade possui 55 anos de fundação e tem um papel relevante no desenvolvimento e progresso da cidade e região.

Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) – Maior universidade pública atuando na região, atendendo a todo o Norte de Minas e sul da Bahia. Disponibiliza mais de 2.000 vagas em 55 diferentes cursos.

(Não participa do Fórum atualmente) TV Grande Minas – Emissora de TV da Região filiada à Rede Globo, atualmente Rede InterTV;

Sociedade Rural de Montes Claros – Entidade de classe dos proprietários rurais atuantes no Norte de Minas

Prefeitura Municipal de Montes Claros – Prefeitura do município pólo da região, hoje com mais de 340.000 hab.

Associação dos Municípios da Área Mineira da ADENE (AMAMS) – Associação composta pelas prefeituras de todo o norte e nordeste de Minas Gerais, cerca de 140 municípios.

(Não participa do Fórum atualmente) Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas (SUDENOR) - organismo oficial de representação, vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral através da qual o Governo de Minas Gerais acompanha os projetos em tramitação na ADENE - Agência de Desenvolvimento do Nordeste.

Conselho Regional de Desenvolvimento Industrial CRDI-Norte - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) - organização de associação voluntária reconhecida como líder na representação da Indústria de Minas Gerais. Com atuação política em defesa dos interesses dos associados, respeitada nacional e internacionalmente, oferece soluções de desenvolvimento empresarial sustentado nas áreas de educação, conhecimento, tecnologia e serviços sociais.

Companhia para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) - Empresa pública criada em 1974, hoje vinculada ao Ministério da Integração Nacional, que segundo sua lei de criação "tem por finalidade o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos de água e solo dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, diretamente ou por intermédio de entidades públicas e privadas, promovendo

o desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários”.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)- Trabalha desde 1972 pelo desenvolvimento das empresas de pequeno porte, promovendo cursos de capacitação, facilita o acesso ao crédito, estimula a cooperação entre as empresas, organiza feiras e rodadas de negócios e incentiva o desenvolvimento de atividades que contribuem para a geração de emprego e renda por vários mecanismos (capacitação, mobilização, disseminação do empreendedorismo e do associativismo, entre outros). Hoje, o Sebrae atua no Brasil inteiro, por meio de unidades nos 26 estados e no Distrito Federal.

RedeNorte - Rede social que tem por objetivo a promoção do desenvolvimento econômico, político e social das regiões Norte e Nordeste de Minas. Surgiu a partir do I Fórum Norte de Minas Integrado, um movimento que congrega um número expressivo de organizações e empresas da região. Disponibiliza um portal na Internet, o Portal Redenorte, para comunicação entre seus membros e divulgação de informações sobre a região.

Banco do Nordeste - instituição financeira federal que atua como um banco de desenvolvimento. Exerce ações diferenciadas em relação ao sistema bancário brasileiro e é o principal agente do Governo Federal para o desenvolvimento da Região Nordeste. Em função disso, atua em focos específicos, e seu trabalho vai além da concessão do crédito, realizando, por exemplo, a capacitação técnica e gerencial de seus clientes. Dentre as ações e instrumentos criados pelo Banco, destacam-se: os Agentes de Desenvolvimento, as Agências Itinerantes, o Fundo de Aval, as atividades de Capacitação, os Pólos de Desenvolvimento Integrado, o CrediAmigo, os Pólos de Turismo e o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - PRODETUR, no apoio à infra-estrutura turística regional.

Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG foi constituída, como empresa pública, pela Lei nº 6.310, de 8 de maio de 1974 (Minas Gerais, 1999). Constituiu-se na principal instituição de execução de pesquisa agropecuária de Minas Gerais e tem a função de "apresentar soluções para o complexo agrícola, gerando e adaptando alternativas tecnológicas, oferecendo serviços especializados, capacitação técnica, insumos qualificados compatíveis com as necessidades dos clientes e em benefício da qualidade de vida da sociedade"

Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL Associação civil sem fins lucrativo, considerada de utilidade pública. Constituída em 1969, tem como objetivos congregar e desenvolver os interesses recíprocos das diferentes categorias da classe empresarial, prestadores de serviços, bancos, financeiras, demais empresas e da sociedade, defendendo o comércio e contribuindo para o seu fortalecimento.

O Senac - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - é uma entidade de direito privado, criada em 1946, com o objetivo de suprir as necessidades de formação de recursos humanos para o setor terciário da economia - comércio e serviços. O Senac prepara profissionais para o mercado de trabalho há 59 anos. Desde sua criação, formou mais de 38 milhões de pessoas para o mercado de trabalho, em todo o Brasil.

ANEXO 2 – CARTA DE PRINCÍPIOS**FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL/NM*****Carta de Princípios***

1. O Fórum de Desenvolvimento Sustentável – FDS/NM é o espaço de articulação política regional da sociedade civil organizada, no Norte de Minas Gerais.
2. São membros e parceiros do Fórum de Desenvolvimento Sustentável (FDS/NM) todas as entidades ou organizações da sociedade civil que aderirem ao TERMO DE ADESÃO e a presente CARTA DE PRINCÍPIOS.
3. O Fórum de Desenvolvimento Sustentável – FDS/NM é apartário e sem personalidade jurídica, e rege-se por mandato próprio; respeita totalmente a individualidade e a identidade de seus membros, e estimula o fortalecimento ou surgimento de outras redes de nível Estadual, Regional, Local ou Temática, adotando o princípio de liderança compartilhada.
4. O Fórum de Desenvolvimento Sustentável – FDS/NM se fundamenta no compromisso com as necessidades e interesses das populações locais, em especial os agricultores(as) familiares, baseado em: a) A conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semi-árido norte mineiro; b) A quebra do monopólio de acesso à terra, água, educação diferenciada e outros meios de produção, de forma que esses elementos, juntos promovam o desenvolvimento do semi-árido norte mineiro.
5. O FDS/NM busca contribuir para a implementação de ações integradas para o semi-árido norte mineiro, fortalecendo inserções de natureza política, técnica e organizacional, demandadas das entidades que atuam nos níveis locais, apóia a difusão de métodos, técnicas e procedimentos que contribuam para convivência com o semi-árido norte mineiro.
6. O FDS/NM se propõe a sensibilizar a sociedade civil, os formadores de opinião e os decisores políticos para uma ação articulada em prol do Desenvolvimento Sustentável dando visibilidade às potencialidades do semi-árido norte mineiro.
7. O FDS/NM busca contribuir para a formulação de políticas estruturadoras para o desenvolvimento do Norte de Minas bem como monitorar a execução das políticas públicas.
8. O FDS/NM propõe influenciar os processos decisórios, fortalecer a implementação das propostas da sociedade civil para o Norte de Minas, e busca articular-se com outros Fóruns Regionais, Estaduais, Internacionais de luta.

ANEXO 3 – TERMO DE ADESÃO**FDS/NM - TERMO DE ADESÃO**

Pelo presente, a organização a seguir identificada manifesta sua explícita adesão ao Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas – FDS/NM de acordo com os objetivos e missão, apoiados na Carta de Princípios em vigor.

Dados Cadastrais

Instituição: _____

Sigla: _____

Missão: _____

Endereço Postal: _____

Telefone: _____ Fax: _____ E-mail: _____

Representante Legal: _____

Endereço: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

Representante Junto ao FDS/NM: _____

Endereço: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

Seguimento a que pertence
(assinalar apenas uma opção)

- () ONG de Desenvolvimento
- () Entidade da Igreja Evangélica
- () Entidade dos Trabalhadores Rurais
- () Cooperativa
- () Entidade da Igreja Católica
- () Entidade Ambientalista
- () Agência de Cooperação
- () Outros (qual?) _____

Assinatura do representante legal

Nome: _____

OBS: =====

- a) O presente Termo de Adesão será acatado ou não pelo FDS/NM;
- b) A entidade se comprometerá em contribuir anualmente com 25% do Salário Mínimo.

ANEXO 4 - CRONOLOGIA DE AÇÕES DO FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS

1998

- I Seminário - Reflexão sobre a atuação dos movimentos sociais, ONGs e pastorais na região Norte de Minas
- II Seminário - POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL Introdução aos conceitos e concepções de desenvolvimento, explicitando os princípios do desenvolvimento atual e do desenvolvimento sustentável. Resgate dos elementos norteadores do desenvolvimento da região, confrontando com os princípios do desenvolvimento sustentável. Discussão acerca de políticas públicas (grandes projetos econômicos), projetos e políticas sociais. Consequências do modelo de desenvolvimento atual e como está organizada a sociedade civil da região.
- III Seminário – Reforma Agrária
Discussão da temática e estratégias de luta pela terra, incluindo os extrativistas, os geraizeiros, os atingidos pela monocultura do eucalipto e os desafios para o desenvolvimento dos projetos de assentamento dos acampamentos.

1999

Março

- IV Seminário – Educação no campo

Abril

- Realização de duas viagens à Belo Horizonte com o objetivo de discutir com o SEMAD e o IGAM questões críticas como o caso do Riachão, das areeiras na Serra Velha e Somai. Apresentação de proposta ao secretário Tildem Santiago e ao Diretor do IGAM João Bosco Senra de realização de um seminário discutindo a questão dos recursos hídricos na região

Agosto

- V – Seminário - Recursos Hídricos
- Encaminhamento de propostas ao governo do Estado
Resultados
Disponibilização de recursos para obras emergenciais e para Estudo Hidrogeológico da Bacia do Alto - Médio Rio Riachão
Foi elaborado, negociado e aprovado projeto do PRÓ-ÁGUA de "Recuperação e Manejo de Recursos Hídricos: a Participação da Sociedade Civil em programas de Gestão Ambiental". O projeto previa ações concentradas na sub-bacia do Riachão e ações de abrangência regional relativas ao estudo de impactos e alternativas para áreas cobertas pelo eucalipto.

Dezembro

- VI Seminário com o tema "Políticas de Crédito e Assistência Técnica para a Agricultura Familiar
Devido ao alto valor dos juros e a vários fatores que contribuíram para a diminuição da produção torna-se impossível o pagamento dos créditos obtidos nos bancos pelos agricultores.

2000

Fevereiro

- Definição de Comissão Regional de Acompanhamento Projeto Pedagógico do PRONERA apresentado pela UNIMONTES - O programa de alfabetização nos assentamentos realizado pela UNIMONTES não contava com a participação da FETAEMG e havia reclamações de diversos STRs sobre a qualidade do programa.
- Realização de pesquisa junto aos STR's sobre o fornecimento de crédito aos agricultores. Uma comissão do Fórum contando com a participação da Prof. Luciene Rodrigues da Unimontes, sistematizou os dados da pesquisa para produção de um documento analisando a situação do crédito que fundamentasse as propostas para negociação pelo movimento sindical;

Abril

- Ato Público Celebrando o direito à Água – Manifestação no Riachão
- Greve de Sede na porta da Prefeitura de Montes Claros pelo lacramento das bombas nas cabeceiras do Riachão
- Visita do Fórum ao Projeto Jaíba
Foram mobilizadas cerca 123 pessoas para visita envolvendo representantes de 26 sindicatos de trabalhadores rurais e entidades do Fórum
Como este projeto é considerado uma referência no cenário regional, nacional e mesmo internacional, a visita possibilitou um maior embasamento para uma análise de impactos sócio-político, econômico, ambiental e cultural do projeto como modelo de desenvolvimento para a região. A visita foi fundamental para explicitar as contradições deste mega-projeto e subsidiar as possíveis intervenções e mobilizações por parte dos trabalhadores e por parte das entidades de representação e de apoio.
- Após visitas foram sistematizadas propostas de encaminhamento junto ao poder público, sociedade civil e entre os próprios colonos.
- Constituição do Grupo de Trabalho – GT que vai ficar responsável pela elaboração da proposta do projeto para Minas Gerais, envolvendo entidades do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha. Pelo Norte de Minas foram indicadas as seguintes entidades: Casa de Pastoral Comunitária de Montes Claros, Cáritas de Januária e Pastoral da Criança, CAA-NM, FETAEMG, CUT, CPT e SINTER;
- Realização de um curso de captação domiciliar de água de chuva e gestão dos recursos hídricos para as entidades que não conhecem ou não dominam a tecnologia de cisternas de placa – Cáritas de Januária, Pastoral da Criança, SINTER e STRs;
- Planejamento dos municípios onde vão ser conduzidas as experiências de manejo e conservação dos recursos naturais e de captação domiciliar de água da chuva envolvendo os recursos do PROÁGUA.

Julho

- Visita ao Projeto Jaíba com presença de representante do Banco Mundial
- Divulgação do resultado da pesquisa sobre o endividamento e encaminhamento de propostas para negociação com o poder público

- Elaboração do documento Avaliação e Propostas do Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável para negociação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Assinaram 41 sindicatos

Agosto

- Manifestação pela renegociação das dívidas dos agricultores que reuniu mais de 3.600 agricultores em frente às agências bancárias que fornecem os empréstimos em Montes Claros. (Anexo VI)

Outubro

- Encontro Regional Sobre Recursos Hídricos E Abastecimento D'água Domiciliar

Novembro

- O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais apresenta a pauta mínima para o processo de renegociação de suas dívidas

2001

Setembro

- Encontro Regional Sobre Crédito e Assistência Técnica.
Encontro onde se debateu e fechou o documento com as propostas de negociação do movimento dos agricultores familiares relativas aos seguintes temas:
 - Negociação das dívidas dos agricultores que contraíram créditos do PRONAF, PROGER, BB Rápido – com recursos oriundos do FNE/FAT/BNDS;
 - Propostas para um programa de desenvolvimento da agricultura familiar no Norte de Minas que incluía estratégias de convivência com o Semi-árido associado com uma política de assistência técnica que tenha o controle social pelos agricultores.

Novembro

- Programa 1 Milhão de Cisternas- P1MC. Inauguração do Projeto Piloto, dia 11 de novembro na comunidade de Borá II, em Brasília de Minas.

2002

- Ações em 2002 se concentraram basicamente em torno do P1MC/ASA

2003

Junho

- Visita a Brejo dos Crioulos. Com a participação de cerca de 500 pessoas, representantes de 19 cidades, 21 comunidades e 27 entidades do Norte de Minas Gerais e de outros estados e comunidade local.
Esta visita teve repercussão na mídia local e estadual. A Fundação Cultural Palmares e a Procuradoria Geral da República se posicionaram no sentido de acelerar o processo de reconhecimento de Brejo dos Crioulos.

A sensibilização das entidades para com a causa dos quilombolas estimulou, posteriormente à visita, a constituição de uma rede social de apoio a luta dos

quilombolas – inicialmente em Brejo dos Crioulos e, posteriormente, junto a outras comunidades que começaram a se visibilizar como a dos Gorutubanos

Por fim, considerou-se que a visita foi de fundamental importância para divulgar a luta dos quilombolas pelo seu reconhecimento social e pressionar as instituições públicas encarregadas pelo processo de demarcação do território de uso comunal.

Julho

- Manifestação Pública e Apresentação de Propostas para Reconquista das Terras e Reconversão da Monocultura do Eucalipto que tem como objetivos contribuir com o processo de mobilização e organização do movimento de famílias que foram atingidas pelo plantio indiscriminado da monocultura de eucalipto iniciado nas décadas de 1970 e 1980; conhecer a realidade atual das concessões terras públicas no estado; debater o quadro sócio-ambiental das áreas com a monocultura de eucalipto; intercambiar experiências de uso e manejo sustentável dos cerrados; e elaborar propostas de reocupação e reconversão da monocultura para o cerrado. Evento realizado em parceria com Rede Alerta Contra o Deserto Verde
- Encaminhamento de carta com propostas ao poder público acerca da Reconquista das Terras e Reconversão da Monocultura do Eucalipto.
- Manifestação pública – Realização de uma celebração e ato público em defesa da águas e contra a monocultura do eucalipto na Comunidade Riachão.

2004

Janeiro

Desativação dos pivôs do Riachão

Agosto

- Realização de Encontro do GT Cerrado do Ministério do Meio Ambiente em Montes Claros
 - Foco nas discussões sobre as políticas de expansão agrícola no Cerrado através do Estado e corporações internacionais
 - Parceria com a Rede Alerta contra o Deserto Verde e Rede Cerrado
 - PEC para garantir Cerrado como patrimônio natural
 - Questionamento do PRONAF Florestal
- Articulação de visita da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, a Montes Claros e comunidades próximas encurraladas pelo eucalipto

Setembro

- Participação do Fórum no Grito do Cerrado em Brasília

Novembro

- Participação no ENCONASA – Articulação para maior mobilização das entidades de Minas Gerais no movimento contra a transposição do São Francisco

ANEXO 5 – PANFLETO MANIFESTAÇÃO RIACHÃO

**ÁGUA
DIREITO DE TODOS**

*“O acesso à água é um direito humano básico,
que necessita ser urgentemente efetivado...”*

(Carta Política do IV EnconASA - Encontro Nacional da ASA)

Ato Público

“Celebrando o direito à Água”

17 de abril no Riachão/Mirabela - MG



Programação

Comunidade Retiro

- 09:00 h - Inauguração simbólica de cisternas do P1MC - Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas Rurais

Comunidade Miro Rego

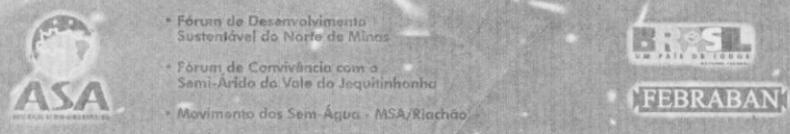
- 11:00 h - Abertura: Revivendo Zé Côco do Riachão apresentação da Escola José Dias
- Manifestações de representantes dos movimentos sociais e autoridades governamentais
- 12:30 h - Apresentações Culturais com artistas do Riachão, Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha
- 16:00 h - Celebração de Ação de Graças
- Encerramento com shows artísticos

Venha festejar essa conquista!

Realização:

- Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas
- Fórum de Convivência com o Semi-Árido do Vale do Jequitinhonha
- Movimento dos Sem-Água - MSA/Riachão

Apoio:



ANEXO 6 – REPORTAGEM MANIFESTAÇÃO PELA RENEGOCIAÇÃO DAS DÍVIDAS DOS AGRICULTORES

ESTADO DE MINAS
Página 4

AGROPECUÁRIO

2 de agosto de 2000
Quarta-feira

Pequenos reagem ao endividamento

► Cerca de 3,6 mil agricultores querem renegociar a dívidas no Proger e Pronaf

WALDO FERREIRA
SUCURSAL NORTE

MONTES CLAROS – Normalmente defendendo interesses opostos, grandes e pequenos produtores do Norte de Minas estão juntos numa mesma reivindicação: a renegociação das dívidas rurais. Os últimos dias foram marcados por reuniões de trabalhadores e lideranças rurais com os bancos do Nordeste e do Brasil. Os pequenos, cerca de 3,6 mil agricultores, querem renegociar uma dívida de R\$ 7,6 milhões, contraída por meio dos programas de Geração de Renda (Proger) e de Agricultura Familiar (Pronaf). Eles contrairam financiamentos de R\$ 8 mil a R\$ 36 mil e, agora, não conseguem pagar.

Na semana passada, os trabalhadores fizeram uma grande manifestação que chegou a interromper o tráfego de veículos na BR-135 (de acesso a Belo Horizonte). Depois, se dirigiram em passeata às agências bancárias e participaram de celebração na catedral de Montes Claros.

Levantamento do Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável, que reúne lideranças sindicais e de apoio, aponta que 85% dos pequenos produtores que já tiveram a dívida vencida não conseguiram quitar nem as primeiras parcelas. E o que é mais grave: 96% dos que estão no período de carência não têm perspectiva de conseguir saldar os débitos.

Co-responsabilidade

“Queremos firmar um pacto de co-responsabilidade entre os trabalhadores, os agentes financiadores e as empresas que elaboraram os projetos”, disse o coordenador da CPT no Norte de Minas, Paulo Roberto Faccon. O objetivo, afirmou, é fazer com que o pagamento da dívida seja rateado entre as partes.

Conforme Faccon, o grande mal dos agricultores foi ter aderido a projetos que fogem da



MANIFESTAÇÃO DE pequenos agricultores percorre as agências bancárias em Montes Claros

WALDO FERREIRA

realidade regional. Para ele, as propostas foram impostas, sem nenhuma discussão com os trabalhadores. “Para pagar a dívida muita gente está pensando em vender suas propriedades e mudar para a cidade, agravando os problemas sociais”, disse.

Artimar Gomes dos Santos, assessor sindical da Fetaemg, acredita que a crise foi provocada pela falta de critérios na elaboração dos projetos. Gomes citou a vinda de vacas leiteiras do Sul do País, que não se adaptaram ao clima do Norte de

Minas. “Quiseram inverter a vocação regional, que é de gado de corte, impondo uma atividade leiteira”, sentença. Os trabalhadores reclamam também da falta de uma política de preço mínimo, que teria inviabilizado a safra de grãos.

“Os preços despencaram e não houve medidas do governo que garantissem o escoamento da produção”, disse. As entidades que representam os trabalhadores rurais querem desencadear um movimento por uma política de refinanciamento da dívida.

Bancos se dividem na renegociação

A reunião que os pequenos agricultores tiveram com o Banco do Nordeste, na subsele regional da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg), não agradou os trabalhadores. A presidente da entidade, Marta do Socorro, disse que o banco está intransigente. Segundo ela, não houve abertura para renegociação.

Para a líder dos trabalhadores, os representantes do Banco do

Brasil, com quem se reuniram anteriormente, foram mais flexíveis. O superintendente do BB em exercício, Edemir dos Santos, confirmou que as conversas estão adiantadas no caso dos contratos firmados entre 20 de junho de 95 e 31 de dezembro de 97.

“Estamos aguardando normas internas para formalizar a prorrogação das dívidas”, informou. O banco tem até 31 de agosto para fazer a formalização. Segundo ele, o BB não está

executando as dívidas referentes a esse período.

Os grandes

O gerente em exercício do Banco do Brasil de Monte Azul, Nilson Pereira da Silva, informou que considera inviável a reivindicação dos grandes e médios ruralistas do município de prorrogar suas dívidas por 20 anos. “Eles não podem se beneficiar dessa modalidade de pro-

rogação porque seus financiamentos foram feitos com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)”, explicou.

Segundo Silva, o que está sendo feito, no caso dos produtores de Monte Azul, é a prorrogação por até um ano das parcelas vencidas, dependendo do caso. “Algumas dívidas são muito altas, incompatíveis com as garantias apresentadas, o que inviabiliza ainda mais o pagamento”, disse.

ANEXO 7 – REPORTAGEM EXTINÇÃO DA SUDENE

PÁGINA 12 ESTADO DE MINAS - DOMINGO, 20 DE MAIO DE 2001

POLÍTICA

SEM SAÍDA

LIDERANÇAS DO NORTE E VALE DO JEQUITINHONHA AINDA NÃO SE CONFORMARAM COM A EXTINÇÃO DOS INCENTIVOS FISCAIS

Sudene deixa “viúvos” em Minas Gerais

LUIZ RIBEIRO
SUCURSAL NORTE

A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) foi extinta, em meio a denúncias de desvios milionários de dinheiro público. Mas o Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha roçam para que a agência federal que a substituiu não deixe no mapa a miséria do Brasil.

Quando a Sudene foi extinta, no último dia 3 de maio, doze projetos do Norte de Minas já aprovados aguardavam por recursos federais. Era previsto investimento total de R\$ 2,161 bilhões; R\$ 161,4 milhões do

Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) chegaram a ser liberados. Falaram R\$ 7,9 milhões em relação à provisão total.

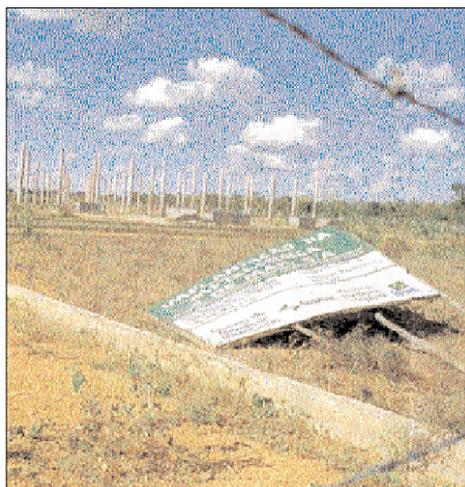
Na lista das beneficiadas – que ainda esperavam mais dinheiro – aparece a Metalúrgica 4 de Maio, em Capitão Enéas, excluída do sistema de incentivos por fraude. Foram repassados R\$ 1,9 milhão e a indústria não foi construída. Um matagal cresce onde deveria ser erguido galpão com investimento de R\$ 12 milhões para criar 2,767 empregos. O caso foi parar na CPI do Finor, que ajudou a sequestrar a Sudene, expondo ao País o esvaziamento do destino das verbas públicas subsidiadas.

Também estavam em tram-

tação (aprovadas ou em análise) na Sudene/MG, 10 cartas-consulta, que pleiteavam R\$ 50,7 milhões em incentivos. Roberto Amaral, que dirigia a Sudene em Minas, diz que, agora, elas serão revistas.

Ações de caráter social foram paralisadas. Como, por exemplo, o Programa Água na Escola, colocado em prática em 82 escolas da zona rural de dez municípios do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha.

Foi interrompido também programa emergencial de combate à seca, que levava água às comunidades atingidas pela estiagem. O projeto previa a destinação de R\$ 9 milhões para o Norte de Minas e para o Vale do Jequitinhonha.



CAPITÃO ENÉAS

Empresa recebeu incentivos, mas só deixou matagal onde deveria ser construída uma metalúrgica

Funcionários ainda não fecharam o escritório

Ultimamente, o escritório da Sudene em Minas, localizado em Montes Claros, já estava esvaziado: mantinha seis funcionários, contra vinte nos tempos áureos da autarquia, nas décadas de 70 e 80.

Mesmo depois da extinção da Sudene, os seis funcionários continuam trabalhando. Roberto Amaral, que coordenava a equipe, explica que a Medida Provisória que extingue a Sudene estabeleceu prazo de 90 dias para que a agência de desenvolvimento que a substituirá entre em funcionamento.

O fim dos incentivos fiscais tirou o sono das lideranças norte-mineiras. “Sem os incentivos, as empresas não terão atrativos para investir na região”, reclama o secretário de Indústria e Comércio de Montes Claros, Carlos Pereira. Ele cobra ação dos deputados mineiros em defesa de uma política diferenciada para a região semi-árida.

Carlos Pereira assinala que a política de incentivos é vital

para o desenvolvimento do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha. O vale foi incluído na área mineira da Sudene depois da luta de muitos anos. Mas o sonho durou pouco, com a decisão do governo federal de acabar com os incentivos fiscais. A região não recebeu sequer um projeto financiado com dinheiro do Finor.

FHC

“A coisa foi feita no algodão. Antes da extinção, teria que ver primeiro a situação da Sudene”, reclama o deputado estadual Márcio Kangussu (PPS). Ele manifestou esta preocupação enviando requerimento – aprovado pela Assembleia Legislativa – ao presidente Fernando Henrique Cardoso.

Kangussu diz que a população do Vale do Jequitinhonha está aprensiva mas tem a expectativa de que a agência federal que a substituirá atenda aos municípios pobres da região. (LR)

Políticos escapam do listão

A CPI que investigou desvios na aplicação de recursos do Fundo de Investimento do Nordeste (Finor) sentiu de qualquer irregularidade empresas vinculadas a políticos, apesar do suspeito de envolvimento em fraudes no uso de verbas liberadas pela Sudene.

Agora, fica a cargo do Ministério Público investigar as denúncias. O relatório final da CPI apontou, apenas, 53 empresas suspeitas de desviar recursos liberados pela Sudene. A CPI, entretanto, chegou a 531 empresas envolvidas em irregularidades com dinheiro do Finor.

Políticos foram beneficiados pela CPI. Foi retirado da lista o nome da Metais Seridó S.A (Metais), que pertence ao ex-ministro da Integração Nacional Fernando Bozerra. Também “escapou” a indústria Frutop, comandada pelo grupo empresarial do governador do Ceará Tasso Jereissati (PSDB). Saíram do relatório a Fazenda Barreira Santa Fé, que pertenceria ao deputado Osvaldo Coelho (PFL-PE).

ANEXO 8 - REPORTAGEM DO PACTO DO NORTE DE MINAS

ESTADO DE MINAS - SEGUNDA-FEIRA, 4 DE JUNHO DE 2001

GERAIS

GIRO PELO ESTADO

SE CURSOS NO ESTADO DE MINAS

- Curso de Farmácia (600 h) - Letra - 9 Meses (01) 3333-034 - Ins. (01) 3333-041 - Venc. (01) 3333-038
- Licenciatura de Engenharia de Segurança (180 h) - Letra - 6 Meses (04) - 014603 - Ins. (04) 1214332
- Engenharia de Física (2400 h) - Letra - 12 Sem. (01) 3333-034 - Venc. (01) 3333-042 - Ins. (01) 3333-038
- Montes Claros (180 h) - Letra - 6 Meses (01) 3333-038
- Governador Valadares (180 h) - Letra - 6 Meses (01) 3333-034 - Ins. (01) 3333-038



TOMAZIASSO

O trem partirá da estação de Virgínia, indo até Três Corações, num percurso de 30 quilômetros

■ MONTES CLAROS

ENTIDADES DO NORTE FIRMAM PACTO PELO DESENVOLVIMENTO

As entidades de fomento do comércio, indústria e serviços do Norte de Minas se uniram no sentido de desenvolver ações para o progresso regional. Os dirigentes assinaram o documento "Pacto do Norte de Minas", firmando o compromisso de unir forças para buscar soluções para os problemas sócio-econômicos da região. Em encontro das lideranças regionais, realizado na última sexta-feira, o vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Luiz de Paula Ferreira, propôs a criação de uma agência regional de desenvolvimento. A instalação da agência deverá ser efetivada no Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado, a ser realizado em Montes Claros, em julho, conforme anunciou o presidente da Associação Comercial e Industrial (ACI) do município, Alexandre Pires Ramos.

PREFEITOS APOSTAM NA CRIAÇÃO DE FRENTES DE TRABALHO

Os municípios do Norte de Minas estão buscando...

ANEXO 9 – MANIFESTO DO FÓRUM NORTE DE MINAS INTEGRADO

MANIFESTO DO FÓRUM NORTE DE MINAS INTEGRADO

Os Prefeitos do Norte de Minas, universidades, entidades de classe, empresas públicas e privadas e organizações comunitárias reunidos no dia 13 de setembro de 2001, no FÓRUM NORTE DE MINAS INTEGRADO, num total de mais de 300 participantes, deliberaram encaminhar ao Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Doutor Fernando Henrique Cardoso, o seguinte manifesto:

- I. O Norte de Minas e a região compreendida pela extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE experimentaram intenso progresso a partir da década de 70, com os incentivos fiscais e financeiros do Governo Federal, administrados por aquela autarquia.
- II. As empresas incentivadas pelo FINOR foram responsáveis pela grande transformação econômica e social multiplicando tecnologia, riquezas e benefícios para a população da região.
- III. Os programas sociais para a população de baixa renda e os projetos educacionais e de pesquisa, apoiados pela SUDENE, mostraram ser eficientes na redução das disparidades regionais.
- IV. Com a Medida Provisória nº 2.146-1 de 04 de maio de 2001, reeditada em 24 de agosto de 2001 com a medida provisória nº 2.156-5, que extinguiu a SUDENE, foi paralizado o processo de desenvolvimento da região, com a interrupção de muitos investimentos públicos e privados, e a suspensão dos programas de desenvolvimento regional, com suas conseqüências para a população.
- V. Os dirigentes das instituições da região apóiam o Governo Federal no propósito de reestruturar a SUDENE e dar maior agilidade ao seu plano de ações.
- VI. As autoridades encarregadas da estruturação da Agência do Desenvolvimento Nordeste ADENE, decorridos mais de 4 meses da extinção da SUDENE, no entanto, nada responderam em relação a compromissos da instituição, provocando interrupção de cronogramas de projetos com perdas irreparáveis para o Norte de Minas.
- VII. A região está mobilizada e demonstra a sua capacidade empreendedora com oportunidades de negócios nos setores de educação, turismo, fruticultura e pólo moveleiro, mas requer uma ação urgente de parte do Governo Federal com relação aos estímulos fiscais e obras de infraestrutura necessários ao seu desenvolvimento.
- VIII. Pedem assim ao Senhor Presidente da República que sejam apressadas as providências do Ministério da Integração Nacional em relação a implantação da ADENE e agendado, com a maior urgência, encontro com os dirigentes das instituições do Norte de Minas, para o encaminhamento de soluções para os graves problemas sociais da região.

Montes Claros, 13 de setembro de 2001.

Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Montes Claros-ACI
Alexandre Pires Ramos
Presidente

Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE-AMAMS
Ronaldo Mota Dias
Presidente

Banco do Nordeste - BN
João Antonio de Castro
Gerente Geral

Câmara de Dirigentes Lojistas de Montes Claros - CDL
Edgar Santos Filho

Presidente

Cia de Desenvolvimento Vale do São Francisco-CODEVASF
Ciriaco Serpa de Menezes
Superintendente

Conselho Regional de Desenvolvimento Industrial – CRDI-Norte
Ariovaldo de Melo Filho
Presidente

Fundação Educacional de Montes Claros – FEMC
Ariovaldo de Melo Filho
Presidente

Faculdades Pitágoras
Maria de Fátima Turano
Diretora

Faculdades Unidas Norte de Minas - FUNORTE
Raquel Muniz de Queiroz
Diretora

Instituto Grande Sertão-IGS
Ramon Risério Dourado Leite
Diretor Executivo

Núcleo de Ciências Agrárias/NCA-UFMG
Profa. Maria Amália Queiroz Lafetá
Diretora

Prefeitura Municipal de Montes Claros
Jairo Ataíde Vieira
Prefeito

Sociedade Rural de Montes Claros
Lúcio Tolentino Amaral
Presidente

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE-MG
Geraldo de Matos Guedes
Gerente Regional

Superintendência Regional de Ensino – 22ª
Elizabeth Beatriz Cólen
Superintendente

Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas –SUDENOR
Edson do Couto

Diretor Regional

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC
Geraldo Eustáquio Andrade Drumond
Gerente Regional

TV Grande Minas
Heitor Nogueira
Diretor Executivo

Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES
Professor José Geraldo de Freitas Drumond
Reitor

ANEXO 10 – REPORTAGEM SITE ACI - DIA DO NORTE DE MINAS



ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS DE MONTES CLAROS

NORTE DE MINAS FOI DESTAQUE EM BRASÍLIA



o Dia do Norte de Minas, em Brasília, realizado no último dia 7 de novembro, com a participação de lideranças e representantes da região, mostrou uma nova estratégia para um Plano de Desenvolvimento Sustentado do Norte de Minas. Foram mais de 5 horas de debates, no Ministério do Planejamento, que contaram com as presenças do Secretário de Planejamento e Investimentos Estratégicos, José Paulo Silveira, do presidente da Agência Nacional das águas, Gerson Kellman e diretores de programas do Ministério.

Estiveram em debate as prioridades levantadas no Fórum Norte de Minas Integrado, nos setores de Educação, Turismo, Fruticultura, Uso das Florestas Renováveis e Pecuária e o Programa Avança Brasil.

Uma nova reunião com representantes da Secretaria de Investimentos Estratégicos está sendo agendada para ser realizada em Montes Claros. A partir deste novo encontro, serão encaminhados os projetos prioritários discutidos no Fórum.

O histórico e as conclusões do Fórum Norte de Minas Integrado foram apresentados pelo presidente da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Montes Claros, Alexandre Ramos, em nome dos promotores associados. Na oportunidade, o engenheiro Fernando Sena, ilustrou a metodologia de trabalho com o tema Fruticultura, tendo o Secretário José Paulo Silveira, o Senador José Alencar e o deputado federal, Walfrido dos Mares Guias, elogiado a nova forma de organização do Norte de Minas, com instituições se integrando nas soluções dos problemas da região e buscando adequar os investimentos às demandas da sociedade.

O dia do Norte de Minas em Brasília foi organizado pela ACI, com a colaboração do montesclarenses, Luiz Antônio Athayde, que é diretor de Programas da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.

Redução do IR é mantida

Na agenda do Dia do Norte de Minas em Brasília, os representantes da região demonstraram ao Secretário de Desenvolvimento Regional, Carlos Alberto Leite Coutinho, que a Medida Provisória nº 2199, de 28/06/2001, no seu artigo 2º extinguiu o direito de empresas já instaladas com incentivos da antiga Sudene, a gozarem da redução do Imposto de Renda até 2013. Ele informou que a Receita Federal já está tomando providências para notificar as empresas, a partir de janeiro de 2001.

Os representantes do Governo Federal admitiram o equívoco da Medida Provisória e prometeram esclarecer o texto, que pretendia cancelar o benefício somente para os novos projetos.

ADENE

Até dezembro Com relação a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), o Ministério da Integração Nacional, esclareceu para os representantes do Norte de Minas, em reunião especial, que a regulamentação da nova agência será feita até o próximo mês de dezembro.

Os deputados Walfrido Mares Guia e Cleuber Carneiro, que acompanharam o grupo, ficaram de procurar o deputado Pinheiro Landin, relator da Medida Provisória da ADENE, para incluir a garantir de prioridade para as, cartas-consultas aprovadas, que no caso de Minas Gerais, representam 17 pleitos.

O prefeito de Montes Claros, Jairo Ataíde defendeu, em Brasília, a criação do novo Estado, como forma de obter maiores benefícios para a região. Justificou que, entre os argumentos, apenas com recursos de emendas parlamentares, poderíamos asfaltar 150 km de estradas por ano. O dia teve confraternização na Casa de Minas após intenso dia de trabalho em Brasília, os representantes da região se reuniram com diretores do Ministério do Planejamento na Casa de Minas, onde estavam presentes o presidente do Tribunal de Contas da União, Humberto Souto, o senador Francelino Pereira e o deputado federal Walfrido Mares Guia.

A programação, em Brasília, foi encerrada com um típico jantar à mineira, que agradou todos os presentes. Os representantes que estiveram no evento:

Prefeitos: Jairo Ataíde (Montes Claros), Antônio Dias (Francisco Sá), Ivonei Abade (Janaúba), Ronaldo Mota Dias (São João da Lagoa), Josemar Soares (Varzelândia), Promotores associados do Fórum: Alexandre Pires Ramos e Marcelo Furtado (ACI Montes Claros), Ronaldo Mota Dias (presidentada AMAMS) -Davidson Dantas (Banco do Nordeste) -Juarez Antônio Koppe (Banco do Brasil) -Heli de Oliveira Penido (Crediminas/Credinor) -Fernando Sena (Codevasf) -Aurindo Ribeiro (câmara Municipal de Montes Claros) -Murilo Fael (Faculdades Pitágoras) -Instituto Grialiê Sertio -Ucho Ribeiro, Carlos Pereira e Iara Souto (Prefeitura de Montes Claros) -Magda Maria e Rubens Pereira (Nortear) -Geraldo Guedes (Sebrae-MG) -Edgardo Cáceres (Programa Mineiro de Qualidade e Produtividade) -Roberto Amaral (Sociedade Rural de Montes Claros) -Petronilho Narciso e Antônio Dimas (SUDENOR) -Heitor Nogueira (TV Grande Minas).

ANEXO 11 - PMQP

Gazeta
Norte Mineira
quarta-feira, 26 de setembro de 2001



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)
Al. Curo Mangabêro, nº 211, CEP 30.401-000, MONTES CLAROS - MG
- *Consentânea Jurídica* -

LEI Nº 2.930, DE 13 DE SETEMBRO DE 2001.

CRIA O PROGRAMA MUNICIPAL DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DE MONTES CLAROS - PMQP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Montes Claros (MG), através de seus representantes, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Programa Municipal de Qualidade e Produtividade de Montes Claros - PMQP/MC, com finalidade de melhorar a qualidade de vida por meio da excelência em produtos e serviços.

Parágrafo Único - O Programa Municipal de Qualidade e Produtividade será coordenado pela Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Montes Claros - ACI, através de um Núcleo a ser instituído.

Art. 2º - São objetivos do Programa Municipal de Qualidade e Produtividade de Montes Claros - PMQP/MC:

- I - Promover a integração das entidades públicas e privadas para a qualidade e produtividade;
- II - Adequar as ações da qualidade e produtividade às diretrizes do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade - PBQP;
- III - Promover a integração das ações empresariais e públicas no âmbito da qualidade e produtividade;
- IV - Promover a disseminação de conceitos e metodologias da qualidade e produtividade.

Art. 3º - O Programa Municipal de Qualidade e Produtividade - PMQP será administrado por um comitê de Qualidade e Produtividade, composto por 21 (vinte e um) representantes de entidades públicas e privadas com poder de decisão nas respectivas entidades, sendo:

- I - ACI - Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Montes Claros;
- II - APAS;
- III - Banco do Nordeste - BNIB;
- IV - BIOBRÁS;
- V - CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas de Montes Claros;
- VI - CEMIG - Centros Elétricos de Minas Gerais;
- VII - COPASA;
- VIII - COTEMINAS;
- IX - CRDI - Norte - Conselho Regional de Desenvolvimento Industrial Norte;
- X - FEMC - Fundação Educacional de Montes Claros;
- XI - SEBRAE MG - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas;
- XII - Secretaria Municipal de Educação;
- XIII - Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo;
- XIV - Secretaria Municipal de Saúde;
- XV - Secretaria Municipal de Ação Social;
- XVI - SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial;
- XVII - SINE - Sistema Nacional de Emprego;
- XVIII - Sociedade Rural de Montes Claros;
- XIX - UF Grande Minas;
- XX - UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros;
- XVI - VALLÊ.

Parágrafo Primeiro - O Comitê de Qualidade e Produtividade será instalado em ato solene presidido pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo Segundo - O Presidente do Comitê será escolhido pelo Prefeito Municipal e resultará de lista tripartite elaborada pelos membros do comitê.

Parágrafo Terceiro - O mandato do Presidente do Comitê será de 02(dois) anos, podendo ser reconduzido.

Parágrafo Quarto - Compete ao Comitê decidir pela inclusão de novos representantes de instituições no comitê de Qualidade e Produtividade.

Parágrafo Quinto - O Comitê promoverá a criação de Secretarias executiva bem como a indicação dos coordenadores dos subprogramas do Programa Municipal de Qualidade e Produtividade do Município de Montes Claros - PMQP.

Parágrafo Sexto - Incumbe ao Comitê elaborar o seu Regimento Interno, no prazo de 60(sessenta) dias, contados da data de publicação desta Lei.

Parágrafo Sétimo - Fica instituído o mês de novembro como o mês da Qualidade e Produtividade no Município de Montes Claros.

Art. 4º - Compete ao comitê de Qualidade e Produtividade orientar, coordenar e supervisionar a implementação do Programa Municipal de Qualidade e Produtividade de Montes Claros - PMQP, bem como delegar responsabilidades à secretaria executiva para operacionalizar as ações, mediante a integração entre as entidades públicas e privadas para atingir padrões internacionais de competitividade e viabilizar recursos materiais financeiros e humanos, por meio de parcerias entre os setores públicos e privados, inclusive aderidas ao Programa Municipal de Qualidade e Produtividade de Montes Claros - PMQP, para a obtenção da auto-suficiência do programa.

Art. 5º - O Programa Municipal de Qualidade e Produtividade de Montes Claros - PMQP, atuará por meio dos sub-programas seguintes:

I - Comprometimento com o objetivo de sensibilizar, motivar, conscientizar e comprometer as entidades para a importância da qualidade e produtividade, utilizando as seguintes estratégias:

- a) Promover campanhas de divulgação e reconhecimento do Programa Municipal de Qualidade e Produtividade de Montes Claros - PMQP;
- b) Implementar instrumentos de adesão ao Programa Municipal de Qualidade e Produtividade de Montes Claros - PMQP;
- c) Promover eventos na área da qualidade e produtividade;
- d) Criar o prêmio Municipal de Qualidade e Produtividade;

II - Gestão, com o objetivo de estimular o desenvolvimento e a difusão de métodos de gestão, utilizando as seguintes estratégias:

- a) Estimular a adoção, desenvolvimento e a difusão de sistemas de qualidade e produtividade;
- b) Apoiar estudos e pesquisas sobre sistemas, métodos e técnicas de gestão da qualidade e produtividade;
- c) Fomentar o credenciamento e a atuação de consultorias em qualidade e produtividade.

III - Recursos Humanos, com objetivo de estimular a formação, educação, capacitação e reconhecimento de recursos humanos em áreas de interesse da qualidade e produtividade, utilizando as seguintes estratégias:

- a) Incentivar a introdução de conceitos da qualidade e sua aplicação nos sistemas de ensino público e privado;
- b) Promover a capacitação de recursos humanos em áreas ligadas à qualidade e produtividade;
- c) Fomentar e incentivar programas de especialização e pós-graduação no âmbito da qualidade e produtividade;
- d) Promover intercâmbios entre entidades atuantes nas áreas da qualidade e produtividade;
- e) Facilitar a implementação do Programa Municipal de Qualidade e Produtividade de Montes Claros - PMQP, no âmbito das entidades públicas e privadas;

IV - Serviços Técnicos - Científicos, com o objetivo de implantar a rede municipal de laboratórios de metrologia e ensaios, para estruturar, desenvolver, reformular e adequar a infra-estrutura de serviços técnico-científicos dos laboratórios de metrologia e ensaios.

V - Articulação Institucional, com o objetivo de articular as entidades envolvidas no Programa Municipal de Qualidade e Produtividade de Montes Claros - PMQP, interagindo com políticas e programas governamentais, utilizando as seguintes estratégias:

- a) Usar o poder de compra para promover parcerias nos processos de disseminação, adaptação e implementação da qualidade e produtividade;
- b) Incentivar o desenvolvimento de compradores e fornecedores de produtos e serviços;
- c) Implementar mecanismos de apoio incentivo e financeiro às entidades participantes do Programa Municipal de Qualidade e Produtividade de Montes Claros - PMQP;

VI - Micro e Pequenas Empresas, com o objetivo de propiciar a integração das micro e pequenas empresas no Programa Municipal de Qualidade e Produtividade de Montes Claros - PMQP, utilizando as seguintes estratégias:

- a) Estimular e promover, por meio das entidades de fomento à pesquisa e desenvolvimento públicos e privadas, a execução de programas destinados às micro e pequenas empresas, com vistas à qualidade e produtividade;
- b) Apoiar e estimular a implantação de incubadoras e condomínios de empresas.

Art. 6º - O Núcleo Municipal do Voluntário integrará as atividades do Programa Municipal de Qualidade e Produtividade de Montes Claros - PMQP.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Montes Claros, 13 de setembro

2001.

[Assinatura]
Alto Ataíde Vieira
Prefeito Municipal

ANEXO 12 – CORRESPONDÊNCIA REDENORTE

Maria de Lourdes Lima da Fonseca

De: ffranca@banconordeste.gov.br
 Enviado em: Terça-feira, 14 de Janeiro de 2003 13:03
 Para: mlff@cemig.com.br
 Assunto: RES: REde Norte

Prezada Maria de Lourdes:

Ficamos satisfeitos com o interesse de vocês em nossos Projeto Pólos. Estamos analisando o pleito de vocês para submeter ao nosso Comitê de Desenvolvimento. Espero apresentar uma resposta positiva até o final de janeiro/03.

Mavignier França

—Mensagem original—

De: Maria de Lourdes Lima da Fonseca [mailto:mlff@cemig.com.br]
 Enviada em: 13 de janeiro de 2003 10:34
 Para: 'ffranca@banconordeste.gov.br'
 Assunto: ENC: REde Norte

Prezado Mavignier,

O Norte de Minas, de muitas maneiras busca alternativas para desenvolver-se. O que se observa, no entanto, é uma diversidade de instituições atuando num espaço geográfico comum, buscando os mesmos resultados, porém, com atuações paralelas e desconectadas.

Sentindo a necessidade de comunicar, integrar ,compartilhar e estabelecer parcerias, evitando gastar tempo com o que já foi feito, atuando de forma integrada, várias instituições como: Banco do Nordeste, SEBRAE, FIEMG, Visão Mundial, ACI, CODEVASF, EMATER, AMANS, UNIMONTES, TV Grande Minas, GEOTECH, Prefeituras Municipais e CEMIG, constituíram um Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável na Região - REDE NORTE, buscando trocar conhecimentos, projetos, ações, compartilhar recursos. Para atingir seu objetivo, estamos empenhados em criar uma rede de informações e interesses, ligando toda a micro região noroeste, norte e extremo norte da região leste, constituída pelos 192 municípios, de Curvelo a Espinosa, de Unai à divisa com o Espírito Santo, provendo informações estruturantes e mercadológicas ao ambiente interno e externo à área Norte, com reduzido nível protocolar.

Esta rede, em sua concepção original, possui três etapas:

A primeira - uma **rede lógica**, que é um software, como canal de acesso entre as instituições, os municípios e o mundo (existe um protótipo desse software).

A segunda etapa é a constituição da **rede física** como suporte de hardware necessário para que a sociedade possa navegar, aprender, informar-se e participar da rede, o que se daria, aproveitando estruturas físicas e a capilaridade de algumas instituições, como por ex.: EMATER.

A terceira etapa é a **central de operações**, sediada/integrada ao parque tecnológico, como uma estrutura central

juridicamente aceita e capaz de coordenar e

emanar decisões de interesse geral.

Ao acompanharmos o Sistema de Gerenciamento dos Polos de Desenvolvimento Integrado, sabendo ser este uma excelente ferramenta para alavancar o desenvolvimento regional, gerando, compartilhando informações, enfim, criando uma ambiência favorável à integração interinstitucional, vimos que este instrumento vem de encontro ao que idealizamos como a rede lógica da REDE NORTE. Com base no que foi dito por V.Sa. durante o Fórum de Desenvolvimento Integrado em Janaúba, que, a partir deste polo, como piloto, outros poderão ser implantados pelo Estado ou por outros órgãos da área de atuação do Banco, e para tanto, será dado todo apoio para a transferência de metodologia, solicitamos-lhe a cessão do SIG Polo para ser estendido à REDE, de forma a envolvendo toda a área do Norte de Minas, a área da IDENE e Vale do Jequitinhonha. Com isso teríamos um conjunto de informações de um número muito maior de municípios, disseminando uma cultura de organização e complementariedade de ações.

Sergio Henrique Mourthé Duarte - CEMIG

Alexandre Pires Ramos - ACI

Geraldo Matos Guedes - SEBRAE

Rômulo Augusto L. Abatte Marques - Presidente da FUNDETEC

ANEXO 13 – REPORTAGEM SITE ACI – PRIORIDADES PLANO PLURIANUAL



**ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E DE
SERVIÇOS DE MONTES CLAROS**

Norte de Minas define prioridades para o Plano Plurianual da União

Terça, 19 de agosto de 2003

Entre outras sugestões, lideranças querem a destinação de R\$ 500 milhões para a construção de barragens

Lideranças de vários segmentos empresariais e dirigentes de órgãos públicos atuantes na região, estiveram reunidos nesta terça-feira no Automóvel Clube de Montes Claros e decidiram entregar no próximo dia 26, em Brasília, um documento dirigido ao ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, e aos deputados federais votados no Norte de Minas, contendo uma série de sugestões para a inclusão de obras prioritárias no Plano Plurianual - PPA do Governo Federal.

O prazo de conclusão do PPA termina no próximo dia 31 e entre as principais prioridades as lideranças empresariais e dirigentes de órgãos públicos que participam do Fórum Norte de Minas Integrado, criado pela Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Montes Claros - ACI, propõem a destinação, nos próximos quatro anos, de um aporte de R\$ 500 milhões para a construção de grandes, médias e pequenas barragens no Norte de Minas. A intenção das lideranças é sensibilizar a bancada de parlamentares e o Governo Federal a tomarem medidas eficazes para se resolver os graves problemas que a região sempre enfrenta em virtude dos longos períodos de estiagem, como o que tem se verificado neste ano na região.

Além de barragens, no documento que está em fase final de elaboração, as lideranças norte-mineiras propõem ao Governo Federal priorizar investimentos na recuperação de estradas federais que cortam o Norte de Minas, e que compõem o segundo entroncamento rodoviário do país; investimentos na área ciência e tecnologia, destinando R\$ 1,5 milhão para a implantação do Pólo de Desenvolvimento Tecnológico do Norte de Minas, beneficiando as principais cadeias produtivas da região (fruticultura, bovinocultura, cachaça, entre outros); investimentos da ordem de R\$ 30 milhões na área de educação, priorizando a difusão do ensino técnico profissionalizante, integrado a ações com instituições de ensino superior.

Para a área de saúde, as lideranças empresariais vão propor ao Ministério do Planejamento e aos deputados que integram a bancada mineira no Congresso Nacional, a implantação de um pronto socorro público regional em Montes Claros, objetivando atender a demanda de pacientes oriundos de todo o Norte de Minas e até do Sul da Bahia. O presidente da ACI de Montes Claros e diretor do Hospital Aroldo Tourinho, Alexandre Pires Ramos, bem como o diretor da Santa Casa de Montes Claros e também integrante da diretoria da ACI, Marcelo Furtado, entendem que a região precisa de um pronto socorro público regional, uma vez que os hospitais da cidade não estão conseguindo atender a demanda de pacientes. Além disso, eles defendem que haja uma descentralização dos procedimentos médicos de urgência e emergência para outras cidades do Norte de Minas, a fim de diminuir a demanda de atendimento nos hospitais de Montes Claros. Para a implantação do pronto socorro público regional as lideranças norte-mineiras vão pedir ao Ministério do Planejamento a destinação de R\$ 10 milhões.

Para a área de turismo, o documento vai sugerir a criação de um centro de formação de profissionais especializados para atuarem em toda a cadeia produtiva a nível regional e a destinação de R\$ 10 milhões para a construção de um centro de convenções regional, a ser sediado em Montes Claro. O centro de convenções será incorporado a um centro de estudos do cerrado, cuja implantação já está em fase de análise e é implantação do Parque Guimarães Rosa.

Com relação ao Projeto Jaíba, que já contou com aporte de investimentos superiores a US\$ 400 milhões provenientes do orçamento da União e de financiamentos internacionais, as lideranças empresariais sugerem que seja criado um fundo de aval para dar suporte às garantias que os produtores rurais e empresários precisam apresentar aos bancos oficiais, em contrapartida dos financiamentos que demandam. O prefeito de Jaíba, Giovane Fonseca, que representou a diretoria do Consórcio Intermunicipal União Geral na reunião de ontem, sugeriu que a nível federal sejam viabilizados estudos para se constituir um fundo de aval para que os empresários consigam utilizar os recursos

disponibilizados para a região através do Fundo Constitucional do Nordeste - FNE e que é administrado pelo Banco do Nordeste.

Já a nível estadual Giovanni Fonseca informou que o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG, dispõe de uma sobra de aproximadamente US\$ 8,6 milhões como parte dos recursos disponibilizados pelo Japan Bank Of Cooperation - JBIC, que financiou a segunda etapa de implantação do Projeto Jaíba. Como o dinheiro faz parte da rubrica destinada a crédito rural, o prefeito entende que os recursos poderiam ser disponibilizados para a constituição de um fundo de aval, cujo valor "será insignificante para possibilitar investimentos na implantação de 16 mil hectares de agricultura irrigada, mas que já dará suporte ao início dos trabalhos de um melhor incremento de exploração das potencialidades do Projeto Jaíba.

Lideranças destacam necessidade de mobilização política

Durante a reunião de ontem envolvendo as lideranças empresariais e dirigentes de órgãos públicos dos governos estadual e federal atuantes no Norte de Minas, todos foram unânimes em afirmar que a região precisa ser mais agressiva no sentido de buscar o apoio político necessário para fazer valer as suas reivindicações tanto a nível de União como do Estado. O vice-presidente da Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene - Amams, Edson Paulino, lembrou que apesar de só no Norte de Minas serem votados cerca de 12 deputados federais - número este superior a outros Estados do Nordeste -, a região não recebe o mesmo aporte de recursos financeiros destinados a outras regiões nordestinas.

Por sua vez o presidente da ACI de Montes Claros, Alexandre Pires Ramos também destacou que diante da representação política de Minas Gerais no Congresso Nacional e no primeiro escalão do Governo Federal, é necessário que, a partir da união de esforços das lideranças da região em busca de objetivos comuns, tanto o governador Aécio Neves como os dirigentes da União, precisam serem sensibilizados sobre as necessidades de se investir na melhoria das condições de vida da população. E isso passa, assinalou, pela implantação de obras de infra-estrutura, como é o caso das barragens, das estradas e de investimentos em educação e na saúde.

O diretor geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, Paulo Guedes, também defendeu a necessidade de as lideranças norte-mineiras trabalharem em conjunto. A mesma idéia recebeu o apoio de técnicos do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - Idene, da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL, do Banco do Nordeste e do presidente da Sociedade Rural de Montes Claros, Alexandre Vianna. Segundo ele, se o Norte de Minas se organizar e trabalhar com todas as suas lideranças de maneira conjunta, será mais fácil conseguir captar investimentos para a região, visto que uma série de obras já iniciadas pelo Governo estão paralisadas, como e o caso de algumas barragens.

O encontro das lideranças norte-mineiras com a bancada de deputados federais será realizada na próxima terça-feira, em Brasília, e está sendo articulado pelo deputado federal norte-mineiro, Athon Avelino Pereira (PPS). Além do encontro com os parlamentares, as lideranças da região também deverão se encontrar com a cúpula de técnicos do Ministério do Planejamento, que está definindo as prioridades de investimentos do Governo Federal a serem incluídas no Plano Plurianual.

ANEXO 14 – DOCUMENTO CEMIG

Resumo

A CEMIG, através da sua Gerência Comercial Norte, criou a Equipe de Eficientização de Energia e Desenvolvimento Regional, cuja área de abrangência são 119 municípios do norte de Minas, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento regional através da participação e interação com instituições que já atuam nesta área.

A Equipe, por entender que investir na capacitação de lideranças significa aumentar o potencial de mobilização, integração e articulação de ações no processo de desenvolvimento de uma comunidade, o que se traduz em maior sustentabilidade de projetos implantados, pensou num Programa de Capacitação de Lideranças, partindo das seguintes constatações:

- . Já existem vários programas de capacitação na região, porém, de forma desarticulada, muitas vezes, para o público errado,
- . não há um planejamento entre as instituições, baseado nas reais necessidades de capacitação da região, que possa traduzir em resultados significativos, com isso, há desperdício de recursos materiais e humanos.

Para otimizar recursos, somar forças e alcançar resultados efetivos, foi pensada pela equipe a seguinte proposta:

A CEMIG estaria articulando com diversas instituições, como por ex.: Banco do Nordeste, SEBRAE, Visão mundial, FIEMG, EMATER, Prefeituras, UNIMONTES, PMQP, etc, formando um núcleo central. Articulados a este núcleo, estariam sendo formados nos municípios da área de atuação comum das instituições parceiras, núcleos locais, criando uma rede de integração, com um fluxo de informações, tanto do núcleo central para os locais, como dos locais entre si. Dentro desta estrutura, as instituições estariam apresentando seus programas, avaliando ações, público, fontes de recursos comuns e, a partir daí, planejando suas ações, de forma integrada.

Ao apresentar esta proposta para o SEBRAE Montes Claros e a Visão Mundial, percebeu-se que a integração não era necessária apenas para resolver a questão da capacitação, mas os vários problemas do Norte de Minas. A idéia então evoluiu para a busca de integração num nível muito maior, por isso, foi agendada uma reunião ampliada, com a participação de um número maior de instituições. Participaram: Banco do nordeste, SEBRAE, EMATER, ACI, FIEMG/SESI, Visão Mundial, Sociedade Rural de M Claros, PMQP, UNIMONTES, TV Grande Minas, Prefeitura M. M. Claros. A partir da apresentação dos programas destas instituições durante a reunião, surgiu um questionamento: Como criar um canal de comunicação entre as instituições? A TV grande Minas com o Portal Grande Minas .com, se dispôs a apresentar numa próxima reunião uma proposta que buscasse atender a este objetivo.

No dia 12/03, foi feita a apresentação da proposta. A equipe criou um site chamado "Ponto de Encontro", com possibilidades de reunir informações, de ser alimentado pelos próprios parceiros, ao mesmo tempo em que lhes oferece uma gama de informações necessárias ao desenvolvimento dos seus programas. Para a operacionalização da proposta formaram-se dois grupos de trabalho multistitucionais: um para analisar as questões técnicas do programa, os custos, etc, outro para articular os ações comuns que culminem na criação de agências locais, como espaço físico para dar suporte aos programas das instituições. O resultado desta força tarefa será apresentado no dia 23/04.

ANEXO 15 - LISTA DE PRESENÇA

REUNIÃO COM INSTITUIÇÕES PARCEIRAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 Data: 18-02-2002
 Local: Ag. Banco do Nordeste Montes Claros

LISTA DE PRESENÇA

NOME	INSTITUIÇÃO	TEL. FIXO	CELULAR	FAX	E-MAIL
Divize tempo	P.M.M.C.	3229 3043	9102.1498		habilita@bndb.gov.br
Yvonne Park - do Brasil	CEMIG	3289-4450	9986-5670		ceamig@cemig.br
Quintina Gilmore	CEMIG	399899-5513	9102-7086	9929-9595	division@cemig.com.br
Tommy B. B. Goldstein	CEMIG	3229-4459	9985-6611	3229-4415	evansy@cemig.com.br
Wilson Antonio Marques	CEMIG	3289-4421	9102-8309	3229-4415	amarguao@cemig.com.br
MARCELO FLETCHER	AGI - RELIANS	3222 5329	9985-2336	32235329	marcelo@reliant.com.br
Ilma de Lencastre Fernandes	CEMIG	32294450			mlf@cemig.com.br
V. A. Toledo Quirós	RAE F. Ph. Celanos	32293439	9986 2039	32293434	vic@raef.com.br
João Etivaldo Fenuim	Rce do Nordeste	3690-3530	99855980	36903538	joaoetivaldo@banco-nordeste.gov.br
Sergio Mearthy	CEMIG	3229-5204	9982-1296	3229-5595	smearthy@cemig.com.br
Serges Albeiro de Camas Falcão	FIEM/SESI	32210200	99869247	32233628	cfalcao@fieg.com.br
Plurizo Wagner Lima	SEBRAE	36905901	9118-4780	36905910	plurizo@sebrae.org.br
Wimany Feitas blends	Sebrae	36905901/514	9979-6273	3690 5910	wimany@sebrae-mg.com.br
Adriana Quinto Rodrigues	USO Nivaldo/centro	3223487	99859697	32205424	adriana@tel.com.br
Roberto Almeida Figueira	Sociedade Anual	3215-1212	9986 8000		
REGINA FERREIRA COURT	VISÃO MUNDIAL	9221-3487	31-9985-3047	3221-5424	regina@vms.com.br
ROBERTO M. AMARAL FILHO	Sec. Ind. com. (FAP)	3229-3121	3102-5320		robertom@unimons.com.br
Viviane Pires Simadul.	CEMIG - V.P.	3229-4024	9988-2039	3229-6025	
FRANCISCA S. JARDIM	A. Neves TE	3650 3552	9979-0270	3690 3552	francisca@unimons.com.br
Tania Monte Maria Fialho	UNIMONTES	3229 8150	99866527	3229 8101	taniamonte@unimons.com.br
Porti Honorio Freitas	Banco Nordeste	3690-3517	9986-8017	3690-3506	portio@banco-nordeste.gov.br

R. Passimira de Aguiar 697. 223 2130 - B. Jardim S. Burg. Falso de Guaytará.
 9118 12 75

5716

ANEXO 16 – LISTAGEM DOS ENTREVISTADOS

Nome	Instituição	Local	Data
FDSNM			
Marilene Alves de Souza	Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas	Montes Claros	28/02/05
Graziele F. Costa	Casa de Pastoral Comunitária	Montes Claros	28/10/05
Alvimar Ribeiro dos Santos	Casa de Pastoral Comunitária	Montes Claros	28/10/05
Nilson José de Oliveira	Rede de Educação Cidadã - Talher	Montes Claros	04/11/05
Francisco Wagner Pereira	Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas	Montes Claros	04/11/05
Carlos Alberto Dayrell	Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas	Montes Claros	06/12/05
FNMI			
Heitor Nogueira	Ex-Diretor da TV Grande Minas	Montes Claros	18/09/04
Alexandre Pires Ramos	Coordenador do Comitê Gestor do Parque Tecnológico de Montes Claros	Montes Claros	07/06/05
Marcelo Martins Furtado	Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Montes Claros	Montes Claros	01/11/05
Rômulo L'Abbate	Presidente da FUNDETEC	Montes Claros	09/01/06
Maria de Lourdes Lima da Fonseca	Funcionária da CEMIG	Montes Claros	10/01/06
Geraldo de Matos Guedes	Comitê Gestor do Parque Tecnológico de Montes Claros	Montes Claros	16/01/06
Simone Duarte	Professora da UNIMONTES	Montes Claros	16/01/06

ANEXO 17 – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

- 1- Como se formou o fórum? Qual a participação do(a) sr.(a) na formação do fórum?
- 2- Quais os objetivos do fórum?
- 3- Como é o desenvolvimento pensado pelo Fórum para o norte de Minas?
- 4- Como funciona o Fórum? Quem faz parte do fórum? Existe uma lista de membros?
- 5- Quem pode fazer parte? Como participar do fórum?
- 6- Como os membros se comunicam e se articulam? Como articulam suas ações?
- 7- Como são tomadas as decisões?
- 8- Como é a articulação com o poder público?
- 9- Existe algum documento que oriente as ações do Fórum?
- 10- Os membros assinam algum termo de compromisso?
- 11- Quais os projetos e ações realizadas pelo Fórum?
- 12- Qual a importância da articulação em rede (nenhum ponto é mais importante que o outro) para o objetivo do fórum?
- 13- Cite quatro pontos/pessoas da rede